

**Tribunal de Justiça do  
Estado do Rio de Janeiro**



# **RELATÓRIO DO BIÊNIO 2015/2016**

**Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho**



**Tribunal de Justiça do  
Estado do Rio de Janeiro**

**RELATÓRIO  
DO BIÊNIO  
2015/2016**

**Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho**

## ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Desembargador LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO

PRESIDENTE

Desembargadora MARIA AUGUSTA VAZ MONTEIRO DE FIGUEIREDO

CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargadora MARIA INÊS DA PENHA GASPAR

1ª VICE-PRESIDENTE

Desembargadora NILZA BITAR

2ª VICE-PRESIDENTE

Desembargador CELSO FERREIRA FILHO

3º VICE-PRESIDENTE

## ÓRGÃO ESPECIAL

### VAGAS DE ANTIGUIDADE

Desembargador Luiz Zveiter

Desembargador Antônio Eduardo Ferreira Duarte

Desembargadora Nilza Bitar

Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar

Desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo

Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho

Desembargador Reinaldo Pinto Alberto Filho

Desembargador Milton Fernandes de Souza

Desembargador Otávio Rodrigues

Desembargador Nildson Araújo da Cruz

Desembargador Nagib Slaibi Filho

Desembargador Adriano Celso Guimarães

Desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto

### VAGAS DE ELEIÇÃO

Desembargador Celso Ferreira Filho

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho

Desembargador Antonio José Ferreira Carvalho

Desembargadora Helda Lima Meireles

Desembargador Carlos Santos de Oliveira

Desembargador Camilo Ribeiro Rulière

Desembargador Marcos Alcino de Azevedo Torres

Desembargador Rogério de Oliveira Souza

Desembargador Gabriel de Oliveira Zefiro

Desembargador Custódio de Barros Tostes

Desembargador Cláudio Brandão de Oliveira

Desembargadora Elisabete Filizzola Assunção

## DESEMBARGADORES QUE COMPUSERAM O ÓRGÃO ESPECIAL NO BIÊNIO

Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa [ATÉ 22/08/2016]

Desembargador Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos [ATÉ 22/08/2016]

Desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira [ATÉ 22/08/2016]

Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano [ATÉ 29/11/2015]

Desembargador Roberto de Abreu e Silva [ATÉ 29/11/2015]

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo [ATÉ 29/11/2015]

Desembargador Marcus Quaresma Ferraz [ATÉ 29/08/2015]

Desembargadora Odete Knaack de Souza [ATÉ 19/08/2015]

Desembargador Mauro Dickstein [ATÉ 04/08/2015]

Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira [ATÉ 10/06/2015]

Desembargador Jessé Torres Pereira Júnior [ATÉ 19/05/2015]

Desembargador Valmir de Oliveira Silva [ATÉ 24/04/2015]

Desembargador Luiz Felipe da Silva Haddad [ATÉ 27/02/2015]

Desembargador Sidney Hartung Buarque [ATÉ 18/02/2015]

Desembargador Sérgio Lúcio de Oliveira e Cruz [ATÉ 17/02/2015]

Desembargador Sérgio de Souza Verani [ATÉ 03/02/2015]

## CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho

Desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo

Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar

Desembargadora Nilza Bitar

Desembargador Celso Ferreira Filho

Desembargadora Suely Lopes Magalhães

Desembargador Rogério de Oliveira Souza [ATÉ 25/08/2015]

Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes

Desembargador Cláudio Luís Braga Dell'Orto

Desembargadora Lucia Helena do Passo

Desembargador Marcelo Castro Anátocles da Silva Ferreira

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (COLEN)

Desembargador Marcelo Lima Buhatem

Desembargador João Ziraldo Maia

Desembargador Eduardo de Azevedo Paiva

Desembargador Luciano Silva Barreto

Desembargadora Margaret de Olivaes Valle dos Santos

## COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO (COREG)

Desembargador Gabriel de Oliveira Zefiro

Desembargador Antônio Iloízio Barros Bastos

Desembargador Paulo de Oliveira Lanzellotti Baldez

Desembargador Mauro Pereira Martins

Desembargadora Adriana Lopes Moutinho

## JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Dra. Adriana Ramos de Mello

Dra. Maria Tereza Donatti

Dr. Luiz Márcio Víctor Alves Pereira

Dr. Luiz Eduardo de Castro Neves

Dr. Afonso Henrique Ferreira Barbosa – Juiz Gestor de Precatórios

Dr. Antônio Aurélio Abi-Ramia Duarte

## GABINETE E DIRETORIAS-GERAIS

**Mabel Cavalcanti Passos**

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)

**Alessandra Fabrício Anátocles da Silva Ferreira**

DIRETORIA-GERAL DE APOIO AOS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS (DGJUR)

**Professor Joel Rufino dos Santos – *in memoriam***

**Mauro Akiersztein Ventura**

DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DGCOM)

**Andréa Andrade de Souza e Silva**

DIRETORIA-GERAL DE CONTROLE INTERNO (DGCOI)

**Nilton Benevides Sant'anna**

DIRETORIA-GERAL DE ENGENHARIA (DGENG)

**Gabriel Albuquerque Pinto**

DIRETORIA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS (DGPES)

**João Fernando de Oliveira Coelho**

DIRETORIA-GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DGESP)

**Francisco Marcos Motta Budal**

DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA (DGLÓG)

**André Luiz de Saboya Moledo**

DIRETORIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (DGPCF)

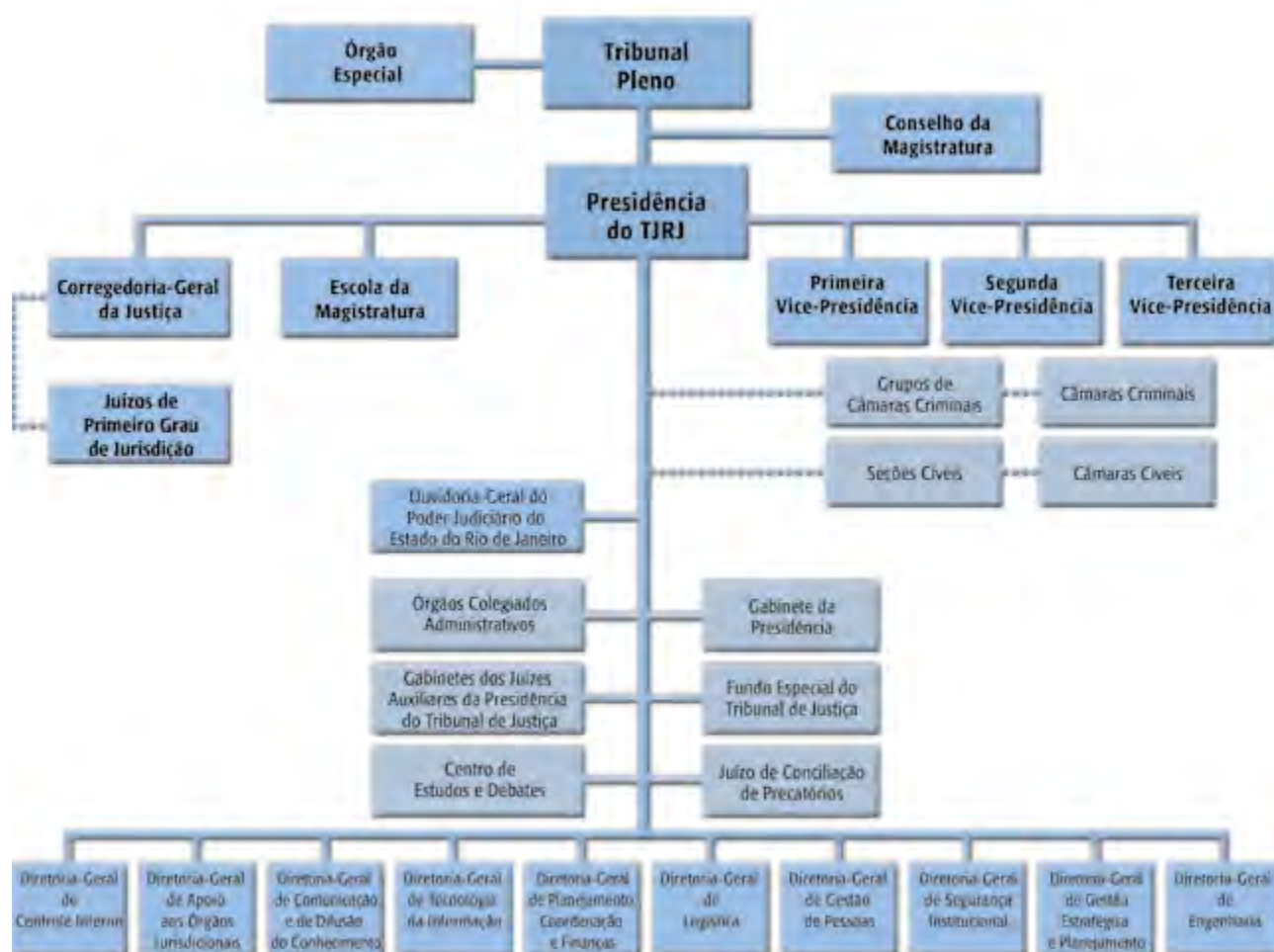
**Coronel Francisco Costa Matias de Carvalho**

DIRETORIA-GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (DGSEI)

**Maurício Rebouças Freire dos Santos**

DIRETORIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DGTEC)

# ORGANOGRAMA | ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



## DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

### MISSÃO

Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando à pacificação social e efetividade de suas decisões.

### VISÃO

Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.

### POLÍTICA DA QUALIDADE

Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.

### VALORES

Ética

Probidade

Transparência

Integridade

Acesso à justiça

Celeridade

Responsabilidade social e ambiental

Imparcialidade

Efetividade

Modernidade



# SUMÁRIO

<b>1. Apresentação .....</b>	<b>9</b>
<b>2. Imagem Institucional .....</b>	<b>15</b>
<b>3. Introdução.....</b>	<b>43</b>
<b>4. Panorama da Jurisdição.....</b>	<b>47</b>
<b>5. Planejamento e Gestão.....</b>	<b>61</b>
<b>6. Governança Institucional.....</b>	<b>71</b>
<b>7. Prestação Jurisdicional.....</b>	<b>89</b>
<b>8. Promoção dos Direitos da Cidadania.....</b>	<b>115</b>
<b>9. Comunicação Institucional .....</b>	<b>125</b>
<b>10. Gestão de Pessoas .....</b>	<b>137</b>
<b>11. Tecnologia da Informação.....</b>	<b>155</b>
<b>12. Orçamento e Finanças.....</b>	<b>161</b>
<b>13. Estrutura Predial, Logística e de Segurança.....</b>	<b>175</b>



# 1. Apresentação

Em fevereiro de 2015, iniciamos no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro uma Administração constituída pelo objetivo de, naquilo que tocasse ao amplo papel da jurisdição em nossa democracia constitucional, agir para não apenas garantir, mas efetivamente promover os direitos da cidadania. Ao mesmo tempo, almejamos, através de maior integração com a sociedade fluminense e da reafirmação da necessária autonomia dos Poderes, resgatar a importância simbólica e reocupar o espaço sociopolítico inalienável da Justiça. Entendemos que era esse o caminho para aprofundar, em nosso estado, o cumprimento da missão constitucional do Judiciário, que é a pacificação com justiça.

Agora, findando o biênio para o qual fomos eleitos, é hora de apresentar um balanço de nossas iniciativas e dos resultados obtidos, que permitem divisar – em chave realista que é compatível com o agravamento do quadro econômico e fiscal no período e que não pretende afirmar a solução de todos os problemas constatados –, uma aproximação significativa ao nosso propósito inaugural.

Nosso Tribunal de Justiça é o segundo maior do país, responsável por mais de 10% do acervo da justiça comum nacional, e conta com mais de oito centenas de magistrados de 1º e 2º grau, quase 20 mil servidores e colaboradores, desenvolvendo suas atividades em 81 comarcas, por meio de 758 unidades de 1ª instância e 47 órgãos de 2ª instância, assim atendendo a uma população de mais de 16 milhões de pessoas – julgamos, em 2014, mais de 2,8 milhões de ações e recursos, cifra que tem se expandido desde então. Desde o início da década, figuramos nas estatísticas do Conselho Nacional de Justiça com os melhores índices de produtividade e celeridade de julgamento dentre as Cortes estaduais.

Sabíamos, contudo, já quando da posse, que o desafio do Judiciário estadual não se limitava aos aspectos tradicionalmente mensurados do nosso imenso trânsito processual, ou à complexidade de nossa estrutura de atendimento, mas que compreendia importantes pontos de descompasso entre a jurisdição, as políticas públicas judiciárias e a sociedade, cuja importância escapava à visão meramente estatística e, em nosso diagnóstico, se traduzia num indesejável afastamento entre o Tribunal de Justiça e a sociedade.

O atual protagonismo das instituições judiciárias não pode ser dissociado, de outra mão, do hoje já bem identificado fenômeno da judicialização da política, que, nas palavras

do eminente sociólogo Luiz Werneck Vianna, importa na “invasão da política pelo Direito, ampliando-se a esfera da legalidade” e pelo qual, segundo Ran Hirschl, professor de ciência política e direito da Universidade de Toronto, se verifica o recurso cada vez mais acentuado aos tribunais e meios judiciais para a abordagem de questões morais relevantes para a comunidade, assim como de políticas públicas e controvérsias políticas. Esse fenômeno é uma inquestionável tendência em democracias como a nossa, e vem reforçar a necessidade atual de que o Judiciário – a justiça comum em particular – responda de modo efetivo às demandas da população e honre o lugar institucional que lhe cabe.

Nosso estado, acresça-se, apresenta, como fruto de sua conturbada história, um grau de conflituosidade acentuado em sua sociedade, a refletir problemas que, infelizmente, se até hoje martirizam grande parte do país, aqui se expressam de forma aguda, doída. Questões sociais não equacionadas geram litígios em matéria de família, de consumo, criminais e infracionais, e afetam o próprio estatuto da cidadania, ao impedirem o exercício de direitos fundamentais. Às já reconhecidas carências de nossa população, contudo, somou-se, em desdobramentos inéditos quanto à sua amplitude, uma crise fiscal e financeira brutal, consequência de generalizada crise econômica, ambas afetando severamente não só a sociedade, como as atividades de nosso Tribunal.

Vimo-nos, assim, defronte a um mosaico de dificuldades a um tempo crônicas e agudas, novas e antigas, qual patologias a requererem tratamento voltado a causas profundas, mas também aos sintomas mais aflitivos. Esse quadro foi abordado por meio de um planejamento abrangente ao início da gestão, por meio do qual cotejamos e compatibilizamos os problemas e os recursos disponíveis para o seu tratamento. Reasseguramo-nos, nada obstante, até pelas agravadas condições da crise, que sempre agride mais aos mais pobres, quanto à necessidade de perseguir, de forma diligente, o nosso desiderato inicial.

Assumimos o Tribunal, pois, com o compromisso inicial de dar continuidade a extensas obras de reforma e readequação do fórum central da Capital, reclamadas por gerações de magistrados e advogados e iniciadas na gestão anterior, bem como de promover um melhor fluxo de atendimento nas unidades jurisdicionais de primeira instância, de modo a diminuir o tempo de duração do processo e, assim, melhor atender ao jurisdicionado. Coube-nos, ainda, a partir de 2016, conduzir essa tarefa sob a vigência de um novo código de processo civil, que promoveu reforma de amplas consequências na jurisdição.

Em relação a esses tópicos, nossa caminhada foi expressiva, em vista não só do avanço da reforma do principal prédio da justiça comum fluminense, como da disseminação do

processo eletrônico por todo o estado, da redistribuição da força de trabalho, da criação e instalação de 27 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) e difusão da mediação, e da ampliação do emprego de métodos de gestão cartorária. No segundo grau de jurisdição, adequamos procedimentos e estrutura à profunda mudança no sistema jurisdicional promovida pela Lei 13.105/15 (CPC), em particular no que toca à gestão da litigiosidade contemporânea, de grande volume, tendo criado as seções cíveis comum e do consumidor para titularizar competências criadas pela lei nova.

Ainda no tocante à jurisdição, com especial atenção ao 1º grau, nossa gestão foi marcada pela expansão e fortalecimento da rede de atendimento na competência de violência doméstica contra a mulher, com implementação do Protocolo Violeta, e pela criação dos Núcleos das Audiências de Custódia e de Apresentação de Adolescentes e pela atuação concentrada nas execuções fiscais. Por meio desses projetos, construídos com intensa participação da magistratura, o Tribunal de Justiça posicionou-se firmemente na proteção aos direitos humanos em nosso estado, dando efetividade a cláusulas fundamentais da Constituição. Na seara protetiva da infância e adolescência, o Tribunal criou e implantou, junto aos Juízos dessa competência, o projeto de apadrinhamento, pelo qual a sociedade pode participar no apoio às crianças em situação de abrigo institucional.

Sabendo, de outra mão, que a melhoria no atendimento à população não seria alcançada sem a valorização de magistrados e servidores, mesmo com a rápida deterioração da situação econômica de nosso estado, incentivamos aposentadorias e, tendo reduzido a despesa de pessoal em termos nominais, promovemos a recomposição de nosso quadro funcional, ao passo que realizamos concurso que, concluindo-se no final de 2016, trouxe 18 novos integrantes à magistratura de nosso estado.

No plano orçamentário, levamos o Fundo Especial do Tribunal de Justiça ao reequilíbrio de receitas e despesas, pela redução destas a níveis que, observando estimativa para a continuidade das atividades nos anos vindouros e alvitando a estabilização da situação fiscal do estado, são compatíveis com as necessidades essenciais da jurisdição e sua administração. É importante que se diga que no tocante à garantia do pagamento dos salários de magistrados e servidores, como a esta altura é consabido, a Administração não poupou esforços para assegurar o seu pontual adimplemento, em cenário de crise fiscal-financeira que, repita-se, é inédito.

Nosso plano estratégico, outrossim, elaborado em estricto alinhamento ao orçamento, abrange as principais iniciativas de nossa gestão e da gestão anterior, que vinham em

execução, dando à comunidade judiciária e à sociedade uma visão transparente dos projetos pelos quais buscaríamos aprofundar a realização dos objetivos de nossa gestão.

Além das iniciativas já mencionadas, e ainda no eixo de assegurar direitos fundamentais, ampliamos e aprofundamos os projetos da Justiça Itinerante, voltado ao atendimento da população com dificuldade de acesso às sedes dos juízos, e o da Justiça Cidadã, que visa à consolidação de lideranças comunitárias e à disseminação de uma cultura de direitos. Mais além, através de ações como os casamentos comunitários e a expansão das atividades de registro civil, o Tribunal de Justiça promoveu direitos básicos da população.

A todo tempo, ademais, nossa gestão agiu para promover a recuperação simbólica da presença do Poder Judiciário no imaginário social, realizando, na Capital do estado, inúmeros projetos de comunicação e cultura abertos à população e ancorados no resgate e disseminação das funções da justiça na sociedade. Com o mesmo objetivo, adotamos uma política de comunicação com a mídia caracterizada pela abertura e pela transparência, reconhecendo na imprensa um instrumento fundamental para o fortalecimento de uma sociedade democrática.

Chegando, assim, ao encerramento de um biênio que foi de lutas árduas – nas quais, como já se referiu, lidamos com urgências novas e velhas, oriundas de problemas seculares herdados por uma democracia ainda jovem, porém de consequências dramáticas e atuais –, acreditamos ter realizado, com olhos postos no compromisso maior de promoção dos direitos da cidadania, ações e projetos que foram decisivos na concretização do ideal de promoção da Justiça no estado do Rio de Janeiro.

Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho

PRESIDENTE







## 2. Imagem Institucional

No curso do biênio, a Presidência do Tribunal aproximou-se de magistrados, servidores, advogados e da sociedade civil, evidenciando, com sua presença, a disponibilidade da Instituição para o diálogo e a atuação conjunta em prol da garantia dos direitos da cidadania. Ao promover e se engajar em iniciativas ligadas à expansão de uma cultura de direitos, o Tribunal potencializou a atuação jurisdicional da magistratura e democratizou a ação da Administração, reforçando, assim, o cumprimento de sua missão institucional. Ao fazê-lo, ainda, o TJRJ resgatou junto à comunidade forense e à sociedade a confiança necessária para a ampliação do diálogo e da colaboração – que os expressivos resultados obtidos no biênio demonstram ser essencial à promoção do valor Justiça.

### DESTACAM-SE A SEGUIR ALGUNS DESSES MOMENTOS:

#### 2015

##### REUNIÃO COM JUÍZES DAS COMARCAS DO INTERIOR – 06/02

Em reunião da Administração Superior com os juízes das comarcas do interior do estado, o Presidente do TJRJ anunciou seus novos integrantes e também os responsáveis pelas diretorias-gerais e informou, na ocasião, melhorias a serem implementadas, em especial a criação de um departamento de atendimento aos magistrados e a intensificação do controle da segurança, por meio da instalação de câmeras de monitoramento e de portais de acesso em mais fóruns.

##### REUNIÃO COM JUÍZES DA COMARCA DA CAPITAL – 09/02

Em reunião também com os juízes da Capital, o Presidente do TJRJ apresentou a Administração e anunciou as diretrizes para o biênio, detalhando em especial a prioridade de atendimento aos juízes de 1º grau.



*A Administração se apresenta aos juízes da Capital.*

### ABERTURA DA SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA – 09/03

Na abertura da campanha “Justiça pela Paz em Casa”, na presença do Governador do Estado, de representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública e de outras autoridades, o Presidente do TJRJ apoiou a lei que tipifica o feminicídio como crime hediondo, apontando ser uma medida necessária para o combate à violência contra a mulher. Destacou, ainda, a realização de 1.082 audiências na semana da campanha, ou 200% a mais que o habitual. Na solenidade, foi homenageada a servidora mais antiga do TJRJ, senhora Lilly Marlene Ferreira Pinto.



*O Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, a Corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz; a primeira-dama do Estado, Maria Lúcia Cautiero Horta Jardim; o Governador, Luiz Fernando de Souza Pezão; o Subprocurador-geral da Justiça de Direitos Humanos e Terceiro Setor, Ertulei Matos; o chefe de Polícia Civil, delegado Fernando da Silva Veloso; o Defensor Público Geral do Estado, André Luís Machado de Castro; e o 3º vice-presidente do TJRJ Celso Ferreira Filho.*

### VISITA AO 10º NÚCLEO REGIONAL – 26 E 27/03

Em comitiva, o Presidente do TJRJ visitou Itaperuna e ouviu reivindicações de magistrados e servidores, considerando excelente a participação e a adesão deles ao evento. O grupo foi recebido pelo diretor do fórum de Itaperuna, Juiz Maurício dos Santos Garcia e, pela Juíza dirigente do Núcleo, Leidejane Chieza Gomes da Silva. Com a iniciativa, a Administração mostrou sua atenção e aproximação com o norte e o noroeste fluminenses.



*O Presidente do TJRJ e os servidores do 10º Núcleo Regional.*

### MISSA DA PÁSCOA DA JUSTIÇA – 08/04

Nessa data, o Presidente do TJRJ, entre outros magistrados e servidores, compareceu à missa da Páscoa da Justiça celebrada no TJRJ pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Orani Tempesta, uma tradição do Tempo Pascal da Igreja Católica. A homilia contou com um coral composto por serventuários do judiciário fluminense.



*O Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando, e o Cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta.*

## **PACTO DE COMPROMISSO PELA INTENSIFICAÇÃO DO ENFRENTAMENTO À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – 09/04**

No plenário do Tribunal de Justiça, com apresentações de um grupo de capoeira e de uma escola de samba, o Presidente do TJRJ, representando o judiciário fluminense, assinou o “Pacto de Compromisso pela Plena Garantia dos Direitos da Infância e da Juventude no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro”, celebrado com o Executivo e o Legislativo estaduais e com entidades civis, por ocasião dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No evento, o Presidente reafirmou a posição do TJRJ no sentido de “cada vez mais (estar) empenhado em prol da criança e do adolescente”.



*O Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, durante a assinatura do pacto.*



*Apresentação de escola de samba durante a cerimônia.*

## ABERTURA DA 2ª SEMANA NACIONAL DO TRIBUNAL DO JÚRI – 13/04

Na abertura da 2ª Semana Nacional do Júri, o Presidente do TJRJ saudou o Conselho Nacional de Justiça pela iniciativa e destacou que a escolha do judiciário fluminense como sede da campanha se devia ao resultado do trabalho desenvolvido pelo Tribunal, “... é o reconhecimento do esforço que o Tribunal desenvolve no sentido de combater a criminalidade violenta... Em primeiro lugar temos que continuar realizando esse trabalho para, em segundo lugar, continuar merecendo esse reconhecimento”. A Semana Nacional do Júri tem como objetivo estimular o julgamento dos casos de crimes dolosos contra a vida que tramitam nos Tribunais.



*Guilherme Calmon, Conselheiro do CNJ, o Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando, o Subprocurador-geral da Justiça de Direitos Humanos e Terceiro Setor, Ertulei Matos e o Defensor Público Geral do Estado, André Luís Machado de Castro.*

## INAUGURAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO PLANTÃO JUDICIÁRIO – 15/04

Na inauguração das novas dependências do Plantão Judiciário, realizada pelo Presidente do TJRJ e por sua antecessora, a desembargadora Leila Mariano, foi ressaltada a importância da obra de ampliação, que aumentou a área original a mais do dobro e melhorou o acesso, o conforto e a segurança de todos. A obra foi concebida e realizada quase em sua totalidade na gestão anterior, e por isso sua entrega ao uso pela comunidade forense se deu na presença conjunta da desembargadora, do Presidente e também da Corregedora-Geral da Justiça.



*O Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando e a desembargadora Leila Mariano, Presidente do TJRJ no biênio 2013/2014. Na foto à direita o cartório, que antes tinha área de 26,18m<sup>2</sup> e passou a ter 50,93m<sup>2</sup>.*

## VISITA AO 4º NÚCLEO REGIONAL – 17/04

Continuando seu programa de visita da Administração aos Núcleos Regionais, o Presidente do TJRJ abriu amplo diálogo com juízes e servidores do 4º Núcleo Regional – Baixada Fluminense, um dos maiores do estado, com 13 comarcas, localizado na região metropolitana da Capital.



*O presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho e a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, com juízes e servidores do 4º NUR.*

## REUNIÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE GOVERNANÇA DIFERENCIADA DAS EXECUÇÕES FISCAIS – 27/04

Reunião com os juízes de Execução Fiscal do TJRJ, que manifestaram interesse em aderir ao Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, desenvolvido pela Corregedoria Nacional de Justiça, com o objetivo de reduzir a quantidade de processos de execução fiscal. A importância da iniciativa decorre de que aproximadamente 60% dos processos judiciais são de execução fiscal, percentual que também se verifica em nosso estado.



*O subprocurador-geral do estado, Rodrigo Mascarenhas; o juiz auxiliar da Presidência Antonio Aurélio Abi-Ramia Duarte; a Corregedora-Geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo; O presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho; a juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Soníria Rocha Campos d'Assunção e os desembargadores do TJRJ, Agostinho Teixeira de Almeida Filho e Camilo Ribeiro Ruliere;*

## INAUGURAÇÃO DA JUSTIÇA ITINERANTE ESPECIALIZADA EM PERÍCIAS – 28/04

Lançamento, em São Gonçalo, do projeto piloto da Justiça Itinerante Especializada em Perícias. O evento registrou a realização de 48 perícias médicas. Foram destacados, dentre os atendimentos, seis laudos que foram emitidos em domicílio porque os pacientes apresentavam dificuldades de locomoção.



*A desembargadora Cristina Tereza Gaulia, a juíza Márcia Succi, O Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, a diretora-geral da DGJUR, Alessandra Anátocles, o desembargador Marcelo Anátocles e a juíza auxiliar da Presidência, Adriana Ramos.*

## REUNIÃO COM JUÍZES E SERVIDORES DO 1º NÚCLEO REGIONAL – 20/05

Nessa ocasião, o Presidente do TJRJ deu continuidade aos encontros com os magistrados e servidores dos núcleos regionais, ouvindo reivindicações, sugestões e reclamações da 1ª instância da comarca da Capital – Fórum Central.



*O Presidente do TJRJ e a Corregedora-Geral da Justiça ouvem juízes e servidores do 1º NUR*

## ABERTURA DA SEMANA DO MEIO AMBIENTE – 01/06

Nesse encontro, que contou com a participação da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foi assinado protocolo de intenções entre a União e o TJRJ, com o objetivo de promover a integração institucional para execução de atividades de cooperação e assessoria técnica em gestão ambiental. Durante a solenidade, a Ministra entregou ao Presidente do TJRJ o Selo Prata de reconhecimento a instituições públicas pelo empenho na implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública.



*Os desembargadores Edson Vasconcelos e Jessé Torres, a ministra Izabella Teixeira, o Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, a Corregedora-Geral da Justiça Maria Augusta Vaz, o presidente do TCE Jonas Lopes, o Subprocurador de Justiça Eduardo Gussem e o deputado estadual Carlos Minc.*



*O Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho com o certificado do Selo Prata de reconhecimento a instituições públicas pelo empenho na implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública conferido pelo Ministério do Meio Ambiente.*



## **INAUGURAÇÃO DA UNIDADE MÓVEL DO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – 12/06**

Inauguração, em Campos dos Goytacazes, de unidade móvel voltada ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica. A unidade está instalada num ônibus e ficará baseada em Campos, mas vai circular por distritos. Nela atuarão juiz, Ministério Público e oficial de justiça, além de outros profissionais, com o objetivo de atender a demanda de mulheres com dificuldades de acesso à Justiça, com máxima rapidez.



*A Corregedora-Geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, a primeira-dama do estado, Maria Lucia Horta e o presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.*



*A Corregedora-Geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, a primeira-dama do estado, Maria Lucia Horta, a prefeita de Campos, Rosinha Garotinho, e a juíza auxiliar da Presidência, Adriana Ramos de Mello.*

## ABERTURA DA CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS – 23/06

Por iniciativa do Centro de Estudos e Debates do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEDES), a Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR) promoveu o seminário “Estatuto do Idoso – Uma lei que precisa pegar – Lei 10.741/03”.



*O advogado Álvaro Pessoa, os desembargadores Antônio Carlos Esteves Torres, Caetano Ernesto da Fonseca Costa (Diretor-geral da EMERJ), Maria Augusta Vaz (Corregedora-Geral da Justiça) e Carlos Eduardo da Fonseca Passos (Diretor-geral do CEDES), o juiz auxiliar da Presidência Antônio Aurélio Abi-Ramia Duarte e a Diretora-geral da DGJUR, Alessandra Anátocles.*

## INSTALAÇÃO DA 7ª VARA CÍVEL DO FÓRUM REGIONAL DE CAMPO GRANDE – 25/06

O Presidente do TJRJ instalou a 7ª Vara Cível Regional de Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro. A serventia é mais uma a atender à população da região, que ultrapassa um milhão de habitantes, e sua instalação busca tornar mais rápido o andamento das demandas naquele fórum.



*As juízas Andrea Magalhães Araújo e Monique Abreu David, o desembargador Lúcio Durante, a Corregedora-Geral da Justiça, Maria Augusta Vaz, o Presidente do TJRJ, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho e a juíza Márcia Andrea Rodrigues Lema.*

## **ABERTURA DO SEMINÁRIO NACIONAL CRIANÇA SUJEITO DE DIREITOS – 1 ANO DA LEI MENINO BERNARDO – 29/06**

Em comemoração ao primeiro ano de vigência da “Lei Menino Bernardo”, a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ), em parceria com o TJRJ, promoveu o “Seminário Nacional Criança Sujeito de Direitos - Um Ano da Lei 13.010/2014 - Menino Bernardo”.



*Cartaz do Seminário que comemora 1º ano de vigência da 'Lei Menino Bernardo'.*

## **VISITA AO 5º NÚCLEO REGIONAL – 29/07**

Em visita ao 5º Núcleo Regional, em Volta Redonda, a cerca de 130 quilômetros da Capital, o Presidente do TJRJ anunciou a realização de estudos para criação, naquela comarca, de uma vara especializada no combate à violência doméstica contra a mulher.



*O Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho com os servidores do 5º NUR.*

## ABERTURA DA 2ª SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA E LANÇAMENTO DA CARTILHA LEI MARIA DA PENHA – 03/08

Em agosto de 2015, foi promovida a 2ª edição da campanha, e, na presença do Presidente do TJRJ, da Corregedora-Geral da Justiça e da 1ª Vice-Presidente do TJRJ, foi lançada a nova versão da Cartilha da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), elaborada pelo Tribunal de Justiça.



*O Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, a Primeira vice-presidente do TJRJ, desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar, a Corregedora-Geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, o procurador-geral da ALERJ, Hariman Dias de Araújo, o subprocurador-geral de Justiça do Rio, Ertulei Laureano Matos, a juíza Adriana Ramos de Mello, a representante do Escritório da ONU, Nadine Gasman e a Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Ana Maria Rocha.*

## INSTALAÇÃO DA VARA DE EXECUÇÕES DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – 31/08

“O encarceramento não é a solução. É preciso um olhar diferenciado na aplicação das medidas socioeducativas para adolescentes infratores, já que ele – o jovem - é um ser que ainda se encontra em formação”. Com essas palavras, o Presidente do TJRJ, instalou a Vara de Execução de Medidas Socioeducativas da comarca da Capital.



*A juíza Lúcia Glioche, a Corregedora-Geral da justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, a juíza Raquel Chrispino e o Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.*

### **VISITA AO 2º NÚCLEO REGIONAL – 04/09**

Em visita ao 2º Núcleo Regional – Niterói, o Presidente do TJRJ participou de encontros com juízes e servidores e anunciou tratativas com o governo do estado, acompanhado de representantes de sindicatos e associações de classe, para discutir questões relacionadas à data-base da categoria.



*Servidores do 2º NUR.*

### **INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA, COM A PRESENÇA DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – 18/09**

Nessa ocasião, foi inaugurada no TJRJ a Central de Audiências de Custódia, numa iniciativa que, de acordo com o Presidente do TJRJ, representou uma inovação no sistema processual penal. “o projeto – estratégico no biênio - evita o ingresso do detido no sistema carcerário, quando o cidadão, em princípio, não oferecer periculosidade criminal. O juiz faz uma avaliação para saber se aquela pessoa pode, sem prejuízo da sociedade, ser colocada em liberdade”.



*O Presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, e o presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.*

### VISITA AO 8º NÚCLEO REGIONAL – 25/09

O Presidente do TJRJ se reuniu, na ocasião, com juízes e servidores do 8º Núcleo Regional, que reúne as comarcas de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro e Seropédica. O encontro aconteceu no fórum de Mangaratiba e fez parte da política de aproximação da Administração com magistrados e serventuários, para discussão dos projetos e reivindicações das comarcas do interior do estado.



*Acompanhados de juízes e do desembargador José Carlos Maldonado, a Corregedora-Geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, e o Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, ouvem magistrados e servidores do 8º NUR.*

### 105º ENCONTRO DO CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA – 21/10

“Em meio a tantas turbulências, o Poder Judiciário deve contribuir como eixo do equilíbrio institucional da nação”, afirmou, na ocasião do encontro, o Presidente do TJRJ, durante a solenidade de abertura do 105º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, no Pleno do TJRJ.



## LANÇAMENTO DO OBSERVATÓRIO JUDICIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – 02/12

O Presidente do TJRJ lançou o Observatório Judicial da Violência contra a Mulher. O portal, criado dentro do site do Tribunal, reúne todas as informações relacionadas à violência de gênero: legislação, orientações, estatísticas, relação dos órgãos de proteção, delegacias especializadas, crimes mais recorrentes, quantitativo de processos existentes e notícias, entre outros assuntos. O espaço é pioneiro nos Tribunais de Justiça do país e funciona como banco de dados oficiais, que pode ser acessado e consultado pelo público em geral.



*Adriana Ramos de Mello, Juíza Auxiliar da Presidência.*

## DIA DA JUSTIÇA – 08/12

Como parte das comemorações do Dia da Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro entregou a condecoração do Colar do Mérito Judiciário a 44 autoridades, entre ministros, militares, magistrados e servidores. Entre os homenageados, receberam a comenda o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki e a Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues. O colar é a mais alta honraria concedida a pessoas e instituições que tenham prestado relevantes serviços à cultura jurídica ou ao Poder Judiciário fluminense.



*O Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, ao centro da mesa, e demais autoridades presentes ao evento.*

## 2016

### REUNIÃO COM JUÍZES E SERVIDORES DO 3º NÚCLEO REGIONAL – 18/03

O Presidente do TJRJ e a Corregedora-Geral da Justiça, acompanhados de diretores do TJRJ, visitaram o 3º Núcleo Regional – Região Serrana. O encontro teve como objetivo apresentar o trabalho desenvolvido pela Administração e ouvir sugestões dos juízes e servidores que atuam na região.



*Acompanhados de juízes do 3º NUR e dos desembargadores José Carlos Maldonado, Ricardo Cardoso e Caetano Ernesto da Fonseca Costa, a Corregedora-Geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, e o presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, ouvem magistrados e servidores da região serrana.*

### ASSINATURA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DA REDE RIO DE SUSTENTABILIDADE – 12/04



*O procurador-geral do Tribunal de Contas do Estado, Sergio Cavaliere Filho, presidente do TJRJ no biênio 2004/2005, o presidente da COSUS, desembargador Jessé Torres, o Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, o Coordenador do Centro de Apoio Operacional ao Meio Ambiente, promotor Marcos Cavalcante Pereira Leal, representante do Ministério Público e a presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, Samyra Brollo de Serpa Crespo.*



O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público estadual assinaram Protocolo de Intenções para estabelecer a Rede Rio de Sustentabilidade, que tem como objetivo implementar ações para promover o desenvolvimento de práticas sustentáveis em órgãos e entidades públicas do estado.

O Presidente da Comissão de Sustentabilidade do TJRJ, desembargador Jessé Torres Pereira Júnior, destacou, na ocasião, que esperava que a Rede atingisse uma centena de participantes, desenvolvendo o intercâmbio das práticas de sustentabilidade para, a partir de ações locais, melhorar a qualidade de vida no planeta. Segundo ele, as instituições do Poder Judiciário, juntamente com o Jardim Botânico, exercem um papel diferenciado por suas próprias características de mediadoras e protetoras da sociedade.

### CERIMÔNIA DE CERTIFICAÇÃO DO SIGA A 162 SERVENTIAS – 16/04



*O desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho e Barbara Carrijo, titular do cartório da 5ª Vara Empresarial da Capital*

Sob a condução do Presidente, e com a presença da Corregedora, foram certificadas no Sistema Integrado de Gestão (SIGA) 162 serventias de todo o estado, que aderiram a esse sistema de gestão em 2015. O resultado representou um acréscimo de 40% no número de juízos de 1º grau em relação ao ano de 2014, o melhor resultado anual desde a criação do sistema pelo TJRJ. Segundo o Presidente, “Com o SIGA estamos fugindo à burocratização, à robotização e à massificação do trabalho”.

### MISSA DA PÁSCOA DA JUSTIÇA – 26/04

Na ocasião, o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta, destacou a importância da celebração no TJRJ, que assim segue uma tradição do Tempo Pascal da Igreja Católica, acentuando a significação do evento num momento em que a população e o país enfrentam um período de crise.



*O Cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta, celebra missa para magistrados e servidores.*

### CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL – 27 A 30/04

Evento que reuniu representantes de cerca de 70 países no TJRJ, o 1º Congresso Mundial de Direito Ambiental (WELC) teve como tema “O Estado de Direito Ambiental, Justiça e Sustentabilidade Planetária”, e dele participaram juristas, cientistas, diplomatas e indígenas. O congresso foi uma realização da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).



*O Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, o Presidente do STJ, ministro Francisco Falcão e o ministro do STJ, Herman Benjamin.*



*O Diretor regional da ECT, Everton Luiz Cabral Machado, e o biólogo e fundador do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro, Ademar Faria Coimbra Filho.*

### **ASSINATURA DO TERMO DE ADESÃO AO MOVIMENTO “HEFORSHE” – 12/05**

O TJRJ e a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) passaram a integrar o movimento Eles por Elas (HeforShe), desenvolvido pela ONU Mulheres e que visa combater a desigualdade de gênero, a discriminação e a violência contra as mulheres. O termo de adesão foi assinado durante o evento, pelo Presidente do TJRJ, pelo Diretor-Geral da EMERJ, o Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa, pela Diretora da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe, Luíza Carvalho, e pela representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman.



## **XI ENCONTRO DE JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS E TURMAS RECURSAIS – 20/05**

Em cerimônia realizada no Órgão Especial, a Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Corregedora Nacional de Justiça, Nancy Andrichi, defendeu mais simplicidade nas decisões dos processos que tramitam nos juzizados especiais. No encontro, foram aprovados os Enunciados de Juizados Especiais Cíveis e Turmas Recursais Cíveis, vindo a ser divulgados pelo Aviso Conjunto TJ/COJES n.º 15/2016.



*O juiz Aroldo Gonçalves Pereira Junior, auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, a desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Nancy Andrichi, o Presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, a primeira vice-presidente do TJRJ, desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar, o juiz Flávio Citro Vieira de Mello, coordenador das Turmas Recursais Cíveis, Criminais e Fazendárias e o desembargador Thiago Ribas Filho, presidente do TJRJ no biênio 1997/1998.*

## **LANÇAMENTO DO PROGRAMA “ADOÇÃO EM PAUTA” – 25/05**



*O titular da Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso de Valença, no Sul Fluminense, juiz Daniel Konder de Almeida; o titular da 4ª Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude e fundador do grupo de adoção Quintal de Ana, procurador Sávio Bittencourt; o desembargador Fernando Foch; a coordenadora da CEVIJ, juíza Raquel Chrispino, e a coordenadora da CEJAI, desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira.*

No lançamento do programa, que tem como objetivo estimular o andamento de processos de adoção e destituição de poder familiar, por meio de ações concentradas, o Tribunal de Justiça sediou um importante debate sobre a necessidade de uma política pública judiciária para promover a adoção. Mediado pelo Presidente do Fórum Permanente de Direto à Informação e Política de Comunicação Social do Poder Judiciário, desembargador Fernando Foch, o debate contou, também, com a coordenadora da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Rio de Janeiro (CEJAI), desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira; a coordenadora da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e Idosos (CEVIJ), juíza Raquel Chrispino; o titular da Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso de Valença, no Sul Fluminense, juiz Daniel Konder de Almeida; e o titular da 4ª Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude e fundador do grupo de adoção Quintal de Ana, procurador Sávio Bittencourt. A solenidade se deu no Dia Nacional da Adoção.

### **ENCONTRO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – 24/06**

Juízes da Infância e da Juventude dos tribunais estaduais e do Distrito Federal criaram o Fórum Nacional da Justiça Protetiva, destinado a tratar de medidas de proteção à criança e ao adolescente. O fórum teve por objetivo constituir-se em um espaço para os juízes trocarem experiências e conhecimentos em sua área, conforme resumiu a juíza Raquel Santos Pereira Chrispino, coordenadora da CEVIJ – Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância e da Juventude.



*Os juízes Renata Gil, Renato Scussel, Adriana Ramos de Mello, Raquel Chrispino e Regina Chuquer.*

## I ENCONTRO DA JUSTIÇA ITINERANTE – 15/07

A coordenadora do programa Justiça Itinerante, desembargadora Cristina Tereza Gaulia, anunciou a criação de um convênio com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), com o objetivo de tornar mais efetivas as ações de regularização fundiária no estado. A ideia foi iniciar o trabalho conjunto durante as ações da Justiça Itinerante realizadas no Complexo da Maré e no município de Varre-Sai, na região noroeste do estado.



*O juiz Enrico Carrano, a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Simone Lopes da Costa, a desembargadora Cristina Gaulia, e os representantes do ITERJ, Elizabete Mayume e Luis Claudio Vieira.*

## LANÇAMENTO DO PROJETO DE VALORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – 29/07



*O presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, o presidente em exercício da AMB, juiz Paulo Mello Feijó, a coordenadora da CEVIJ, juíza Raquel Chrispino, a coordenadora da Unicef para os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Luciana Phebo e o diretor-geral do DEGASE, Alexandre Azevedo de Jesus.*

Em solenidade com a presença do Presidente em exercício da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Paulo Mello Feijó, da coordenadora da Unicef para os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Luciana Phebo, da coordenadora de Articulação das Varas da Infância e Juventude, juíza Raquel Chrispino, além de outras autoridades, o Presidente marcou o início das atividades do Plano de Valorização da 1ª Infância, projeto inscrito no Plano Estratégico do Tribunal. O projeto prevê a priorização de processos criminais e infracionais que envolvam mães de crianças até 6 anos de idade e a melhoria do acolhimento institucional dessas crianças. Segundo o Presidente, “É uma iniciativa que vai tirar as nossas vendas, no sentido de combater a invisibilidade das crianças de primeira infância mais necessitadas”.

### **CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS 10 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA – 26/08**

Dez anos após sua promulgação, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) ainda precisa de divulgação mais intensa para a sociedade. É a avaliação de especialistas que participaram do debate promovido pelo TJRJ. O evento contou com a parceria do Projeto Mulheres 50 Mais. É consenso, além disso, a necessidade de uma campanha de conscientização nos veículos de comunicação e setores da educação em relação ao papel da mulher na sociedade. O evento foi realizado no antigo Palácio da Justiça.



*A juíza auxiliar da Presidência, Adriana Ramos, a jornalista Angelina Nunes, do Mulheres 50 Mais, a psicóloga Cecília Soares, que implantou e coordenou o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam), e a consultora do Instituto Carlos Chagas para o projeto Menina-Moça-Mulher, de atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade social, Lia Blower.*

**TJRJ CONQUISTA PRÊMIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – 03/11**

Participante da Rede Rio de Sustentabilidade em parceria com outras instituições, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Tribunal conquistou o 2º lugar no Prêmio Melhores Práticas do programa A3P, do Ministério do Meio Ambiente, em sua sexta edição, na categoria Inovação na Gestão Pública. A premiação, que é anual, tem o objetivo de reconhecer, dar visibilidade e incentivar instituições a desenvolverem projetos e programas voltados para o campo socioambiental. Segundo o Desembargador Jessé Torres, Presidente da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade, “sem dúvida é um reconhecimento da participação do Poder Judiciário em uma iniciativa que é rara, de reunir órgãos e entidades integrantes de toda a administração pública, seja municipal, estadual ou federal para, troca de informações sobre as melhores práticas de sustentabilidade na gestão pública”.



## COMEMORAÇÃO DO DIA DA JUSTIÇA – 08/12

O Dia da Justiça de 08 de dezembro de 2016 foi marcado por homenagens no TJRJ. 48 autoridades e personalidades foram agraciadas com o Colar do Mérito Judiciário. A Ministra Laurita Hilário Vaz, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi uma das homenageadas durante a solenidade realizada no Pleno do Tribunal.



*Plenário durante a comemoração do Dia da Justiça.*

## EVENTO “A SUSTENTABILIDADE NO PRESENTE E NO FUTURO” – 13/12

Na palestra “Sustentabilidade no Presente e no Futuro” realizada no salão nobre do TJRJ, os palestrantes destacaram a conscientização e a empatia como valores a serem praticados em busca de uma sociedade mais sustentável, inclusive para o futuro.



*O professor Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas, coordenador do Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente (Latec) da Universidade Federal Fluminense (UFF), o presidente da COSUS, desembargador Jessé Torres, o presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, o professor Sergio Besserman Vianna, presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o professor Juarez Freitas, presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público.*

## 2017

### **CERTIFICAÇÃO DE SERVENTIAS JUDICIAIS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS PELO SIGA - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO – 13/01**

Em cerimônia no auditório Desembargador José Navega Cretton, no 7º andar do fórum central, foram entregues certificados do Sistema Integrado de Gestão (SIGA) a 205 serventias judiciais, de todos os NUR, e a 16 unidades administrativas que, durante o biênio 2015/2016, aderiram a esse programa de qualidade, num aumento de 76% em relação a 2014. Durante o evento, que contou com a presença da Corregedora-Geral de Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo, e das juízas Maria Tereza Donatti e Regina Lúcia Chuquer de Almeida Costa de Castro Lima. O Presidente, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, assinalou que “O SIGA não é um sistema de gestão imposto às serventias. Ele é voluntário e gera racionalização e humanização dos trabalhos, significando melhoria para os magistrados e servidores e, principalmente, para a população”.

### **NOVAS INSTALAÇÕES DAS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DA VARA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA ZONA PORTUÁRIA – 18/01**

O Presidente do Tribunal visitou as novas instalações da Vara da Infância e Juventude (VIJ) e da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas (VEMSE) da comarca da Capital, que, a partir de janeiro de 2017, voltaram a funcionar no bairro da Gamboa. A renovada estrutura permite o atendimento digno a adolescentes e seus familiares e traz mais segurança e conforto a magistrados, promotores, defensores públicos, advogados, servidores e testemunhas. Durante a visita, o juiz auxiliar da Presidência, Luiz Márcio Victor Alves Pereira, destacou que “com os problemas que encontramos na execução penal, precisamos resgatar melhores condições de atendimento aos adolescentes infratores para que não entrem no sistema penal após a maioridade”.

### **POSSE DOS JUÍZES APROVADOS NO XLVII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA – 24/01**

A importância da magistratura para a garantia da Constituição da República foi a tônica da cerimônia de posse dos 18 juízes aprovados no 47º Concurso para Ingresso da Magistratura, iniciado em 2015 e concluído ao final de 2016. Ao receber os novos magistrados, o Presidente do Tribunal destacou que “Não há democracia sem o Judiciário atuante para a sua consolidação”. Estiveram presentes à posse também os Presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ).



*O Presidente e os novos juízes.*

### **TJRJ INAUGURA 1ª FASE DA READEQUAÇÃO DO FÓRUM CENTRAL**

Em 30 de janeiro de 2017, o Presidente do Tribunal, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, inaugurou a primeira etapa de obras de Readequação do Fórum Central. “Foi preciso dividir salas, foi necessário correr contra o tempo para terminar essa fase do projeto. A primeira instância é a vitrine do Judiciário e é preciso ter condições dignas de trabalho para que seja bem desempenhado e tenha bom atendimento a advogados e ao público em geral”, frisou. O desembargador fez o descerramento da placa de inauguração, juntamente com a Corregedora-Geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo, e a desembargadora Leila Mariano, presidente do TJRJ no biênio 2013/2014.

A primeira etapa da reforma contou com a adequação da rede elétrica, esgoto, redes de águas pluviais e a climatização de corredores do 1º e 2º andares. Também foram reformadas 36 Varas Cíveis, 1 Central de Partilha Judicial, 1 Serviço de Perícia Judicial (SEJUD), 3 Reprografias, 2 Livrarias, 8 sanitários públicos (femininos e masculinos), 4 Depósitos de material de limpeza e 5 corredores principais.





# 3. Introdução

## 3.1 CONTEXTO NORMATIVO

O biênio de 2015/2016 foi marcado por inovações legislativas que tiveram grande impacto nas atividades jurisdicionais e na administração do Tribunal de Justiça. Destacam-se aqui as de maior relevo, que levaram a modificações na estrutura da prestação jurisdicional de segundo grau e condicionaram, no plano administrativo, a atividade de gestão do Tribunal.

Já em 13 de janeiro de 2015, entrou em vigor a Lei Estadual 6.956/2015 (LODJ), que, revogando em maior parte o CODJERJ, veio a dispor sobre a organização e divisão judiciárias do estado do Rio de Janeiro, além da organização administrativa do Poder Judiciário. Em sua esteira, considerando o objetivo de celeridade e os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, a Resolução TJ/OE/RJ n.º 01, de 22 de junho de 2015, veio a extinguir a Seção Criminal e criou os 1º, 2º, 3º e 4º Grupos de Câmaras Criminais.

Já no início da gestão, ademais, estava em fase final de tramitação o Projeto de Lei n.º 166/2010 do Senado Federal, que veio a ser convertido na Lei 13.105/2015, publicada em 17 de março, e instituiu novo Código de Processo Civil, revogando o anterior estatuto (Lei 5.869/1973) e promovendo reformas profundas na legislação processual comum. A lei entrou em vigor um ano depois de sua publicação oficial, em 18 de março de 2016.

Visando adequar procedimentos internos e estrutura jurisdicional, com antecedência, o Tribunal, adotando sugestões normativas de grupos de trabalho especialmente constituídos para adequação de normas e procedimentos internos à nova legislação processual, veio a editar diversas resoluções que modificaram o Regimento Interno.

Das modificações da estrutura da prestação jurisdicional, algumas das mais importantes foram a criação, pela Resolução TJ/OE/RJ n.º 07/2016, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs previstos pela nova lei processual e pela Resolução CNJ n.º 125/2010, incumbidos de atender à demanda pela realização das audiências de conciliação e mediação previstas no artigo 334 do novo CPC, e a criação das Seções Cíveis Comum e Especializada, pela Resolução TJ/TP/RJ n.º 02/2015, competentes, dentre outros feitos, para julgamento dos incidentes criados pela nova lei, de assunção de competência (artigo 948 e seguintes) e de resolução de demandas repetitivas (artigo 976 e seguintes). Igualmente,

a criação de 10 cargos de Juiz de Direito de Entrância Especial Substituto de Segundo Grau pela Lei Estadual 7.178, de 28 de dezembro de 2015, foi decisiva para reforçar a jurisdição no Tribunal.

Na esfera administrativa, merece destaque a Resolução CNJ n.º 198/2014, que veio a estabelecer uma estratégia nacional para o Poder Judiciário, no período de seis anos entre 2015 e 2020, traçando as balizas e definindo o método do planejamento de todas as Cortes do país. A norma do Conselho Nacional de Justiça veio a gerar efeitos justamente na presente Administração, levando a que o Tribunal editasse a Resolução n.º 16, de 07 de maio de 2015, que assentou os parâmetros para elaboração do Plano Estratégico do biênio e definiu os órgãos envolvidos nessa atividade.

## 3.2 PLANO GERAL DO RELATÓRIO

O presente relatório está organizado por seções que tematizam, de início, a atividade-fim, a jurisdição e as atividades pertinentes à gestão, apresentando seus resultados e sua dinâmica no período (seções 4 e 5). A seção 4 traz um panorama da jurisdição comum no biênio, detalhando a evolução da estrutura orgânica, dos recursos humanos e a mensuração da movimentação processual e cumprimento das metas nacionais. A seção 5 expõe como se deu a elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano Estratégico da gestão e destaca a contribuição dos Colegiados Administrativos na formulação da estratégia do TJRJ. As demais seções (6 a 13) se estruturam de acordo com os temas adotados no planejamento – as áreas de atenção previstas no mapa estratégico e os respectivos objetivos, que foram desenvolvidos pela Administração no biênio. Após breve panorama introdutório, os projetos estratégicos pertinentes a cada um dos objetivos e temas do mapa estratégico são apresentados, assim como os seus respectivos resultados. O planejamento estratégico, que foi composto em torno de oito temas, deu origem a 25 objetivos, que, por sua vez, foram trabalhados em 28 projetos, aprovados pela Resolução TJ/OE/RJ n.º 33, de 04 de maio de 2015 e pelo Ato Executivo n.º 123, de 02 de setembro de 2016. São relatadas também as iniciativas da Administração não compreendidas em projetos estratégicos, mas que concorreram para o desenvolvimento de cada tema específico do planejamento.

Assim, são apresentados, sucessivamente, os temas, objetivos e projetos relativos à governança institucional (seção 6), prestação jurisdicional (seção 7), promoção dos direitos da cidadania (seção 8), comunicação institucional (seção 9), gestão de pessoas (seção 10), tecnologia da informação (seção 11), orçamento e finanças (seção 12) e, por fim, à estrutura predial, logística e de segurança (seção 13).





## 4. Panorama da Jurisdição

### 4.1 ESTRUTURA E RECURSOS DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O aprimoramento da prestação jurisdicional foi um dos objetivos centrais da Administração no biênio, com atenção especial para o atendimento ao 1º grau, em que se concentra a maior parte da demanda trazida ao Judiciário pela população fluminense – sem olvidar que a criação dos Grupos de Câmaras Criminais e das Seções Cíveis especializadas visou a maior eficiência da estrutura de 2º grau e sua adequação ao novo CPC.

Como consequência da diretriz de ampliação do atendimento inicial à população, a rede de 1º grau foi expandida, passando de 745 para 758 unidades, com ênfase nas competências criminal (3 unidades) e de juizado especial cível (3 unidades). Cabe destacar nessa seara, ainda, o resultado de dois projetos estratégicos: a criação do Sistema de Audiências de Custódia e da instalação de sua primeira Central (CEAC), pela Resolução TJ/OE/RJ n.º 29, de 24 de agosto de 2015, e a criação do Núcleo de Audiência de Apresentação da Vara da Infância e Juventude da Capital (NAAP), pelo Provimento CGJ n.º 28/2016.

## UNIDADES JURISDICIONAIS

<b>Unides Jurisdicionais</b>	<b>2014</b>	<b>2016</b>
Comarcas	81	81
Regionais	14	14
Fóruns	101	102
Seções Cíveis	0	2
Grupos de Câmaras Criminais	0	4
<b>Câmaras</b>	<b>35</b>	<b>35</b>
Cíveis	22	22
Criminais	8	8
Consumidor	5	5
<b>Varas</b>	<b>515</b>	<b>524</b>
Cível	197	198
Família	91	90
Criminal	86	89
Vara única	38	37
1ª Vara	19	20
2ª Vara	19	20
Família, Infância, Juventude e Idoso	19	19
Fazenda Pública	15	16
Infância, Juventude e Idoso	12	14
Órfãos e Sucessões	9	9
Empresarial	7	7
Execuções Penais	1	1
Auditoria Militar	1	1
Infância e Juventude	1	1
Registros Públicos	1	1
Execuções e Medidas socioeducativas	1	1
Juizado da Violência contra a Mulher e JECRIM (e adjuntos)	76	77
Juizado da Violência contra a Mulher	10	11
<b>Juizados Especiais</b>	<b>144</b>	<b>146</b>
Cível (e adjuntos)	124	127
Criminal (e adjuntos)	17	16
Fazenda Pública	3	3
<b>Turmas Recursais</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
Cível	5	5
Criminal	2	2
Fazenda Pública	1	1

## RECURSOS HUMANOS

Em relação ao quantitativo de pessoal, deu-se o provimento de todos os cargos de desembargadores, bem como o aumento do número de juízes de 1º grau, tendo em vista a necessidade de reduzir o número de cargos vagos. Com a conclusão do XLVII concurso para ingresso na magistratura, 18 novos juízes foram admitidos ao Tribunal.

Merece destaque a redução do número de servidores, que neste biênio, está relacionada a ações como a perpetuação do Programa de Incentivo à Aposentadoria, que buscou desonerar a folha do judiciário, especialmente em razão da crise do Estado e da queda da arrecadação:

Pessoal	2014	2016
Desembargadores	176	180
Juízes	664	697*
Estagiários	4.712	4.372
Prestadores de serviços	3.842	4.495
Servidores	15.303	15.108**

\*Abrange o resultado do XLVII Concurso para ingresso na magistratura.

\*\*A distribuição dos servidores é de 78,02% no 1º Grau, 10,58% no 2º Grau e 11,40% na Administração.

A estrutura organizacional foi adequada no início da gestão, tendo sido reduzidos, aproximadamente, 20% dos cargos em comissão e funções gratificadas na esfera administrativa, para transformação, sem aumento de despesas, em cargos e funções relacionadas à prestação jurisdicional, de modo a priorizar a atividade fim, como por exemplo, a criação do terceiro secretário para os juízes de 1º Grau, pela Resolução TJ/OE nº. 17/2015:

Pessoal	2014	2016*
Cargos em comissão	906	924
Funções gratificadas	3.188	3.943

\* O aumento nas cifras não importou em aumento de despesa, sendo o resultado de adequações na estrutura de cargos para melhor atendimento ao 1º grau.

## JUSTIÇA ITINERANTE

Visando a expansão e aprofundamento da jurisdição, não só a respectiva estrutura orgânica foi ampliada e diversificada, como relatado acima, mas também os recursos humanos e materiais envolvidos na jurisdição foram canalizados, através do programa Justiça Itinerante, ao atendimento a populações com dificuldades de acesso às sedes dos juízos competentes. O programa se desenvolve por todo o estado e, no biênio, apresentou os resultados discriminados na tabela a seguir:

Comarca/localidade	Atendimentos	Processos tombados
Areal	9.164	932
Carapebus	2.333	504
Comendador Levy Gasparian	5.588	947
Macuco	1.860	124
Itaboraí – Manilha	3.937	625
São Gonçalo	9.071	1.134
Duque de Caxias – Jardim Primavera	25.891	1.064
Duque de Caxias – Jardim Gramacho	5.055	500
Quatis	1.582	114
Nova Iguaçu – Vila de Cava	32.482	1.608
Tanguá	8.811	815
Complexo do Alemão	4.910	322
Campos dos Goytacazes	18.568	1.515
Campos dos Goytacazes – Morro do Côco	2.438	292
Varre-Sai	348	96
São José de Ubá	646	116
Japeri	3.016	631
São Francisco de Itabapoana	688	81
Cidade de Deus*	13.015	830
Batan*	12.748	891
Vila Cruzeiro*	13.857	322
Rocinha*	10.489	580
Maré*	2.423	252
Nova Sepetiba*	15.903	1.463
<b>Totais</b>	<b>204.823</b>	<b>15.758</b>

\*Capital

## 4.2 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Tomando por base o Anexo da Justiça Estadual da Resolução CNJ n.º 76, de 12 de maio de 2009, diversos dados são utilizados para medir a movimentação processual no Tribunal de Justiça, e alguns dos seus principais indicadores, apurados por fases processuais, segmentos e instâncias, dizem respeito ao congestionamento, ao atendimento à demanda e à produtividade dos magistrados, cuja evolução no biênio aqui é apresentada:

Movimentação Processual					
2015	<b>Ações e Recursos Novos</b>	<b>122.933</b>	2016*	<b>Ações e Recursos Novos</b>	<b>128.162</b>
	1º Grau	37,16 %		1º Grau	32,98 %
	Juizados	47,66 %		Juizados	48,05 %
	Turma Recursal	4,59 %		Turma Recursal	6,77 %
	2º Grau	10,59 %		2º Grau	12,20 %
	<b>Ações e Recursos Pendentes (não inclui executivos fiscais)</b>	<b>4.391.231</b>		<b>Ações e Recursos Pendentes (não inclui executivos fiscais)</b>	<b>4.411.829</b>
	1º Grau	75,25 %		1º Grau	76,90 %
	Juizados	22 %		Juizados	20 %
	Turma Recursal	0,62 %		Turma Recursal	0,57 %
	2º Grau	2,13 %		2º Grau	2,37 %
	<b>Executivos Fiscais Pendentes</b>	<b>6.386.773</b>		<b>Executivos Fiscais Pendentes</b>	<b>6.133.432</b>
	<b>Ações e Recursos Baixados</b>	<b>197.084</b>		<b>Ações e Recursos Baixados</b>	<b>228.344</b>
	1º Grau	51,14 %		1º Grau	48,54 %
	Juizados	38,05 %		Juizados	38,93 %
	Turma Recursal	3,71 %		Turma Recursal	5,22 %
	2º Grau	7,10 %		2º Grau	7,31 %
	<b>Taxa de Congestionamento</b>			<b>Taxa de Congestionamento</b>	
	<i>Fase de conhecimento</i>			<i>Fase de conhecimento</i>	
	1º Grau	70,09 %		1º Grau	74,73 %
	Juizados	43 %		Juizados	44 %
	Turma Recursal	10,57 %		Turma Recursal	17,26 %
	2º Grau	32,14 %		2º Grau	37,28 %
	<i>Fase de execução</i>			<i>Fase de execução</i>	
	1º Grau	93,69 %		1º Grau	94,17 %
Juizados	55,94 %	Juizados	57,90 %		
<b>Execuções Novas</b>	<b>242.060</b>	<b>Execuções Novas</b>	<b>55.130</b>		
1º Grau	2,74 %	1º Grau	16,72 %		
Juizados	1,30 %	Juizados	6,40 %		
Fiscais	95,96 %	Fiscais	76,88 %		

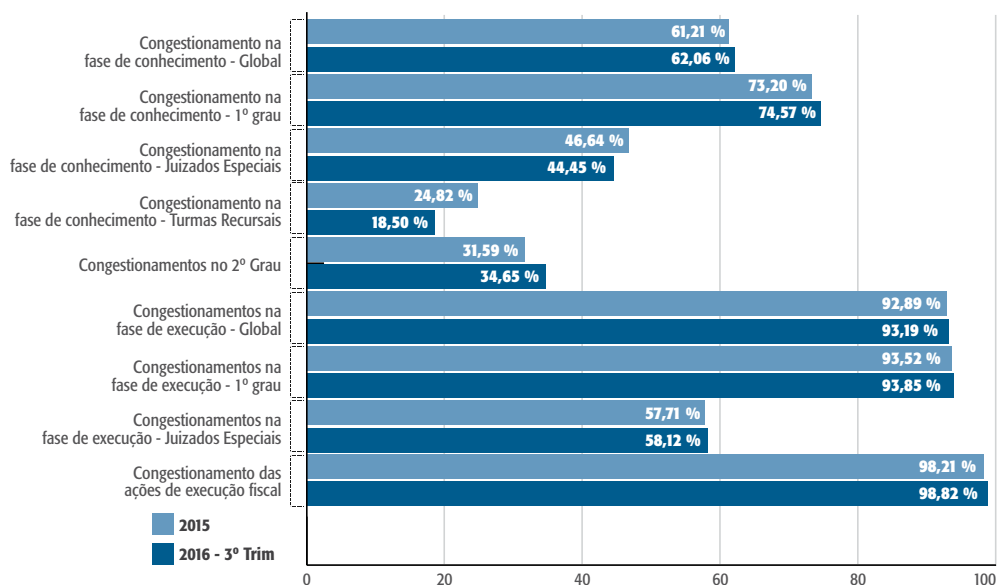
\* Dados até outubro de 2016.

## TAXA DE CONGESTIONAMENTO

O congestionamento é considerado um dos indicadores mais importantes para medir a efetividade da gestão processual dos Tribunais – e um dos mais utilizados pelo CNJ. É o resultado da relação entre os processos já baixados e o acervo ainda existente para julgamento.

Taxa de Congestionamento	2015	2016*
Congestionamento na fase de conhecimento - Global	61,21 %	62,06 %
Congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau	73,20 %	74,57 %
Congestionamento na fase de conhecimento - Juizados Especiais	46,64 %	44,45 %
Congestionamento na fase de conhecimento - Turmas Recursais	24,82 %	18,50 %
Congestionamento no 2º Grau	31,59 %	34,65 %
Congestionamento na fase de execução - Global	92,89 %	93,19 %
Congestionamento na fase de execução - 1º grau	93,52 %	93,85 %
Congestionamento na fase de execução - Juizados Especiais	57,71 %	58,12 %
Congestionamento das ações de execução fiscal	98,21 %	98,82 %

\* Dados até setembro de 2016.

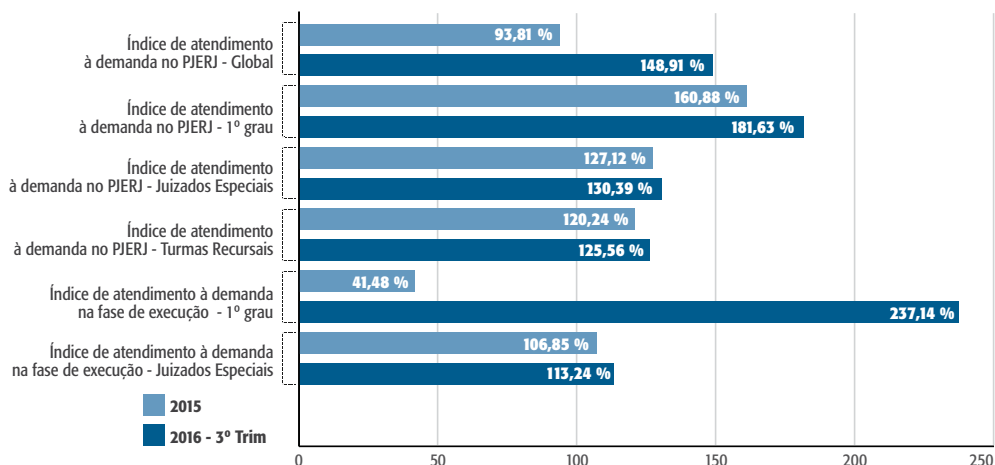


## ATENDIMENTO À DEMANDA

O atendimento à demanda, igualmente um dos indicadores criados pela Resolução CNJ n.º 76/2009, é o resultado da relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos em um determinado período. Avalia o desempenho do Tribunal em prestar a jurisdição, relativamente ao número de casos novos, e teve, no período, a seguinte evolução:

Taxa à Demanda	2015	2016*
Índice de atendimento à demanda no PJERJ - Global	93,81 %	148,91 %
Índice de atendimento à demanda no PJERJ - 1º grau	160,88 %	181,63 %
Índice de atendimento à demanda no PJERJ - Juizados Especiais	127,12 %	130,39 %
Índice de atendimento à demanda no PJERJ - Turmas Recursais	120,24 %	125,56 %
Índice de atendimento à demanda na fase de execução - 1º grau	41,48 %	237,14 %
Índice de atendimento à demanda na fase de execução - Juizados Especiais	106,85 %	113,24 %

\* Dados até setembro de 2016.

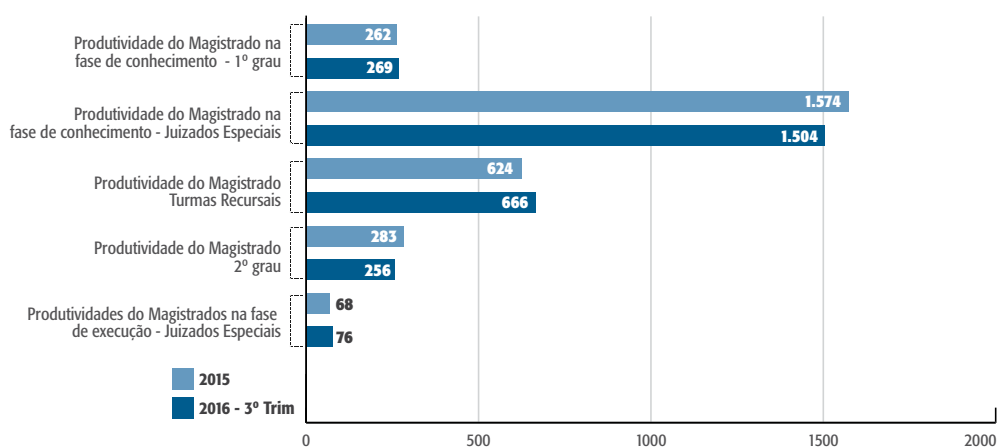


## PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO

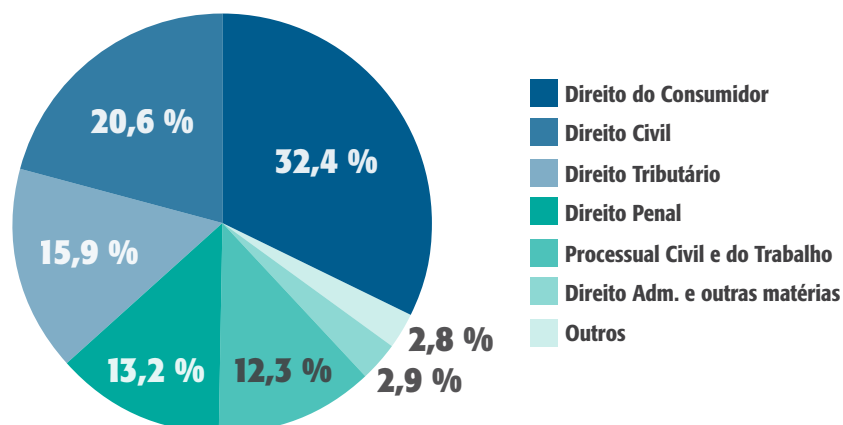
Trata-se do indicador que mede a quantidade de processos julgados por Magistrado do Tribunal.

Produtividade do Magistrado	2015	2016*
Produtividade do Magistrado na fase de conhecimento - 1º grau	262	269
Produtividade do Magistrado na fase de conhecimento - Juizados Especiais	1.574	1.504
Produtividade do Magistrado - Turmas Recursais	624	666
Produtividade do Magistrado - 2º grau	283	256
Produtividade do Magistrados na fase de execução - Juizados Especiais	68	76

\* Dados até setembro de 2016.

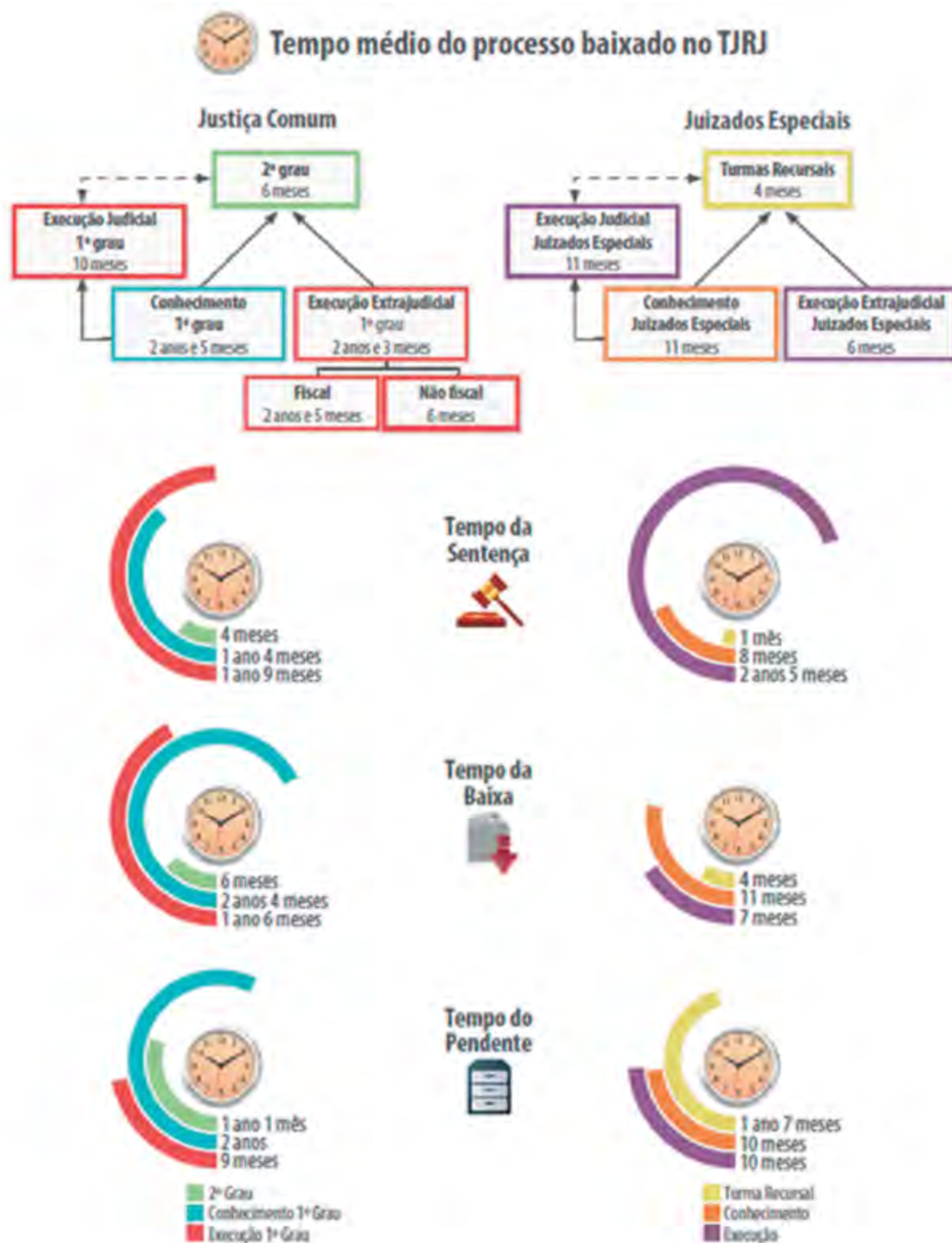


Além desses indicadores, é importante destacar o custo unitário da prestação jurisdicional (despesa total por processo baixado), que foi de R\$ 1.457,29 (outubro/2016), e os assuntos mais recorrentes dos feitos ajuizados:





Ademais, de acordo com o relatório Justiça em Números do CNJ de 2016 (ano-base 2015), o TJRJ é um dos mais céleres Tribunais Estaduais do país, destacando-se o tempo médio para baixa dos processos, segundo aquele anuário:



### 4.3 METAS NACIONAIS

Com a implementação da gestão estratégica como método aplicável à administração da movimentação processual nos Tribunais, pela Resolução CNJ n.º 70/2009, o Conselho Nacional de Justiça passou a instituir metas nacionais anuais, que refletem pontos ideais de produtividade e atendimento, segmentados de acordo com os temas a que se correlacionem. Essas metas são objeto de acompanhamento e medição específicos desde 2009 e, a partir da Resolução CNJ n.º 198/2014, passaram a integrar formalmente o planejamento estratégico, correlacionando-se, em maior parte, aos temas da celeridade e produtividade da prestação jurisdicional e da gestão de demandas.

Passa-se, a seguir, a apresentar os resultados das metas nacionais no biênio:

2015	
Meta Nacional	Resultado
1. Julgar mais processos que os distribuídos	104,37 %
	<b>1º Grau:</b> 98,33 %
	<b>2º Grau:</b> 120,71 %
2. Julgar processos mais antigos	<b>JE:</b> 78,32 %
	<b>TR:</b> 79,68 %
3. Aumentar os casos solucionados por conciliação	N/D
4. Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa	69,42 %
5. Impulsionar processos à execução	27,55 %
6. Priorizar o julgamento das ações coletivas	93,94 %
7. Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos	93,94 %

2016*	
Meta Nacional	Resultado
1. Julgar mais processos que os distribuídos	<b>1º Grau:</b> 112,72 %
	<b>JE:</b> 108,71 %
	<b>TR:</b> 95,40 %
	<b>2º Grau:</b> 94,81 %
2. Julgar processos mais antigos	<b>1º Grau:</b> 66,52 %
	<b>JE:</b> 80,61 %
	<b>TR:</b> 99,96 %
	<b>2º Grau:</b> 120,21 %
3. Aumentar os casos solucionados por conciliação	14,19 %
4. Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa	73,45 %
5. Impulsionar processos à execução	N/D
6. Priorizar o julgamento das ações coletivas	<b>1º Grau:</b> 76,23 %
	<b>2º Grau:</b> 120,24 %
7. Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos	Não cumprida
8. Implementar práticas de Justiça Restaurativa	14,29 %

\* Dados até outubro de 2016.

Cabe destacar que até 2016 as metas foram definidas pelo próprio Conselho Nacional de Justiça, mediante consulta aos Tribunais, mas, a partir deste ano, com o advento da Resolução CNJ n.º 221, as Cortes, por meio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário (RGCPJ, instituída pela Portaria CNJ n.º 138/2014), assumiram a formulação da proposta inicial das metas para o ano subsequente. Trata-se de uma importante inovação, que inverte o sentido da formulação do planejamento, dos Tribunais para o CNJ, tornando-o mais orgânico e adequado à realidade das Cortes.

A partir deste ano, com efeitos já para 2017, a elaboração e discussão da proposta de metas ao CNJ, como se referiu, passou a se dar no âmbito da RGCPJ. A Rede, que se estrutura a partir de um Comitê Nacional e de Subcomitês Regionais, é representada no Sudeste pelo TJRJ, a quem cabe a presidência do respectivo Subcomitê.

No desenvolvimento da proposta das metas nacionais para 2017, o TJRJ compilou propostas internamente e as levou a três reuniões preparatórias e ao X Encontro do Poder Judiciário, em dezembro de 2016 – oportunidade em que a proposta da RGCPJ foi integralmente acolhida pelo Conselho Nacional de Justiça, com o seguinte conteúdo:

**META 1** Julgar mais processos do que os distribuídos

**META 2** Julgar os processos mais antigos

**META 3** Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

**META 4** Priorizar o julgamento das ações coletivas

**META 5** Estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal

**META 6** Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Observação: o detalhamento das metas, essencial à sua medição, se dará por meio de glossário a ser publicado pelo CNJ até fevereiro de 2017.





# 5. Planejamento e Gestão

## 5.1 ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

No que diz respeito ao planejamento, a gestão foi marcada pela instituição de uma estratégia nacional para o Judiciário, por meio da Resolução CNJ n.º 198, de 1º de julho de 2014, que estabeleceu temas – macrodesafios – em torno dos quais deveriam ser desenvolvidos objetivos em todas as Cortes do país, no período de 2015 a 2020. Desde 2009, o Conselho Nacional de Justiça vinha fixando parâmetros e métodos de planejamento, tendo tratado na Resolução n.º 70, daquele ano, da implementação da gestão estratégica no Poder Judiciário – isto é, da administração baseada em objetivos fixados por meio de um plano estratégico abrangente. Com a reformulação de 2014, contudo, modificaram-se os temas e ampliou-se o período de planejamento para além de uma gestão, o que teve impacto na elaboração do plano estratégico do biênio.

Em seu processo de planejamento, a Administração do Tribunal de Justiça desenvolveu um rol de objetivos correlacionados a temas/macrodesafios previstos na Resolução CNJ n.º 198, que foi divulgado a todos os desembargadores por meio de cartas-compromisso firmadas pelo Presidente. A Administração ainda acresceu àqueles temas a Comunicação Institucional, considerada essencial em razão da visão de aproximação com a sociedade civil, as instituições governamentais e a mídia. Objetivos e temas de planejamento, então, foram associados num Mapa Estratégico que explicitava não só a direção da atuação administrativa no biênio, como o alinhamento à estratégia nacional instituída pela Resolução CNJ n.º 198/2014.

## Mapa Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



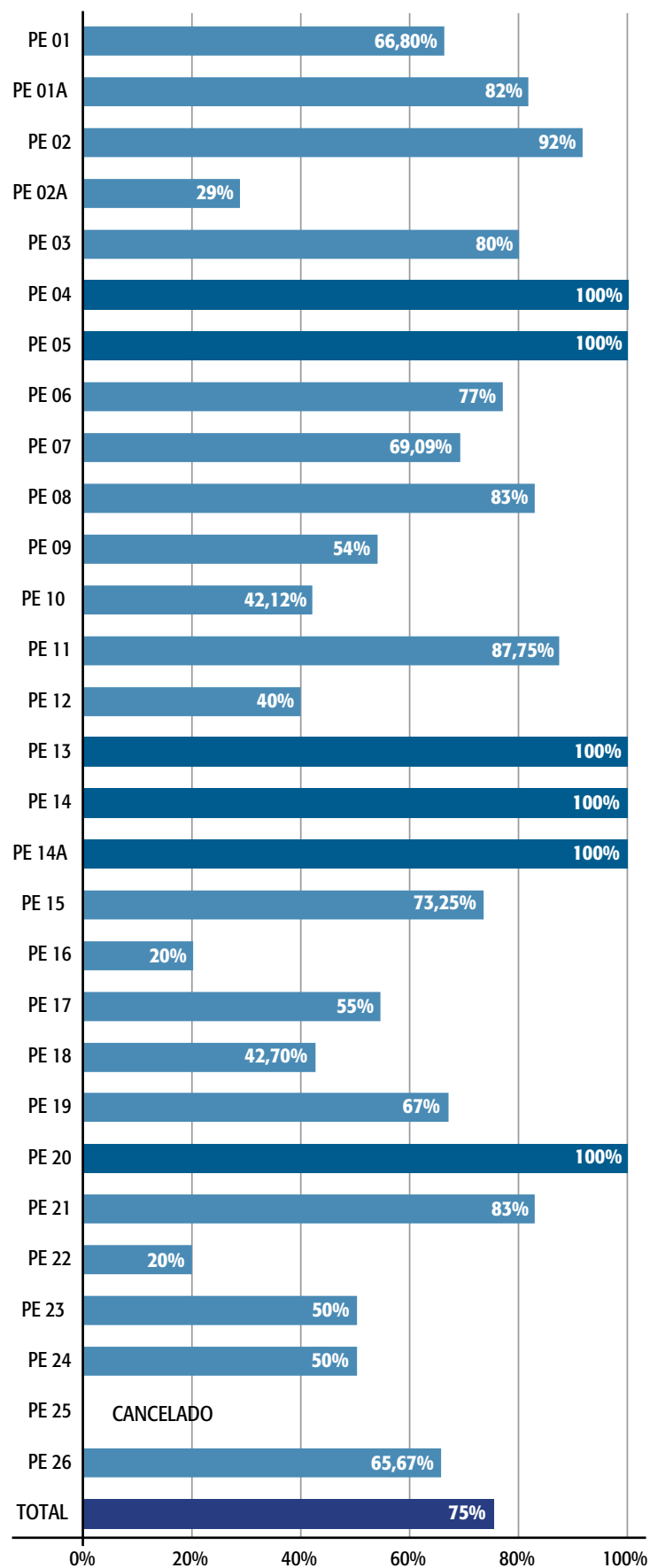


Uma vez formalizada a estratégia institucional do biênio – da qual o mapa estratégico é a representação gráfica –, a Administração, por meio da Resolução TJ/OE/RJ n.º 16, de 07 de maio de 2015, definiu o rito do processo de planejamento, criou a Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP) e instituiu a metodologia de elaboração e acompanhamento dos projetos que viriam a integrar o plano estratégico. Em vista das novas balizas nacionais de planejamento, compreendendo um período de seis anos, a Administração se preocupou em instituir uma estratégia que levasse em consideração esse prazo mais longo. Assim, a Resolução TJ/OE/RJ n.º 16/2015, que estabeleceu o alinhamento do planejamento do Tribunal de Justiça com a estratégia nacional do Poder Judiciário, definiu que, em âmbito local, o plano estratégico seria vinculante em 2015-2016 e indicativo nos dois biênios seguintes (art. 2º, §1º) e que seria desenvolvido em torno dos temas previstos na Resolução CNJ n.º 198/2014.

Para elaboração do plano estratégico, 42 propostas de projetos estratégicos foram analisadas pela COGEP, formuladas pelas unidades administrativas e por diversos dos Colegiados Administrativos formados pela Presidência, chegando-se à aprovação de 26 projetos, que foram consolidados no plano estratégico aprovado pelo Órgão Especial por meio da Resolução TJ/OE/RJ n.º 33/2015. Os projetos que compuseram o plano, ademais, foram inteiramente alinhados ao Plano de Ação Governamental (PAG), também aprovado pela citada Resolução, assegurando-se assim os recursos orçamentários necessários à execução dos projetos estratégicos. Já em 2016, por meio do Ato Executivo n.º 123, alguns ajustes foram feitos na estratégia, e também no PAG, disso resultando a inclusão de 3 projetos, exclusão de 1 projeto, substituição de 1 projeto e alteração de escopo de outros 4 projetos. Assim, a gestão se encerra com 28 projetos estratégicos em execução.

O acompanhamento da fase executiva dos projetos estratégicos se deu por meio de reuniões periódicas, nas quais a COGEP, recebendo e analisando os dados de cada uma dessas iniciativas, verificava junto aos respectivos gestores o percentual e a pontualidade de cumprimento das ações e diligenciava quanto às respectivas pendências, no âmbito da diretoria responsável ou de outras diretorias, cuja atuação fosse importante para progresso do projeto. O relatório consolidado da execução dos projetos foi apresentado à Administração a cada bimestre, e, até o final de 2016, o conjunto dos projetos contava com um percentual de implementação de 75%, com 6 projetos já concluídos.

## IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS – DEZEMBRO / 2016



CÓD.	PROJETO
PE 01	Implementação das Audiências de Custódia
PE 01A (NOVO)	Implementação das Audiências de Apresentação
PE 02	Aprimoramento dos mecanismos de mediação e dos métodos não adversariais de solução de conflitos
PE 02A (NOVO)	Plano de Valorização da Primeira Infância
PE 03	Institucionalização e multiplicação do Protocolo Violeta
PE 04	Fortalecimento de Perícias
PE 05	Grupo de Estudos - Implicações do Novo CPC
PE 06	Efetividade na arrecadação de executivos fiscais e redução do acervo cartorário
PE 07	Ampliação do processo judicial eletrônico
PE 08	Racionalização do acervo arquivístico
PE 09	Portal do Conhecimento
PE 10	Efetividade dos indicadores jurisdicionais
PE 11	Implementação do Plano de Comunicação Institucional
PE 12	Implementação do sistema informatizado de Gestão Estratégica e da Qualidade
PE 13	Aprimoramento do processo de controle interno
PE 14	Expansão e interiorização dos programas sociais
PE 14A (NOVO)	Apadrinhar - Amar e agir para materializar sonhos
PE 15	Implementação da Política de Gestão de Pessoas
PE 16	Implementação do novo sistema GPES
PE 17	Aprimorar a segurança nas instalações físicas
PE 18	Readequação do Complexo do Fórum Central
PE 19	Auto vistoria predial nas edificações próprias
PE 20	Aprimoramento da gestão do patrimônio
PE 21	Atualização do parque tecnológico
PE 22	Criação do site de contingência
PE 23 (Subst.)	Criação de nova estrutura tecnológica para os processos administrativos
PE 24	Reestruturação e unificação das plataformas dos sistemas
PE 25	Instalação de sistema wi-fi (cancelado)
PE 26	Modernização da gestão fiscal

Além do acompanhamento da estratégia pelo percentual de implementação dos projetos, foram monitorados pela COGEP um conjunto de indicadores estratégicos, que constaram de matriz também publicada pela Resolução TJ/OE/RJ n.º 33/2015. A adoção dos indicadores estratégicos é parte da metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), prevista nas diretrizes da Resolução CNJ n.º 198/2014. Tais indicadores, extraídos da Resolução CNJ n.º 76/2009 e adequados às peculiaridades da estratégia do Tribunal, evidenciam o impacto da implementação dos projetos estratégicos na realização dos objetivos fixados pela Administração e consignados no mapa estratégico, medindo o grau de seu atingimento.

## 5.2 COLEGIALIDADE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA: AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS

Na gestão, a Presidência contou com a ativa participação de diversos colegiados administrativos para a formulação, fomento e controle de sua estratégia. Esses órgãos, cuja formação está prevista no Ato Normativo TJ n.º 03/2013, têm a atribuição básica de assessorar e apoiar a Administração na deliberação de matérias específicas e na condução das tarefas afetas a essas áreas. Desde 2015, foram recompostos pela Presidência 54 colegiados internos, com a participação de magistrados de 1º e 2º graus e servidores, bem como representação das entidades de classe da magistratura (Amaerj) e dos serventuários (Sind-Justiça). A participação de vários desses colegiados na gestão foi decisiva, pois, por delegação da Presidência, proporcionaram a realização de debates que levaram à formulação de vários dos projetos incluídos no plano estratégico, e também participaram da implementação desses mesmos projetos. A instituição formal da Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP), visou garantir esta participação.

Por essa via, a Administração consolidou um modelo de gestão estratégica que tem a colegialidade como premissa: comissões, coordenadorias e grupos de trabalho, dentre outros, participam intensamente da concepção e condução da estratégia institucional, enriquecendo e dinamizando essa atividade. Destacam-se, a seguir, os colegiados administrativos cujas deliberações e ações resultaram em projetos incluídos no plano estratégico:

<b>Colegiado Administrativo</b>	<b>Projeto Estratégico</b>
<b>(COSEG)</b> Comissão de Segurança Institucional do PJERJ	<b>PE 17.</b> Aprimorar a segurança nas instalações físicas
<b>(NUPEMEC)</b> Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	<b>PE 02.</b> Aprimoramento dos mecanismos de medição e dos métodos não adversariais de solução de conflitos
<b>(GTCRIM)</b> Grupo de Trabalho das Varas Criminais	<b>PE 01.</b> Implementação das Audiências de Custódia
<b>(CEVIJ)</b> Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do TJRJ	<b>PE 01A</b> Implementação das Audiências de Apresentação
	<b>PE 02A</b> Plano de Valorização da Primeira Infância
	<b>PE 14A</b> Apadrinhar – Amar e agir para materializar sonhos
<b>(CEJEM)</b> Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	<b>PE 03.</b> Institucionalização e multiplicação do Protocolo Violeta
<b>(COMCI)</b> Comissão Mista de Comunicação Institucional	<b>PE 09.</b> Portal do Conhecimento
	<b>PE 11.</b> Implementação do Plano de Comunicação Institucional
<b>(COPAD)</b> Comissão Permanente de Avaliação Documental	<b>PE 08.</b> Racionalização do Acervo Arquivístico
<b>(COSUS)</b> Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade	<b>PE 14.</b> Expansão e interiorização dos programas sociais
	<b>PE 07.</b> Ampliação do Processo Eletrônico Judicial
	<b>PE 12.</b> Implementação de Sistema Informatizado para Gestão Estratégica e da Qualidade do TJRJ
	<b>PE 16.</b> Implementação do Novo Sistema GPES
	<b>PE 20.</b> Aprimoramento da Gestão do Patrimônio
	<b>PE 21.</b> Atualização do Parque Tecnológico
	<b>PE 22.</b> Criação do Site de Contingência
	<b>PE 23.</b> Criação de nova infraestrutura tecnológica para os processos administrativos
	<b>PE 24.</b> Reestruturação e unificação das plataformas dos sistemas
	<b>PE 26.</b> Modernização da Gestão Fiscal
<b>(CGTI)</b> Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do TJRJ	
<b>(COPAE)</b> Comissão de Políticas Institucionais para Integração da Gestão Estratégica, Financeira e Orçamentária	

Colegiado Administrativo	Projeto Estratégico
<p><b>(COMAQ)</b> Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais</p>	<p><b>PE 04.</b> Fortalecimento de Perícias</p> <p><b>PE 06.</b> Efetividade da arrecadação de executivos fiscais e redução do acervo cartorário</p> <p><b>PE 10.</b> Efetividade dos indicadores jurisdicionais</p>
<p><b>(GNCPC)</b> Grupo de Trabalho para atualização da estrutura normativa e logística do TJRJ</p> <p><b>(GTCIVMED)</b> Grupo de Trabalho para diagnóstico dos impactos do novo Código de Processo Civil e da Lei de Mediação no sistema de justiça e no TJRJ</p> <p><b>(GT-CPC)</b> Grupo de Trabalho para estudo das alterações processuais decorrentes do novo CPC</p>	<p><b>PE 05.</b> Grupo de Estudos – Implicações do novo CPC</p>

No biênio, ainda, foi criado o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, que formulou deliberações sobre o direcionamento dos recursos do Tribunal aos Juízos singulares, orientado pelo objetivo de aprimorar esse segmento, que é o de mais imediato atendimento à população. Das atividades do Comitê em prol da atividade jurisdicional de 1º grau, podem se destacar pesquisas junto às unidades jurisdicionais para angariar sugestões de melhorias e boas práticas, bem como iniciativas para capacitação de servidores em gestão cartorária e processo eletrônico.

Por fim, há que se destacar também a elaboração e acompanhamento do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal de Justiça pela Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS), cumprindo-se, dessa forma, o disposto na Resolução CNJ n.º 201/2015. O PLS compreende ações para garantir a prática da sustentabilidade em todas as contratações de compras, obras e serviços, estruturando em sete eixos: “Uso Racional dos Recursos Naturais”, “Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos”, “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho”, “Educação, Comunicação e Sensibilização Ambiental”, “Licitações Sustentáveis”, “Construções Sustentáveis” e “Responsabilidade Social”.







## 6. Governança Institucional

A governança institucional é o processo pelo qual, de acordo com a literatura em administração<sup>1</sup>, se organiza e distribui a autoridade e as responsabilidades numa organização e se realiza a prestação de contas. Esse processo compreende, necessariamente, três grandes áreas ligadas ao desenvolvimento da missão da organização, que são: a) a definição do seu papel no ambiente, do público que atende e dos vínculos com outras organizações; b) as escolhas estratégicas e o impacto de suas ações sobre a comunidade; c) a construção do conhecimento necessário à sua atuação, por meio de sistemas e desenvolvimento de pessoas.

Para o biênio, a Administração destacou como objetivos da governança, no mapa estratégico, a defesa da autonomia e da independência do Poder Judiciário, o alinhamento estratégico das unidades do Tribunal e o aprimoramento das políticas de controle interno – e serão apresentadas nesta seção as ações destinadas ao seu atingimento. Além desses objetivos e de outros componentes, aqui também se apontarão outros resultados da governança referentes à atuação da Ouvidoria, ao trânsito processual com o CNJ e, retomando a seção anterior, à participação dos colegiados administrativos na gestão.

### 6.1 DEFESA DA AUTONOMIA E DA INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

Na consecução desse objetivo estratégico, a Administração, dentre outras ações, ampliou a rede de atendimento de 1ª instância, adequou sua estrutura orgânica administrativa, enviou ao legislativo projetos de lei pertinentes a seus serviços, prestou informações em processos judiciais aos Tribunais Superiores e, por pedido de entes públicos, suspendeu a execução de liminares contra a Fazenda, além de observar, para trato de seus assuntos internos, os parâmetros legais do devido processo administrativo.

---

ANDERSSON, G. The governance of changing organizations – final draft. Mimeografado. Washington D.C.: National Center for Nonprofit Boards, 1999, apud SILVA, A.L.P., Governança institucional: um estudo do papel e da operação dos conselhos das organizações da sociedade civil no contexto brasileiro, disponível em [http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Silva%20ALP\\_Governanca%20Institucional%20-%20um%20estudo%20do%20papel%20e%20da%20operacao%20dos%20conselhos.pdf](http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Silva%20ALP_Governanca%20Institucional%20-%20um%20estudo%20do%20papel%20e%20da%20operacao%20dos%20conselhos.pdf)

	2015	2016*
Instalação de Unidades Jurisdicionais	11	07
Modificação da estrutura orgânica	08	01
Mensagens enviadas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	07	01
Informações prestadas aos Tribunais Superiores	1.236	1.478
Quantidade de procedimentos administrativos recebidos	19.665	16.284
Suspensão de Execução de Liminar em ações movidas contra o Poder Público	46	53

\*dados até 25/10/2016

## 6.2 GARANTIA DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DAS UNIDADES DO TJRJ

No que diz respeito à construção do conhecimento necessário ao desempenho das atividades do Tribunal na área jurisdicional e administrativa, a governança da instituição envolve a documentação e manutenção permanente dos processos de trabalho dos seus órgãos e a implementação de sistemas de gestão e o planejamento estratégico, que detalha a estratégia traçada em cada biênio para desenvolvimento dos objetivos institucionais. Pelo exercício coordenado dessas atividades, promove-se, o alinhamento estratégico dos órgãos, potencializando os recursos e ações em prol do atingimento das metas postas pela Administração.

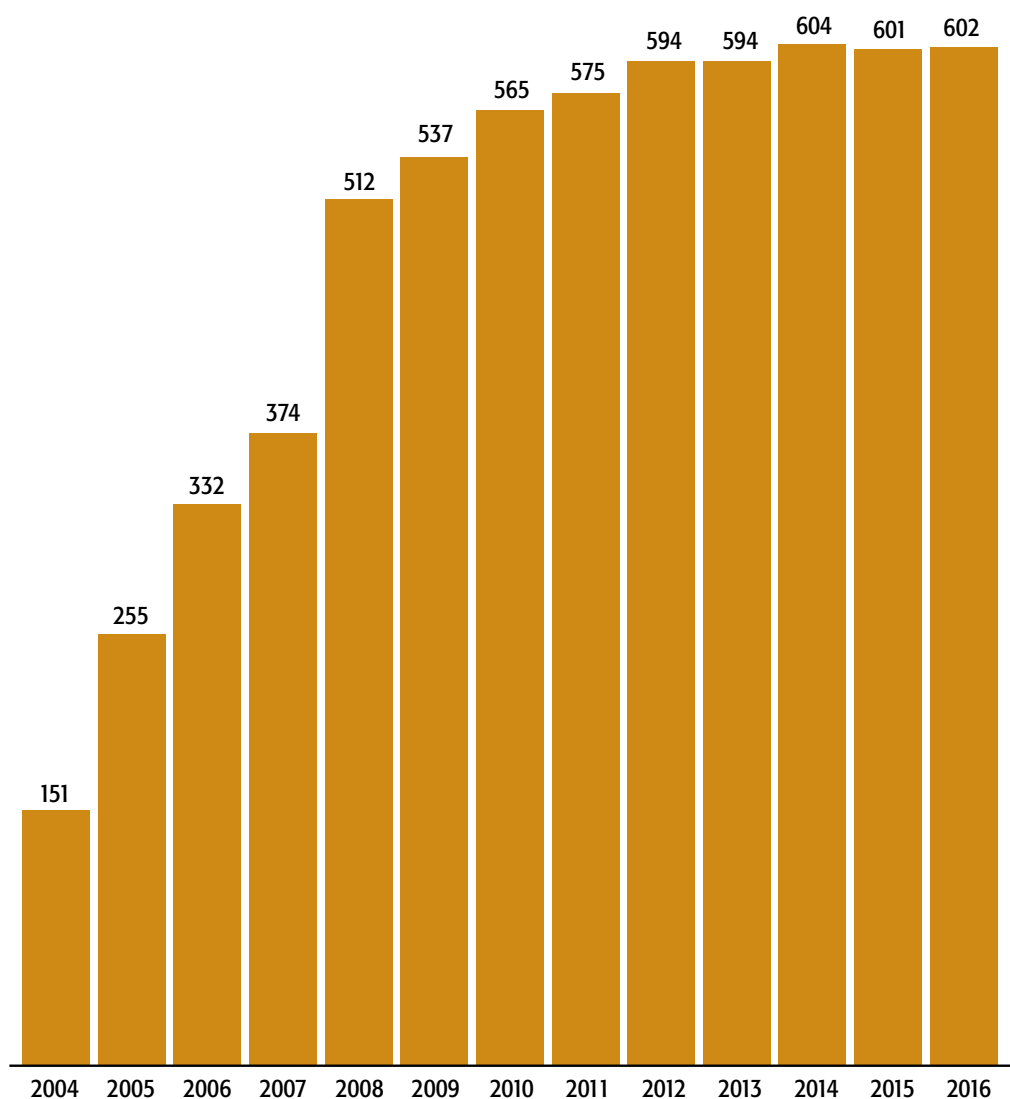
Apresentam-se, a seguir, os resultados dessas atividades (para o planejamento, consultar a seção anterior).

### ROTINAS ADMINISTRATIVAS (RAD) E INDICADORES

O mapeamento e a documentação de processos no TJRJ permitem identificar, otimizar e registrar o conhecimento relativo ao trabalho, o que serve ao seu compartilhamento – treinamento de novos servidores – e como base para a construção de sistemas computadorizados e de gestão. A modelagem dos processos de trabalho e a criação e mensuração de indicadores dos processos constituem um padrão em organizações de serviços e, no caso do Tribunal, tendo sido implantadas em 2004, trouxeram grandes benefícios para a instituição. Ao fim deste biênio, o Tribunal soma 602 processos de trabalho documentados em RAD, que, juntamente com formulários e manuais de procedimentos, totalizam 1.519 documentos controlados.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do sistema documental da instituição desde a sua implantação.

#### RAD - EVOLUÇÃO ANUAL DO ACERVO



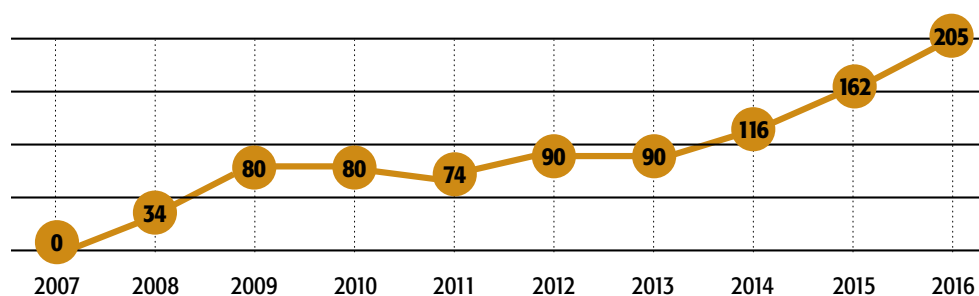
Chegando a uma estabilização da documentação no biênio, cabe destacar, por outro lado, que o percentual de RAD revisadas atingiu 80%, aproximadamente, o que demonstra a vitalidade e a utilidade do sistema, bem como o esforço das unidades jurisdicionais e administrativas em mantê-lo.

#### SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO (SIGA) E CERTIFICAÇÃO ISO

O Tribunal põe à disposição das unidades jurisdicionais e administrativas dois sistemas de gestão: um baseado na norma ISO 9001 e o SIGA, que foi desenvolvido internamente de forma colaborativa com os órgãos do próprio Tribunal.

No biênio, a Administração definiu que o ingresso de unidades jurisdicionais no SIGA seria voluntário, isto é, por livre adesão do magistrado titular do juízo. A partir dessa premissa operacional, a adesão ao SIGA evoluiu de 116 para 205 unidades, o que representou um aumento de 77%, e levou a que, em 2016, 29% de todas as unidades jurisdicionais de 1º grau do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro estivessem compreendidas no SIGA.

#### EVOLUÇÃO DO SIGA (JURISDICIONAL – UNIDADES)



Atualmente os sistemas de gestão adotados abrangem a área fim (jurisdicional) e meio (administrativa). As unidades aderentes aos sistemas estão apresentadas na tabela a seguir:

ÁREA	SISTEMA DE GESTÃO SIGA	SISTEMA DE GESTÃO NBR ISO 9001	ABRANGÊNCIA TOTAL
Área Jurisdicional	205 unidades	29 unidades	234 unidades
Área administrativa	16 unidades	14 unidades	30 unidades

A experiência acumulada desde 2004 demonstra que o processo de implementação/manutenção do SIGA vem, gradativamente, sendo absorvido pelos participantes como colaboração, recurso e apoio prestados pela Administração às unidades, na medida em que disponibiliza ferramentas de gestão que auxiliam na melhoria das atividades.

Uma vez que os sistemas de gestão são percebidos e assimilados internamente como apoio às atividades das unidades, seus procedimentos são incorporados ao dia a dia dos servidores, que passam a encontrar na integração com os consultores internos uma possibilidade de intercâmbio, que leva à melhoria dos resultados dos processos de trabalho e, concomitantemente, a uma melhoria do ambiente de trabalho.

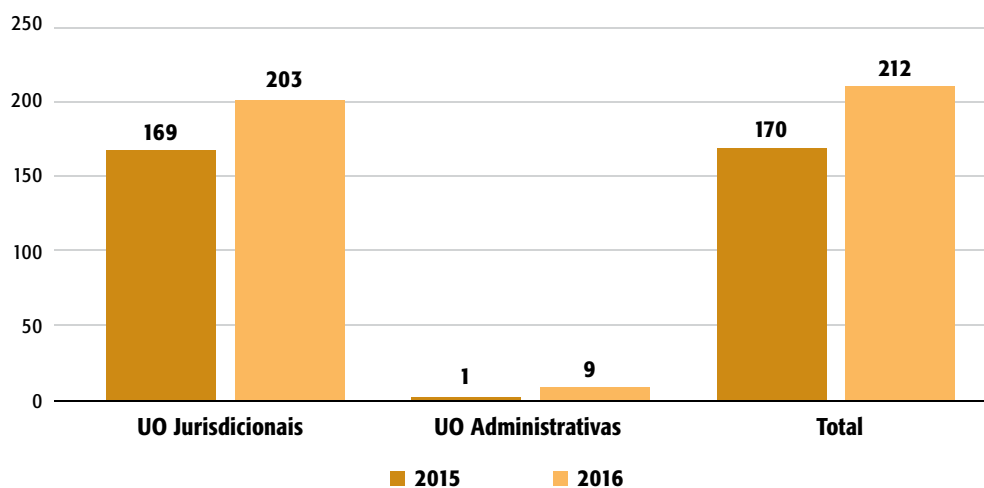
## AUDITORIAS DE GESTÃO

A auditoria de gestão é um pilar dos sistemas adotados pelo Tribunal, consistindo numa oportunidade de revisão do funcionamento interno das unidades, do grau de adoção dos controles administrativos e dos resultados obtidos de cada unidade, medidos por indicadores vinculados aos objetivos da organização. As auditorias de gestão permitem aos responsáveis pelas unidades identificar o grau de eficiência da própria operação e, também, identificar oportunidades de melhoria, num processo contínuo.

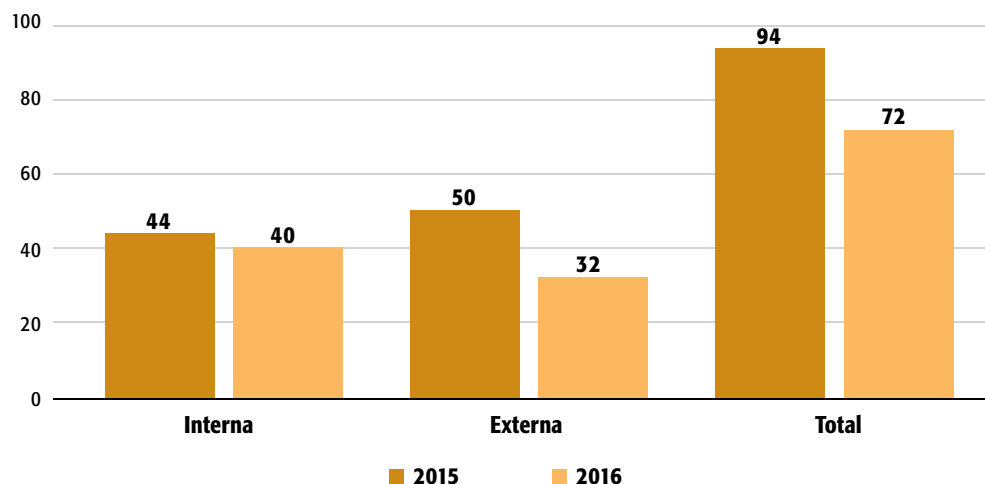
Para as unidades integrantes do sistema de gestão lastreado na norma ISO 9001, a auditoria e a certificação foram conduzidas pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini. Para as unidades integradas ao SIGA, o Tribunal conta com uma empresa contratada para realização das auditorias de gestão, e também emprega servidores (auditores) nessa atividade, numa medida que gera economia e permite expandir esse serviço empregando pessoal próprio.

No biênio 2015/2016, em cumprimento a programa aprovado pela Administração, foram realizadas 548 auditorias de gestão.

### AUDITORIAS REALIZADAS - SIGA IMPLEMENTADO



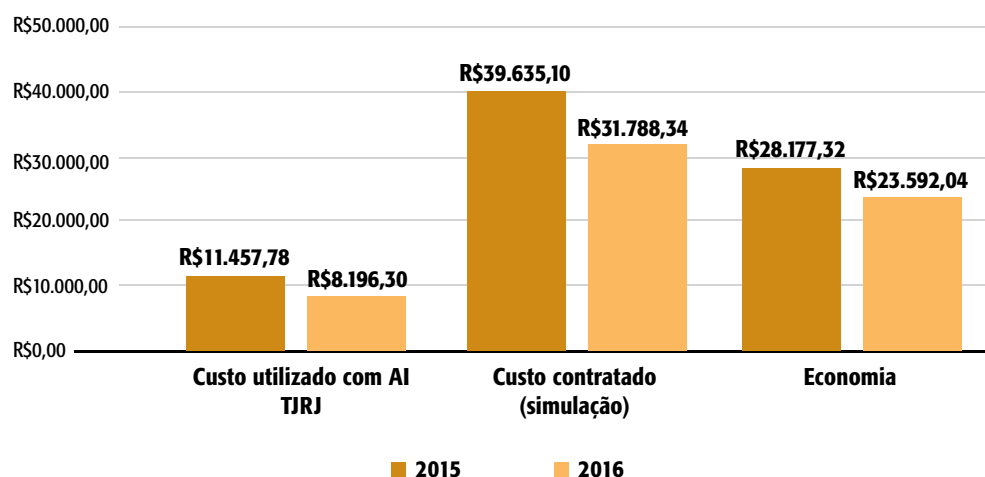
## AUDITORIAS REALIZADAS - CERTIFICAÇÃO NBR ISO 9001



Para estímulo e aperfeiçoamento dos seus sistemas de gestão, o Tribunal investe na formação contínua de auditores do SIGA, que são incumbidos dos exames nas unidades vinculadas a esse sistema e difundem pela organização o conhecimento administrativo adquirido. Atualmente, nosso quadro conta com 38 auditores internos aptos a liderarem equipes de auditoria.

No biênio 2015/2016, as auditorias internas totalizaram ainda 210 HD (evento de auditoria com 8 horas cada) nas unidades envolvidas no processo de certificação pela norma ISO 9001. Destes, 78 HD contaram com a atuação dos auditores do quadro do Tribunal, perfazendo-se, assim, uma meta financeira fixada pela Administração, conforme o gráfico abaixo. A economia gerada pelo trabalho dos auditores internos foi de R\$51.769,36.

## AUDITORES INTERNOS (AI) DO TJRJ - ECONOMIA



No segundo semestre de 2015, com a finalidade de promover o aprimoramento contínuo dos conhecimentos de auditores e demais servidores envolvidos na implementação e manutenção dos sistemas de gestão do TJRJ, ocorreu o Curso “A Nova ISO 9001:2015 – Mudanças, Conceitos, Requisitos e Documentação”. Foram oferecidas três turmas, com cerca de 20 participantes cada. As aulas, ministradas nas instalações da ESAJ por instrutor da Fundação Carlos Alberto Vanzolini, atualizaram os inscritos acerca da nova versão da Norma ISO 9001, publicada em setembro de 2015.

### 6.3 APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO DO TJRJ

Os mecanismos de controle interno do TJRJ são:

- auditoria interna;
- inspeção administrativa;
- levantamento;
- vistoria;
- monitoramento;
- avaliação da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.

Essas ações são definidas e planejadas a partir de critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, além da força de trabalho disponível e das ações coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça, e resultam em um Plano Anual de Ações de Controle submetido à aprovação do Presidente do Tribunal de Justiça.

#### PROJETO ESTRATÉGICO

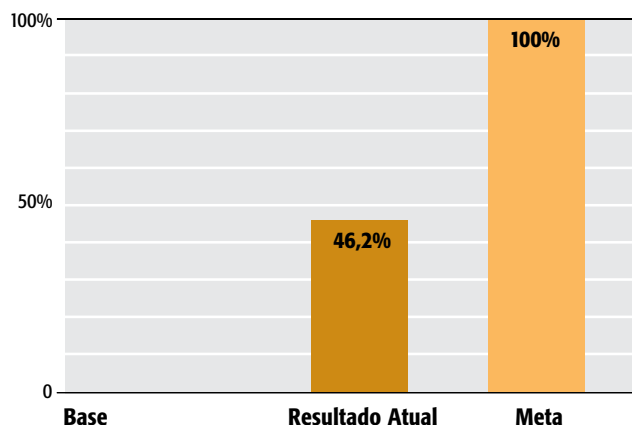
### **Aprimoramento das Políticas de Controle Interno**

Projeto que consiste em atuação preventiva, por meio de capacitação na ESAJ de representantes das diretorias-gerais do TJRJ em controle interno (COSO I) e gestão de riscos (COSO II).

Além dos cursos oferecidos em 2016, foram realizadas avaliações de controle interno, baseadas no COSO I, assim como Levantamentos de Inventário de Riscos baseados na metodologia do COSO II, conforme se verifica no capítulo 2 – Auditorias.

As entregas do projeto foram 100% concluídas.

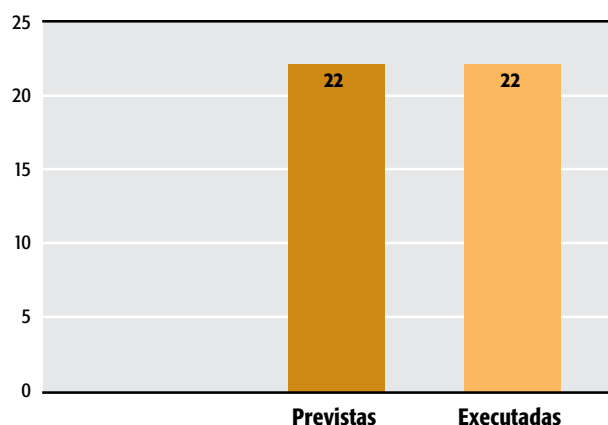
## RESULTADO PRETENDIDO X RESULTADO ALCANÇADO



O resultado pretendido consistia na participação de pelo menos 2 representantes de cada uma das 13 diretorias-gerais em ambas as capacitações, sendo alcançado o percentual de 46,2% no indicador de acompanhamento com a adesão de 93% das Diretorias-Gerais a pelo menos um dos treinamentos.

## RESULTADOS ESTRATÉGICOS

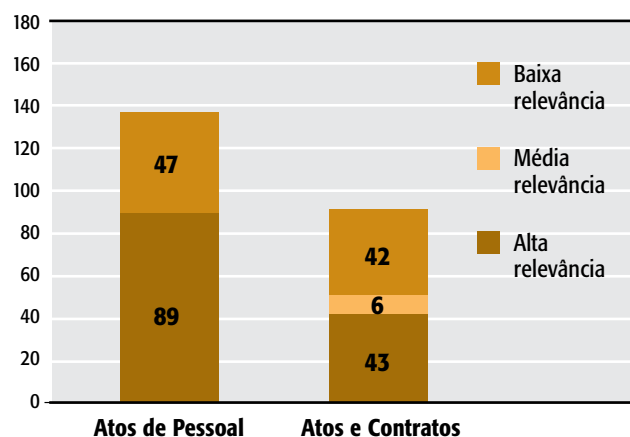
- Execução do Plano Anual de Auditoria**



Objetivo: demonstrar a execução do Plano Anual de Auditoria (PAA) aprovado pela Presidência do TJRJ.

Nos PAA de 2015 e de 2016 foram previstos 22 trabalhos de auditoria, todos concluídos no biênio.

- Grau de Relevância de Decisões Preliminares do Tribunal de Contas do Estado (TCE)**



Objetivo: classificar as diligências externas do TCE segundo seu grau de relevância para a administração do TJRJ.

Relevância: BAIXA – pedido de documentos/informações, sem qualquer indicativo quanto à possível não conformidade do ato; MÉDIA – quando presente algum indicativo de não conformidade do ato; ALTA – quando apontada pelo TCE alguma inconformidade e quando se tratar de decisão pela Notificação ou Citação.



- **Ações de Controle na Execução de Obras e Serviços de Engenharia**

Objetivo: demonstrar o alcance das ações de controle sobre os contratos de obras e serviços de engenharia.

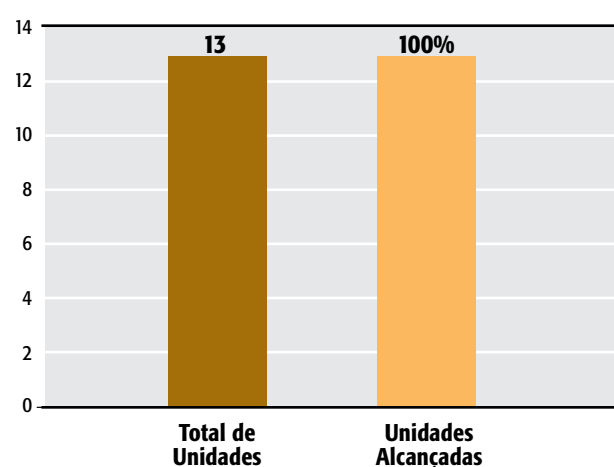
No biênio 2015/2016, a DGCOI atuou em treze contratos, que representam o valor total de R\$ 549.828.133,80.

<b>2015</b>	R\$ 441.617.068,39
<b>2016</b>	R\$ 108.211.065,41

- **Alcance das Ações de Controle na Área Administrativa**

Objetivo: demonstrar quantas diretorias-gerais tiveram seus processos de trabalho alcançados pelas ações de controle.

Considerando as ações previstas no PAAC do biênio 2015/2016, bem como o cumprimento integral do projeto estratégico, as ações de controle da DGCOI alcançaram 100% das diretorias-gerais do TJRJ.



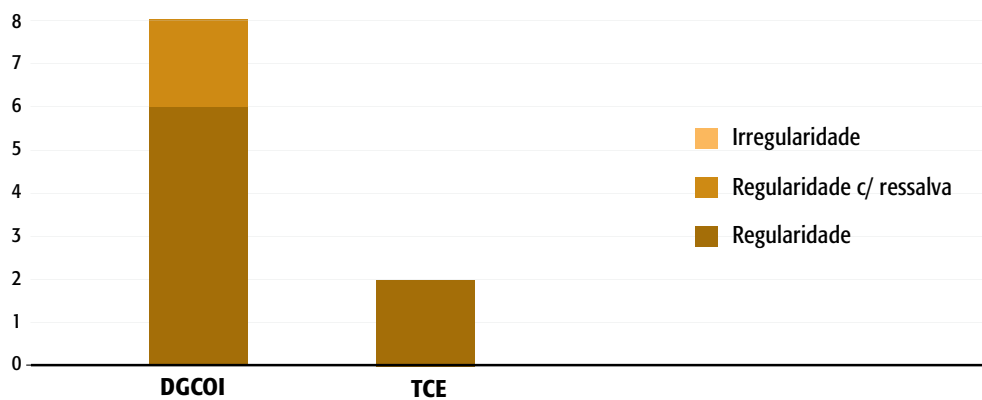
- **Prestações de Contas Encaminhadas ao TCE**

Objetivo: demonstrar o resultado das análises das prestações de contas dos ordenadores de despesas e gestores do TJRJ, dos fundos especiais do TJRJ e da EMERJ, do FUNARPEN, dos responsáveis por bens patrimoniais e em almoxarifado e dos tesoureiros realizadas, bem como de seus julgamentos pelo TCE.

No biênio, foram encaminhados à Corte de Contas 15 processos de prestação de contas: 8 referentes aos ordenadores de despesas e gestores de fundos, 6 de responsáveis por bens patrimoniais e em almoxarifado e 1 de tesoureiros, sendo que os julgados pelo TCE até o momento mantiveram paridade com a análise realizada por esta unidade de controle interno. Encontram-se pendentes de julgamento todas as prestações de contas dos ordenadores de despesa e gestores de fundos relativas ao exercício de 2014 e, com relação a 2015, às referentes ao TJRJ e ao FETJ. No tocante aos responsáveis por bens patrimoniais e em almoxarifado e tesoureiros, encontram-se pendentes as prestações referentes aos responsáveis por bens em almoxarifado do TJRJ e do FEMERJ, relativas ao exercício de 2015.

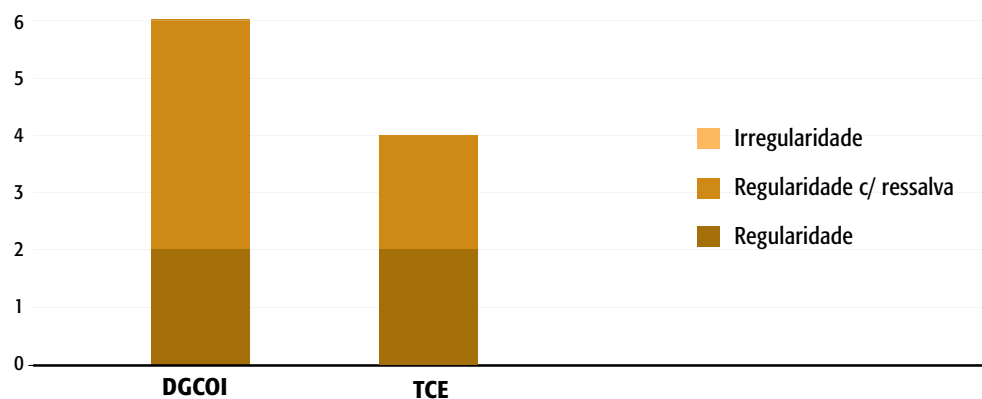
## PRESTAÇÃO DE CONTAS

## ORDENADORES DE DESPESA (TJRJ, FETJ, FEMERJ E FUNARPEN)



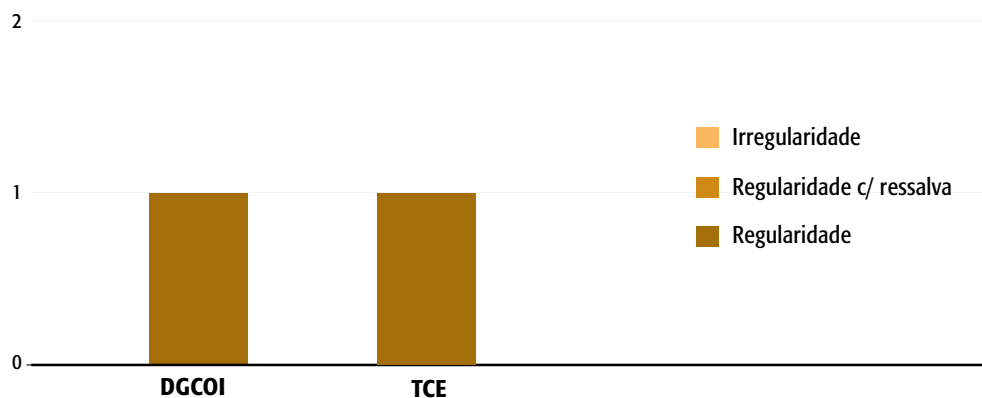
## PRESTAÇÃO DE CONTAS

## BENS EM ALMOXARIFADO E PATRIMONIAIS



## PRESTAÇÃO DE CONTAS

## TESOUREIROS



- **Auditorias**

No primeiro ano do biênio 2015/2016, o PAAC elaborado na gestão anterior foi alterado para a inclusão do levantamento nos Convênios (IBISS e Lar Fabiano de Cristo), por determinação da Presidência do TJRJ. Já no segundo ano, foi executado o PAAC aprovado pela atual Administração, com destaque para o mapeamento dos riscos nos processos de trabalho nas seguintes diretorias: DGTEC, DGPES, DGPCF e DGENG. No biênio, foram executadas todas as auditorias previstas nos respectivos planos anuais.

- **Monitoramentos**

Foram monitorados 14 trabalhos de auditorias realizadas em anos anteriores, documentando o cumprimento das determinações presidenciais:

- Auditoria nos contratos de prestação de serviço de telefonia fixa e móvel (DETEL);
- auditoria no Almoxarifado no tocante ao recebimento de bens;
- auditoria no Inventário de bens permanentes;
- auditoria simultânea coordenada CNJ de tecnologia da informação;
- auditoria no convênio do TJMED – exercício 2008;
- auditoria do Departamento de Gestão da Memória do Judiciário, atual Museu da Justiça do Estado do RJ;
- inspeção do TCE/RJ – Relatório de Inspeção Ordinária Operacional, realizada no TJRJ, com ênfase nos controles exercidos quanto à aquisição e distribuição de materiais destinados às instalações de novos fóruns regionais;
- auditoria no almoxarifado e no inventário do estoque;
- ação de Auditoria Coordenada do CNJ – Infraestrutura de TI;
- auditoria nos controles da empresa Locanty;
- auditoria de execução de contratos;
- auditoria em contratos relacionados à manutenção e recarga de extintores de incêndio;
- inspeção Administrativa – implementação do SCOL – Sistema de Controles de Órgãos e Localizações no TJRJ;
- ação Coordenada de Auditoria do CNJ – Governança de TI.

## Outras Iniciativas Relevantes

- Parecer nº 2/2013 – SCI/Presi/CNJ – a capacitação ministrada na ESAJ, as avaliações de controles internos e os levantamentos de inventário de riscos realizados no biênio 2015/2016 objetivaram dar concretude ao item E.4 do referido parecer;
- Análise relativa às obras de construção de prédios do TJRJ, com prazo findo, e que ainda resta concluir a fase de automação;
- Manifestação acerca da aplicação da Lei nº 12.546/2011 nos contratos firmados pelo TJRJ (Brasil Maior);
- Estudo e elaboração de parecer, objetivando orientação para a elaboração das regras de prestação de contas das parcerias com repasse de verbas que deverão constar nos novos planos de trabalho dos termos a serem firmados entre este TJRJ e as organizações da sociedade civil, com base na lei federal nº 13.019/2014;
- Elaboração de propostas de alteração/revogação de Resoluções do CNJ, contendo indicação do Ato Normativo e exposição de motivos, nos termos solicitados pela Assessoria para Assuntos Relacionados ao CNJ. A DGCOI se manifestou pela revogação da Res. CNJ nº 169/13 e pela alteração dos artigos 12 e 26 da Res. CNJ nº 114/10, pelas razões expostas na mensagem encaminhada em 03/11/2016;
- Disseminação de boas práticas de auditoria em eventos internos e externos:
  - » Em 2015, palestra no 1º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle do Poder Judiciário Brasileiro, realizado em Cuiabá, pelo TRT da 23ª Região, que contou com a participação do CNJ, TCU, STJ, IIA e mais de 40 representantes de tribunais brasileiros e com transmissão ao vivo pela internet;
  - » Em 2016, palestra no 2º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle do Poder Judiciário Brasileiro, realizado em Brasília, pelo STJ;
  - » Servidores capacitados nos cursos de Auditoria Interna (AUDI I e AUDI II) ministrados pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil);
  - » Presença de representantes do Tribunal no CONBRAI – Congresso Brasileiro de Auditores Internos, em 2015 (Curitiba) e em 2016 (São Paulo).
- Outras ações de governança – relacionamento com o CNJ, Ouvidoria e Atuação dos Colegiados Administrativos.

## OUVIDORIA

A Ouvidoria foi instituída no Tribunal através da Resolução TJ/OE/RJ nº 15/2003, tendo sido implementada, renovada e desenvolvida através da Portaria nº 1.953/2005 e da Resolução nº 07/2005, em sintonia com o art. 103-B, § 7º, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45. Seu propósito é formar um canal de comunicação eficiente entre o TJRJ e o cidadão, por meio das melhores práticas de atendimento às manifestações dos usuários, buscando soluções adequadas no âmbito de suas atribuições. Suas atividades, portanto, se dão na vertente da governança que se desenvolve pela comunicação com a sociedade civil.

O atendimento ao público se dá, majoritariamente (79%) por meio do portal *web* do Tribunal, mas também por teleatendimento (17%), atendimento pessoal (3%) e processamento de petições (1%).

No biênio, as atividades da Ouvidoria tiveram os seguintes resultados:

MANIFESTAÇÕES FEITAS À OUVIDORIA - TJRJ		
DIRIGIDAS A	2015	2016
Jurisdição 1º grau	38.564	36.737
Jurisdição 2º grau	701	690
Administração	957	810
Órgãos externos	160	141
CONTEÚDO	2015	2016
Reclamações	27.862	24.238
Dúvidas	11.117	13.282
Elogios	496	453
Denúncias	251	173
Acesso à informação	71	140
Sugestões	149	85
Ouvidoria Mulher	20	7

## ASSESSORIA PARA ASSUNTOS REFERENTES AO CNJ

As relações institucionais do Tribunal com o Conselho Nacional de Justiça ensejam um trânsito de processos que é tratado por assessoria especializada do Gabinete da Presidência, criada há quatro anos (Resolução TJ/OE nº 30/2012 e art. 7º, I, da Resolução TJ/OE nº 17/2014). Por essa via, são registrados e tramitam procedimentos peculiares ao controle da prestação jurisdicional pelo CNJ, recomendações de ordem administrativa e difusão de boas práticas, bem como processos relativos ao cumprimento das Resoluções do Conselho – cumpre destacar, nesse particular, que está em curso a consolidação das 245 Resoluções do CNJ editadas de 2005 a setembro do ano corrente, visando sua atualização e a simplificação dos textos e normas nelas contidas.

No biênio, o Tribunal estabeleceu um fluxo único e documentado de todos os processos do CNJ, e saneou, obtendo o arquivamento em maior parte, o acervo acumulado até janeiro de 2015. Cuidou, igualmente, das solicitações emanadas do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, órgão com atribuição consultiva do CNJ, integrado pelo TJRJ.

### INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE PROCESSUAL – TJRJ/CNJ – BIÊNIO\*

Processos movimentados - total	954
Processos novos	380
Processos autuados 2015	65
Processos autuados 2016	69
Processos arquivados	250
Acervo em dezembro de 2016	825

\*até 15/12/2016

## ATUAÇÃO DOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS

Na Seção “Planejamento e Gestão”, foi abordada a revitalização dos Colegiados Administrativos como instância de governança do Tribunal, realçando-se a sua participação no desenvolvimento da estratégia institucional. A importância da atuação desses órgãos, que nesta gestão contaram com representantes das entidades de classe da magistratura (AMAERJ) e dos serventuários (Sind-Justiça) e membros da sociedade civil, além de magistrados e servidores, se evidenciou na formulação e condução do plano estratégico, mas, de forma cotidiana, na regulação e promoção de diversas atividades essenciais do Tribunal.

A seguir, uma relação dos Colegiados Administrativos do Tribunal de Justiça:

- Comissão de Legislação e Normas (COLEN)\*;
- Comissão de Regimento Interno (COREG)\*;
- Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ);
- Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento do TJRJ (COGEP);
- Comissão de Políticas Institucionais para Integração da Gestão Estratégica, Financeira e Orçamentária (COPAE);
- Comissão Mista de Comunicação Institucional (COMCI);
- Comissão de Inteligência, Estratégia e Segurança Institucional do TJRJ (CIESI);
- Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (COSEG);
- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CGTI);
- Grupo de Trabalho das Varas Criminais (GTCRIM);
- Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (GMF);
- Comissão Mista para Estudo e Implementação da intermediação do Poder Judiciário na Tramitação dos Inquéritos Policiais (CM-Inquéritos Policiais);
- Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CEJEM);
- Grupo de Trabalho para Estudo e Definição de Critérios para Extração de Dados referentes aos Processos de Violência Doméstica e Femicídio (GTVDF);
- Grupo de Trabalho para uniformização dos fluxos de atendimento das equipes técnicas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (GT-UNIFORMIZAÇÃO-JVDFM);
- Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEVIJ);
- Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa (GT-JUSTIÇA RESTAURATIVA);
- Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI);
- Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC);

---

\*constituídas pelo Órgão Especial, na forma do art. 3º, VIII, "a", do Regimento Interno.

- Grupo de Trabalho para Diagnóstico dos Impactos do Novo Código de Processo Civil e da Lei de Mediação no Sistema Justiça e no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (GTCIVMED);
- Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES);
- Grupo de Trabalho para averiguar eventuais irregularidades na propositura de ações nos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro;
- Comissão de Rastreamento do Sistema Informatizado de Distribuição das 1ª e 2ª Vice-Presidências do TJRJ (CORAS);
- Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em Eventos Esportivos, Culturais e grandes eventos (CEJESP);
- Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária (COAPP);
- Comissão de Jurisprudência (COJUR);
- Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX);
- Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Acessibilidade (COCIP);
- Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS);
- Comissão do LIX Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga das Delegações das Atividades Notariais e/ou Registrais do Estado do Rio de Janeiro;
- Comissão para o XLVII Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro;
- Conselho de Vitaliciamento (COVIT);
- Comissão dos Concursos para provimento de cargos efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Comissão Permanente de Avaliação Documental (COPAD);
- Comitê Estadual de Precatórios do Estado do Rio de Janeiro;
- Comitê Gestor das Contas Especiais;
- Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no Âmbito do TJRJ;
- Comitê Orçamentário de 2º Grau no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;



- Conselho Consultivo da Escola de Administração Judiciária (COESAJ);
- Conselho de Diretores-Gerais (CODIG);
- Conselho Editorial da Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Grupo de Trabalho da Valorização da Primeira Infância (GT-PRIMEIRA INFANCIA);
- Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação da integração dos Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM (GT-REDESIM);
- Grupo de Trabalho para atualização da estrutura normativa e logística do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (GNCPC);
- Grupo de Trabalho para desenvolvimento e implementação de rotinas cartorárias junto às serventias com competência em Dívida Ativa Estadual, visando à otimização de processamento e programas de soluções alternativas, referentes às cobranças dos créditos inscritos em Dívida Ativa, oriundos dos Executivos Fiscais do Estado do Rio de Janeiro (GT-DÍVIDA ATIVA ESTADUAL);
- Grupo de Trabalho para Estudo das Alterações Processuais decorrentes do novo Código de Processo Civil (GT-CPC);
- Grupo Multi-Institucional do CEDES;
- Comissão de Preservação da Memória Judiciária (COMEMO);
- Comissão de Políticas Institucionais de Acervo Bibliográfico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COBIB);
- Comissão de Apoio aos Magistrados Aposentados e Pensionistas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COMAP).



## 7. Prestação Jurisdicional

Nesta seção, em complemento à seção “Panorama da Jurisdição”, serão analisados em maior detalhe os projetos e ações da Administração pertinentes ao tema e aos objetivos da prestação jurisdicional, bem como as demais atividades que tenham concorrido para a consecução das respectivas metas do plano estratégico. Apresentam-se, nesta seção, portanto, ações de apoio à atividade jurisdicional, isto é, aquelas que, praticadas por órgãos, com atribuições administrativas, contribuíram para os resultados da jurisdição.

### 7.1 INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU

A priorização do 1º grau foi considerada o principal objetivo no tema da prestação jurisdicional, marca da gestão no tocante à atividade-fim do Tribunal. É no 1º grau de jurisdição que se solucionam a maior parte dos conflitos e são os provimentos dos juízos singulares os que maior impacto têm na vida dos jurisdicionados – sem esquecer que é neles que se dá a execução de todos os julgados. A ênfase dada pela Administração a esse segmento, portanto, é uma escolha pela efetividade da jurisdição e pela potencialização da justiça.

O objetivo de incremento da priorização ao 1º grau foi desenvolvido por meio de projetos estratégicos, ações e atividades correlatas, a seguir apresentados.

#### PROJETO ESTRATÉGICO

#### **Institucionalização e Multiplicação do Protocolo Violeta**

Teve como objetivos a efetividade no cumprimento do mandamento constitucional de garantia dos direitos à equidade de gênero, a divulgação e conscientização dos dispositivos da Lei 11.340/2006, a contribuição para a formação de indivíduos multiplicadores da “paz em casa”, a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher e, por conseguinte, a contribuição para um novo paradigma das relações de gênero.

O Protocolo Violeta busca assegurar a presteza na tramitação das medidas protetivas de urgência, garantindo a segurança da mulher, vítima de violência doméstica, e foi assinado em março de 2015 pelo governo do estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública, com a meta de reduzir, de quatro dias para quatro horas, o tempo de resposta e de adoção de medidas protetivas de urgência.

Esse projeto estratégico tem, ainda, o fito de multiplicar as informações referentes à violência contra a mulher no estado, por meio de juizados móveis, bem como de implementar a Campanha “Justiça pela Paz em Casa”.

#### RESULTADOS ESTRATÉGICOS

CAMPANHA “JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	SENTENÇAS EM AUDIÊNCIAS
1ª edição (09/03/15 a 13/03/15)	1.283	359
2ª edição (03/08/15 a 07/08/15)	1.399	323
3ª edição (30/11/15 a 04/12/15)	1.158	921
4ª edição (07/03/16 a 11/03/16)	1.349	1.786
5ª edição (15/08/16 a 19/08/16)	75	1.033
6ª edição (21/11/16 a 25/11/16)	198	198
<b>TOTAL</b>	<b>5.462</b>	<b>4.620</b>

Além dos resultados da campanha, foram agendadas 700 audiências nos casos de violência de gênero a serem realizadas de 28 de novembro a 02 de dezembro de 2016, e foi destinada atenção especial às presidiárias na penitenciária feminina Talavera Bruce e, também, às mães internadas na Unidade Materno Infantil (UMI), anexa ao presídio. Houve, ainda, a implantação de unidades móveis para a realização de audiências nos juizados adjuntos com maior distribuição de feitos de violência doméstica.

## HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

- **Sala lilás**

Em parcerias do TJRJ com a Polícia Civil, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde, em dezembro de 2015 foi instalada no Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto (IMLAP), com o intuito de humanizar os exames realizados nas mulheres vítimas de violência doméstica.



- **Criação do Observatório judicial da violência contra a mulher**

É uma base de dados estatísticos e informações, compiladas no âmbito do TJRJ, que está disponível no site do TJRJ (no *link* [www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher](http://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher)). O Observatório é um instrumento de estudos e análise que subsidia iniciativas, medidas e pesquisas destinadas a combater o problema social da violência doméstica contra a mulher.



A criação do Observatório foi motivada pelos propósitos de:

- Aumentar a eficácia das ações de combate à violência de gênero, no âmbito da administração da justiça.
- Melhorar a coordenação entre as instituições participantes, para o desenvolvimento de protocolos de atendimento.
- Permitir a realização de estudos e a formulação de propostas legislativas.
- Promover o acompanhamento estatístico do fenômeno da violência doméstica contra a mulher no Judiciário.
- Projetar e sugerir um plano de formação especializada para os magistrados e servidores do judiciário e para os demais colaboradores da administração da justiça.

- **Incremento da atuação das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs)**

As CPMAs foram criadas pela Resolução TJ/OE/RJ nº 39/2010 para prestar assessoria aos juizados especiais criminais, juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher (sem equipe técnica própria), à vara de execuções penais e às varas criminais fora da Comarca da Capital, no tocante ao monitoramento psicossocial da execução de medidas e penas alternativas à prisão. São 20 unidades no estado, que acompanham apenados e subsidiam os juízos no cumprimento das penas e medidas que não importem em encarceramento.

As atividades das CPMAs, cujas equipes técnicas são formadas e supervisionadas pelo Tribunal, são essenciais para a efetividade jurisdicional nas competências a que esses órgãos atendem, nos casos em que é imposta pena ou medida sem privação de liberdade.

ATENDIMENTOS REALIZADOS NAS CPMAs			
COMARCAS	2015	2016	TOTAL
Angra dos Reis	1.978	1.511	3.489
Belford Roxo	3.054	17.704	20.758
Campos dos Goytacazes	4.573	2.629	7.202
Campo Grande	1.113	909	2.022
Capital - Jacarepaguá	1.678	2.077	3.755
Capital - II JECRIM	1.624	10.161	11.785
Capital - Pavuna	757	323	1.080
Capital - VEP	13.337	5.393	18.730
Duque de Caxias	1.442	2.240	3.682
Itaguaí	1.532	849	2.381
Itaperuna	2.103	6.051	8.154
Niterói	2.434	2.079	4.513
Nova Friburgo	2.356	2.259	4.615
Nova Iguaçu	2.416	1.218	3.634
Petrópolis	1.435	2.117	3.552
São Gonçalo	3.934	4.933	8.867
Teresópolis	3.750	4.519	8.269
Valença	2.857	3.197	6.054
Vassouras	1.329	339	1.668
Volta Redonda	2.663	474	3.137
<b>TOTAL</b>	<b>56.365</b>	<b>70.982</b>	<b>127.347</b>

**PROJETO ESTRATÉGICO****Fortalecimento de Perícias no TJRJ**

Projeto que visou promover atendimentos concentrados para realização de exames em feitos paralisados pela falta de peritos na sede de juízos que ficam distantes da Capital ou da Região Metropolitana, ou em locais de difícil acesso. O projeto se desenvolveu em interação com o projeto Justiça Itinerante, trazendo como principais benefícios o atendimento da demanda reprimida, uma maior adesão dos peritos e a atualização dos respectivos honorários.

**RESULTADOS ESTRATÉGICOS**

<b>NUR</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DATA</b>	<b>AGENDADOS</b>	<b>REALIZADOS</b>	<b>CURATELA</b>
2º NUR	São Gonçalo	28/04/2015	54	41	18
	São Gonçalo	15/05/2015	53	41	10
	São Gonçalo	03/07/2015	61	54	36
4º NUR	Japeri	16/10/2015	29	27	15
	Bangu (regionais)	05/10/2016	35	29	29
	Bangu (regionais)	08/11/2016	30	23	24
	Bangu (regionais)	30/11/2016	45	42	35
8º NUR	Seropédica	02/12/2016	28	22	18
<b>TOTAL</b>			<b>335</b>	<b>279</b>	<b>185</b>

Além dos resultados diretos, o projeto subsidiou a criação de um cadastro único de peritos no TJRJ, atendendo assim às disposições da nova Legislação Processual Civil.

**PROJETO ESTRATÉGICO****Plano de Valorização da Primeira Infância**

Elaborado pela Coordenadoria das Varas da Infância, Juventude e do Idoso (CEVIJ), um colegiado administrativo da Presidência, e dirigido a crianças de 0 a 6 anos em situações específicas de risco, o projeto tem dois eixos: a abordagem de situação de abandono/acolhimento institucional e/ou familiar e a atenção aos casos de permanência de crianças junto a mães encarceradas. Seus objetivos são assegurar direitos fundamentais de crianças nessas situações, evitando ou minimizando os prejuízos para o seu desenvolvimento integral. Suas ações previram a priorização de processos que envolvam situações de risco para crianças da 1ª infância (medidas socioeducativas e privação de liberdade), o estímulo a mudanças nos cuidados com a primeira infância em situação de risco social e pessoal pela rede de atenção social, incentivando a formação de um novo paradigma de atendimento e a criação de novos processos de trabalho.



## Outras Iniciativas Relevantes

### PORTAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Área do *site* do Tribunal que agrega conteúdos pertinentes à competência de infância e juventude, com o objetivo de atender às demandas de informação nesse campo e, assim, difundir e dar efetividade aos direitos de crianças e adolescentes. O portal divulga a estrutura administrativa e judiciária de infância, juventude e do idoso do Tribunal, particularmente a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ) e a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI), além de normas, planos e instrumentos de cooperação do Judiciário com entidades governamentais e da sociedade civil, visando a proteção de direitos. Também estão no portal informações e *links* específicos de atendimento ao jurisdicionado, rol de projetos e iniciativas da Administração, material didático e de campanhas, e banco de boas práticas. A criação do portal visou dar uma visão clara e abrangente da informação pertinente a essa competência.



Portal da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça: (<http://infanciaejuventude.tjrj.jus.br/>)

## SEMANA DO BEBÊ – UNICEF

Por meio de ações na Unidade Materno-Infantil do Presídio Talavera Bruce e no DEGASE, visando abordar casos de mulheres privadas de liberdade, grávidas ou já acompanhadas dos filhos recém-nascidos, o Tribunal, em conjunto com a Defensoria Pública, possibilitou a propositura de 32 ações de reconhecimento de paternidade, objetivando a proteção dos direitos dessas crianças.

## DISSEMINAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO – SIGA

O SIGA é um conjunto de métodos de trabalho e controles administrativos que permite melhorias na administração das unidades jurisdicionais, estabelecido no TJRJ desde 2008. Com a sua implementação, além da melhoria do ambiente de trabalho, as unidades elevam a sua produtividade. No biênio, o SIGA foi oferecido pela Administração como um serviço às unidades de 1º grau, por livre adesão, e foi implementado em 205 serventias – um acréscimo de 76%.

## 7.2 APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL COMO MECANISMO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL

Dentre os objetivos pertinentes ao tema da jurisdição, o aprimoramento da justiça criminal foi visto como um instrumento ao alcance do Judiciário para promover a pacificação social. Nessa perspectiva, nele foi incluída também a competência infracional da adolescência. As ações da Administração para incremento da gestão da justiça criminal se concentraram no controle jurisdicional do ingresso e da saída do sistema prisional, bem como das entradas no sistema socioeducativo, com a implementação das audiências de custódia e de apresentação, e com a otimização da gestão das execuções penais.

Para a consecução desse objetivo estratégico, foram desenvolvidos dois projetos de importância fundamental, cuja implementação no biênio consolidou, no estado do Rio de Janeiro, a atuação dos juízos de garantia predcados pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. De outra mão, foram objeto de amplas inovações de gestão as atividades da Vara de Execuções Penais.

Apresentam-se, aqui, os resultados produzidos no âmbito dos projetos aludidos e das atividades referentes à execução penal. .

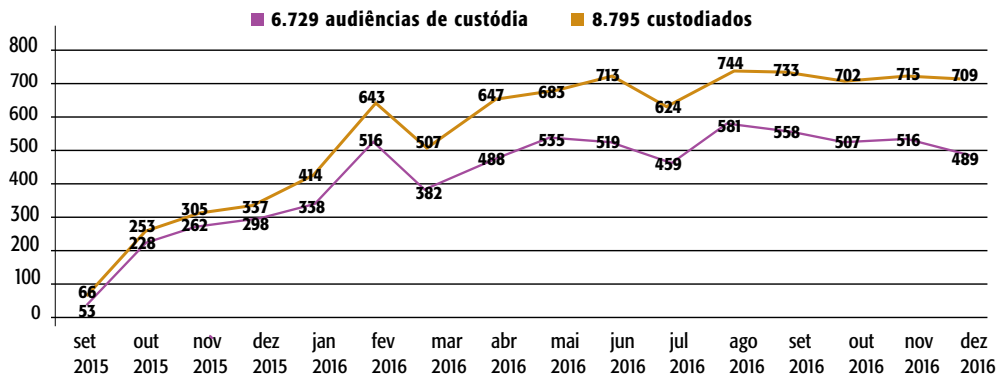
## PROJETO ESTRATÉGICO

### Implementação das Audiências de Custódia no TJRJ

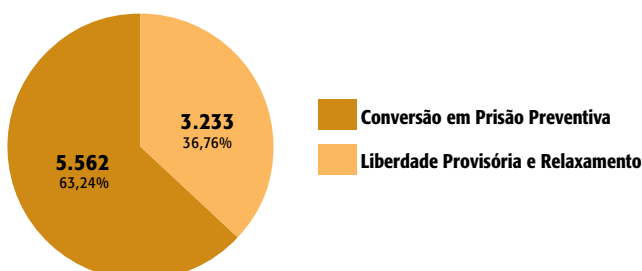
Este projeto visou a garantir a toda pessoa detida ou retida o direito – previsto na legislação internacional que vigora no país desde 1992 – de ser conduzida sem demora à presença de um juiz, que avalia a legalidade e a necessidade da prisão. Por meio da Resolução TJ/OE/RJ nº 29, de 2015, o Tribunal criou a Central de Audiências de Custódia da Capital - CEAC, que iniciou suas atividades em setembro daquele ano, contando com equipe multidisciplinar que avalia as circunstâncias psicossociais dos presos que vêm a ser liberados e promove seu encaminhamento aos serviços públicos competentes. A Lei estadual 7.437/2016 veio a autorizar a criação do sistema de implementação das audiências de custódia no estado.

## RESULTADOS ESTRATÉGICOS

### CEAC - AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA X CUSTODIADOS



(SETEMBRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2016)



## RESULTADO DAS AUDÊNCIAS DE CUSTÓDIA

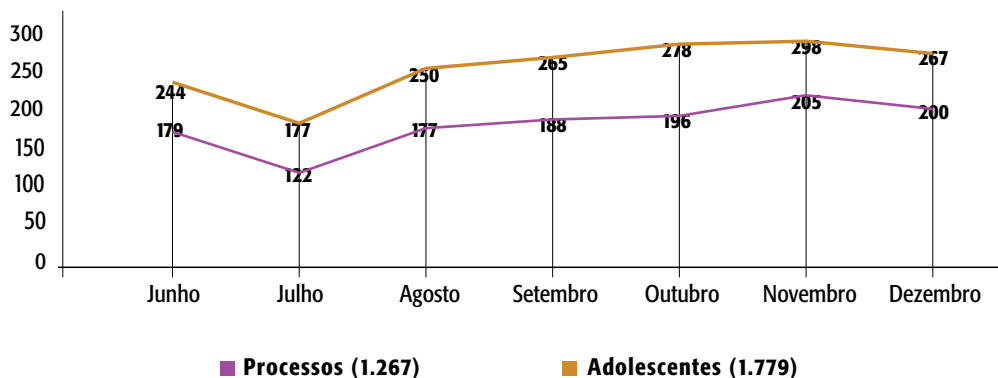
## PROJETO ESTRATÉGICO

**Implementação das Audiências de Apresentação**

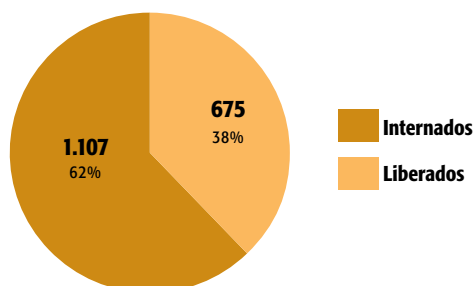
Este projeto teve como objetivo dar efetividade ao comando da Lei 8.069/90 (ECA) que prevê a realização da audiência de apresentação tão logo o adolescente envolvido na prática de um ato infracional seja apreendido pela autoridade policial. Desenvolvido por meio de uma parceria entre o TJRJ, o Ministério Público (MPRJ), a Defensoria Pública, a Polícia Civil e a Prefeitura da Capital, o projeto envolveu a reconfiguração do fluxo de encaminhamento dos adolescentes apreendidos, no sistema de justiça, evitando, assim, a sua internação sem prévia apresentação ao juízo competente, com todas as garantias processuais. O Núcleo de Audiência de Apresentação (Naap) da Vara da Infância e Juventude da Capital (VIJ) foi criado e instalado em junho de 2016, por meio do Provimento CGJ/RJ n.º 28/2016.

## RESULTADOS ESTRATÉGICOS

## NAAP - AUDIÊNCIAS DE APRESENTAÇÃO E ADOLESCENTES



(JUNHO A DEZEMBRO DE 2016)

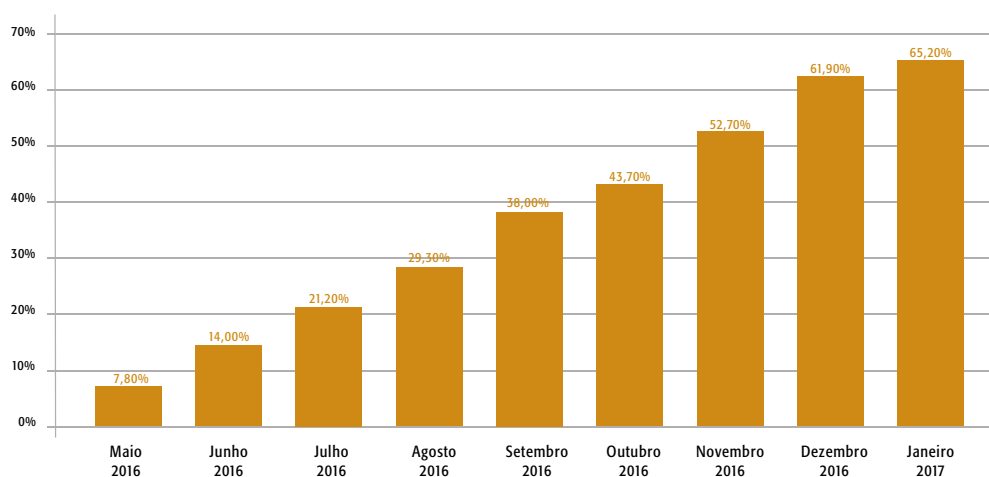


## RESULTADO DAS AUDIÊNCIAS DE APRESENTAÇÃO

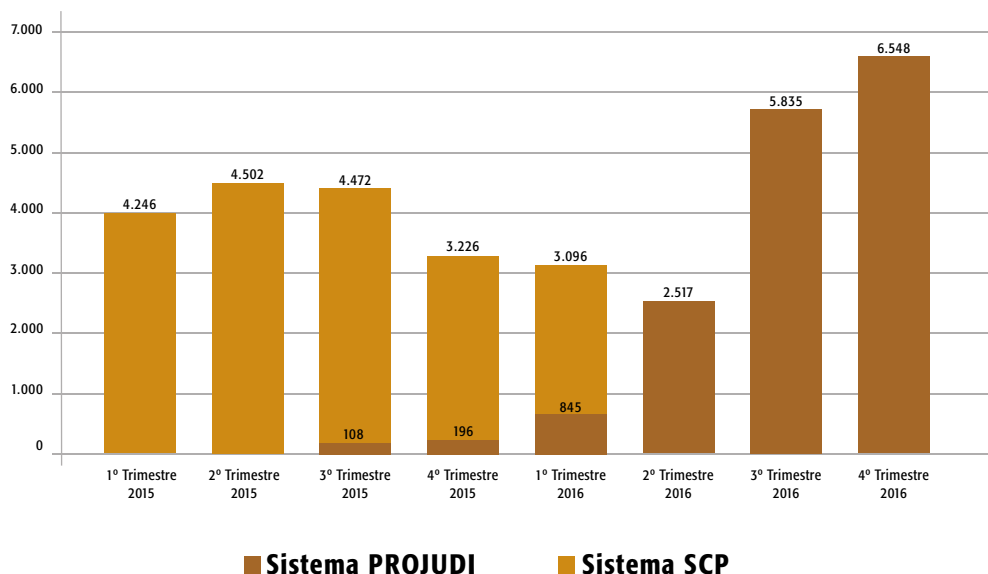
### GESTÃO DA EXECUÇÃO PENAL

Por meio de convênio celebrado com o Tribunal de Justiça do Paraná, o Tribunal recebeu o sistema PROJUDI para tramitação dos processos de execução penal, a cargo da Vara de Execuções Penais (VEP). O sistema está em operação desde março de 2016, mediante customização e adaptação aos procedimentos da VEP, e permitiu a gradual implementação do processamento digital e integrado das execuções, e, com isso, o incremento de 54,22% na concessão de benefícios. Com o PROJUDI, tornou-se possível a execução por apenado, o cálculo automático das penas e o acesso às informações e movimentações processuais via Web- com maior simplicidade de operação e consulta. A transposição do acervo processual para o PROJUDI iniciou-se em agosto de 2015 e atingiu 65,2%.

### RESULTADOS



## EXECUÇÕES PENAIS NO PROJUDI



VEP - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (AUMENTO 54,22%)

### 7.3 VALORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL

A efetividade da jurisdição na atualidade depende da disponibilidade de meios adequados de acesso à informação. Recursos informacionais, em maior parte computadorizados e acessíveis por meio de redes de comunicação, são indispensáveis tanto para a atividade dos magistrados como para os advogados, as partes e os representantes das funções essenciais à Justiça. Do mesmo modo, a informação jurisdicional correta e acessível atende à sociedade em geral, seja como forma de difusão de direitos, como em razão da sua disponibilidade para pesquisas acadêmicas. Por todos esses aspectos, a informação serve à construção da efetividade das decisões, entre as partes assim como para o público, o que concorre para revigorar o valor da Justiça no meio social.

O objetivo de valorização da informação como instrumento da efetividade da jurisdição

foi desenvolvido em dois projetos estratégicos, detalhados a seguir.

## PROJETO ESTRATÉGICO

### Portal do Conhecimento

O projeto, iniciado em 2015, tem previsão de conclusão em três anos. As ações planejadas para o período foram 66,25% executadas, já tendo sido concluído o mapeamento de todo o conteúdo do Banco do Conhecimento e de Boas Práticas do TJRJ, assim como já foram definidos os requisitos funcionais dos Bancos de Ações Cíveis Públicas, de Sentenças, de Pesquisas e de Pareceres e Decisões Administrativas. O projeto tem como finalidade instituir, a partir do Banco do Conhecimento, um ambiente virtual dinâmico para a criação e repositório de ideias, informação e conhecimento jurídicos e de memória institucional, relativos ao Poder Judiciário e à Administração Pública, a ser tornado disponível a operadores do direito, pesquisadores e à sociedade em geral.

## RESULTADOS ESTRATÉGICOS

Foi desenvolvido o sistema de consulta aos Atos Oficiais do TJRJ e o módulo do sistema de consulta à Jurisprudência, na plataforma ORACLE. Foram adquiridas novas plataformas eletrônicas para consulta à doutrina, legislação e jurisprudência (Fórum Digital e RT online).

Também foram desenvolvidos o Banco de Sentenças Seleccionadas e o Banco de Pesquisas Seleccionadas de Jurisprudência e Doutrina, bem como foi feito o desenho da arquitetura do Portal e foi iniciado o desenvolvimento da interface de navegação.

Indicador: grau de utilização do Banco do Conhecimento – acompanhar a quantidade de acessos

PERÍODO	ACESSOS AO BANCO
2015	912.707
2016	780.706

DIÁRIO DA JUSTIÇA	2015	2016
-------------------	------	------

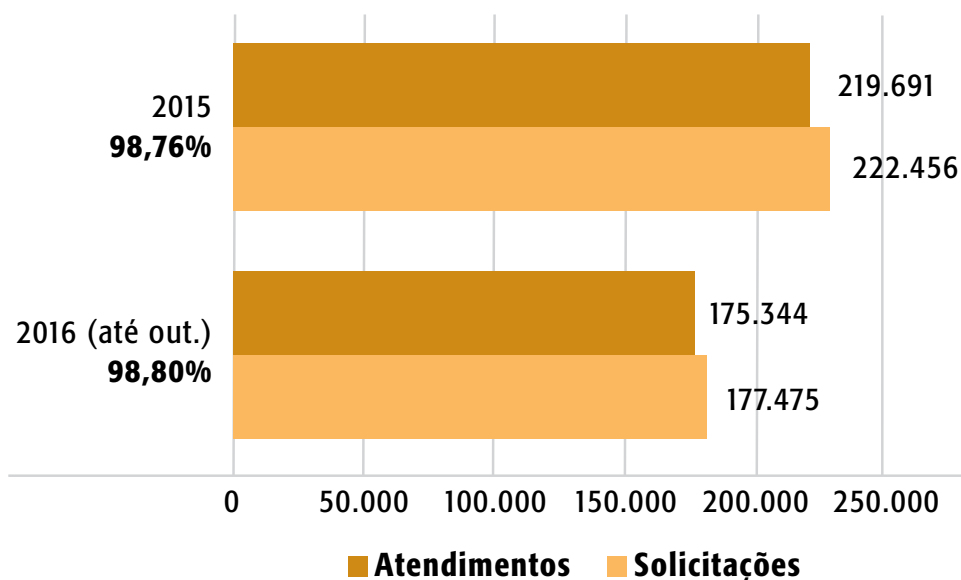
ARRECADAÇÃO		
Assinaturas DJERJ	R\$ 213.886,08	R\$ 248.645,40
Publicações de editais	R\$ 2.500.678,28	R\$ 2.304.367,29

#### PROJETO ESTRATÉGICO

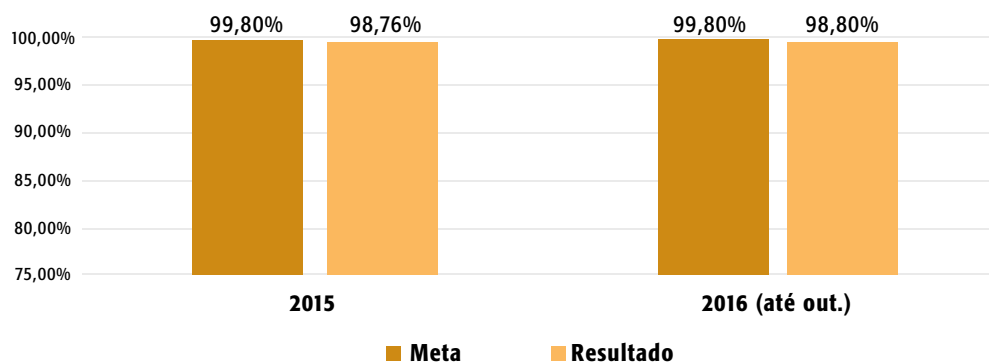
### Racionalização do Acervo Arquivístico do TJRJ

Projeto que teve como objetivo aumentar a eficiência do arquivo do Tribunal, encontra-se com 83% de suas ações implementadas, tendo sido revisado em setembro de 2016 para inclusão de ações relacionadas ao descarte de autos de processos físicos.

#### RESULTADOS ESTRATÉGICOS



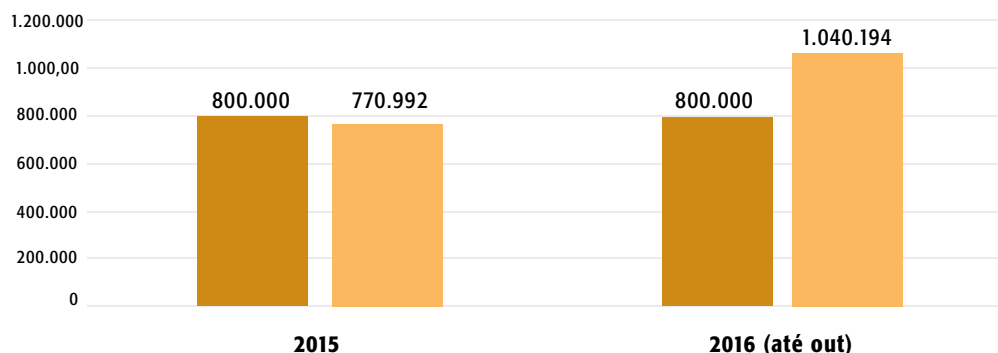
Índice de desarquivamento – avalia o desempenho da Rede de Arquivos.





## DESARQUIVAMENTOS VÁLIDOS

### ÍNDICE DE DESARQUIVAMENTO



Índice de documentos descartados – mede a evolução do descarte de processos indicados pelo sistema.

## DOCUMENTOS DESCARTADOS

### Outras atividades e resultados

Em 2015 e 2016, o Tribunal de Justiça recebeu do CNJ o Selo Justiça em Números na categoria Ouro, que reflete o atendimento em alto grau a requisitos de eficiência, transparência e publicidade quanto à informação relativa à atividade jurisdicional e administrativa.

O Selo visa ao reconhecimento dos Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais. Além do requisito básico de encaminhamento adequado das informações constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), com atenção aos prazos de preenchimento e à consistência dos dados, também são avaliados itens, como nível de informatização do Tribunal, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ relativas à gestão da informação.

São considerados tribunais com nível de excelência na gestão da informação aqueles



capazes de extrair dados analíticos de todas as unidades judiciárias, em sistemas padronizados de acordo com as regras das Tabelas Processuais Unificadas (Resolução nº 46/2007) e nos padrões do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Conselho Nacional de Justiça.

## 7.4 PRIORIZAÇÃO DA FASE DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

O acervo de execuções fiscais equivale, aproximadamente, a 60% do acervo geral do Tribunal, e seu processamento tem peculiaridades que decorrem não só do volume de feitos, mas da dificuldade de as Fazendas municipais e estadual em acompanhá-los, bem como as questões locais de política tributária e fiscal. A singularidade e o porte desse acervo específico ditam, por conseguinte, a necessidade de adotarem-se medidas especiais para o seu tratamento. Tais medidas, nada obstante caibam aos entes credores, receberam, no biênio, o decidido apoio do Tribunal, que tomou como objetivo estratégico a promoção da celeridade e da efetividade na solução dos litígios fiscais.

Apresentam-se, a seguir, os projetos pelos quais a Administração contribuiu com a gestão das execuções fiscais, levando à redução do seu acervo em cerca de 250 mil processos.

### PROJETO ESTRATÉGICO

#### **Efetividade na Arrecadação de Executivos Fiscais e Redução do Acervo Cartorário**

Este projeto teve como mais significativas ações a realização, em convênio com municipalidades de todo o estado, de mutirões de conciliação fiscal, trazendo como benefícios o aumento de arrecadação em mais de R\$ 2,2 bilhões, a diminuição do tempo médio de

tramitação dos executivos fiscais, a redução do acervo, o processamento automatizado e o mapeamento do quantitativo real de feitos. As ações do projeto foram desenvolvidas exclusivamente em 2015, pois o ano de 2016 foi eleitoral para os municípios, que, assim, não puderam outorgar anistia a devedores.

MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO (R\$)	
Concilia Rio	1.957.275.493,80
Concilia Barra	66.058.826,64
Concilia Porto	295.712,11
Concilia Zona Sul (Copacabana)	23.739.745,99
Concilia Meriti	25.426.881,06
Concilia Petrópolis	53.858.151,39
Concilia Rio Bonito	3.101.947,35
Concilia Nova Iguaçu	72.648.850,21
Concilia Itaperuna	5.094.151,54
Concilia Bom Jesus	1.773.146,83
Concilia Campos	6.254.754,01
Concilia Cabo Frio	5.290.089,25
Concilia Saquarema	2.007.586,17
Concilia São Pedro	704.452,02
Concilia São Gonçalo	10.448.549,49
Concilia Miracema	1.123.519,28
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.235.101.857,14</b>

Além dos mutirões de conciliação fiscal, o Tribunal implantou o processo eletrônico nas Dívidas Ativas Municipais em fevereiro de 2016.

Por fim, de 2015 para 2016, o acervo de execuções fiscais reduziu-se em aproximadamente 4% (253.341 processos), ao passo que a sua participação no acervo total de processos do TJRJ caiu de 59,78% para 58,63%.

	2015	2016
Ações e recursos pendentes	4.297.884	4.327.894
Execuções fiscais pendentes	6.386.773	6.133.432
Total	10.684.657	10.461.326
Proporção do acervo	59,78 %	58,63 %

## 7.5 INCREMENTO DA ADOÇÃO DE MEIOS ALTERNATIVOS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS

O emprego da conciliação e da mediação para solução de litígios é uma prática há

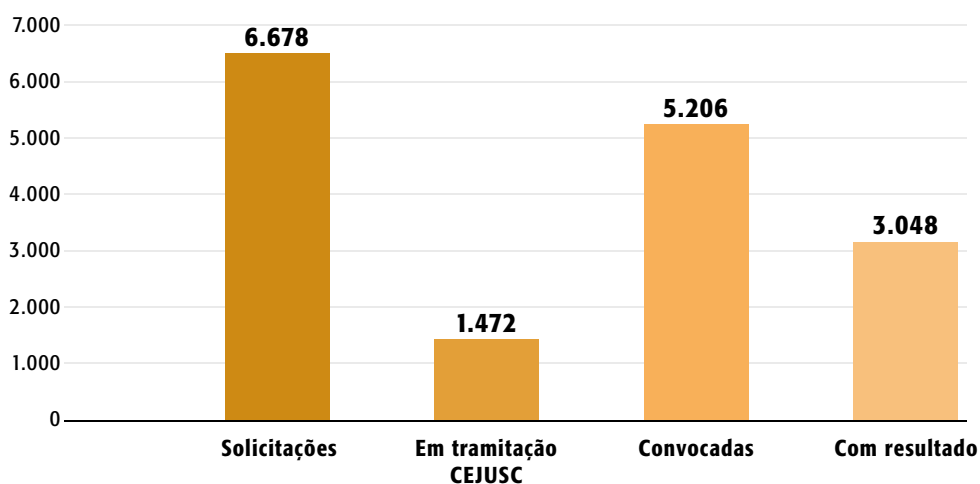
muito institucionalizada no Tribunal, mesmo antes da edição da Resolução CNJ n.º 125/2010 – norma que veio instituir a política nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário – e conta com projetos e atividades de longo prazo, que trazem resultados expressivos, especialmente na competência do consumidor. Os chamados meios alternativos de resolução de litígios têm aplicação em casos sujeitos aos procedimentos do cível (CPC) e dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública – mesmo que não tenham sido ajuizadas ações. No biênio, para além da continuidade das políticas públicas de conciliação e mediação iniciadas em gestões anteriores, a Administração as expandiu, em vista de que o novo CPC instituiu, como direito das partes no procedimento comum, uma oportunidade para composição, anterior à defesa, e de que a Lei 13.140/2015 veio a regular pormenorizadamente a mediação judicial.

Para o incremento da resolução alternativa de conflitos, foram desenvolvidos um projeto estratégico e outras ações, todos abordados a seguir.

#### PROJETO ESTRATÉGICO

### Aprimoramento dos Mecanismos de Mediação e dos Métodos não Adversariais de Solução de Conflitos

Através das ações desse projeto, com 92% de implementação, foi promovida a ampliação da rede de atendimentos, pela transformação dos 23 antigos centros de mediação em Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs, de modo a atender ao CPC, à Lei 13.140/2015 e à Resolução CNJ n.º 125/2010. Além disso, 4 (quatro) novos CEJUSCs foram criados, nas comarcas de Itaperuna, Itaguaí, Vassouras e Niterói (Região

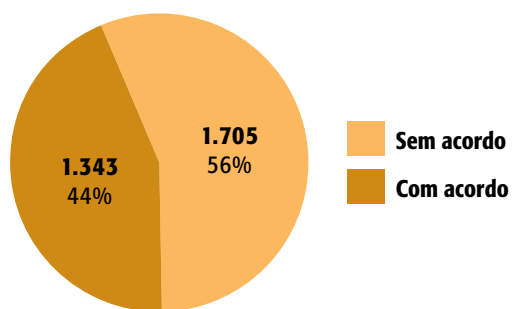


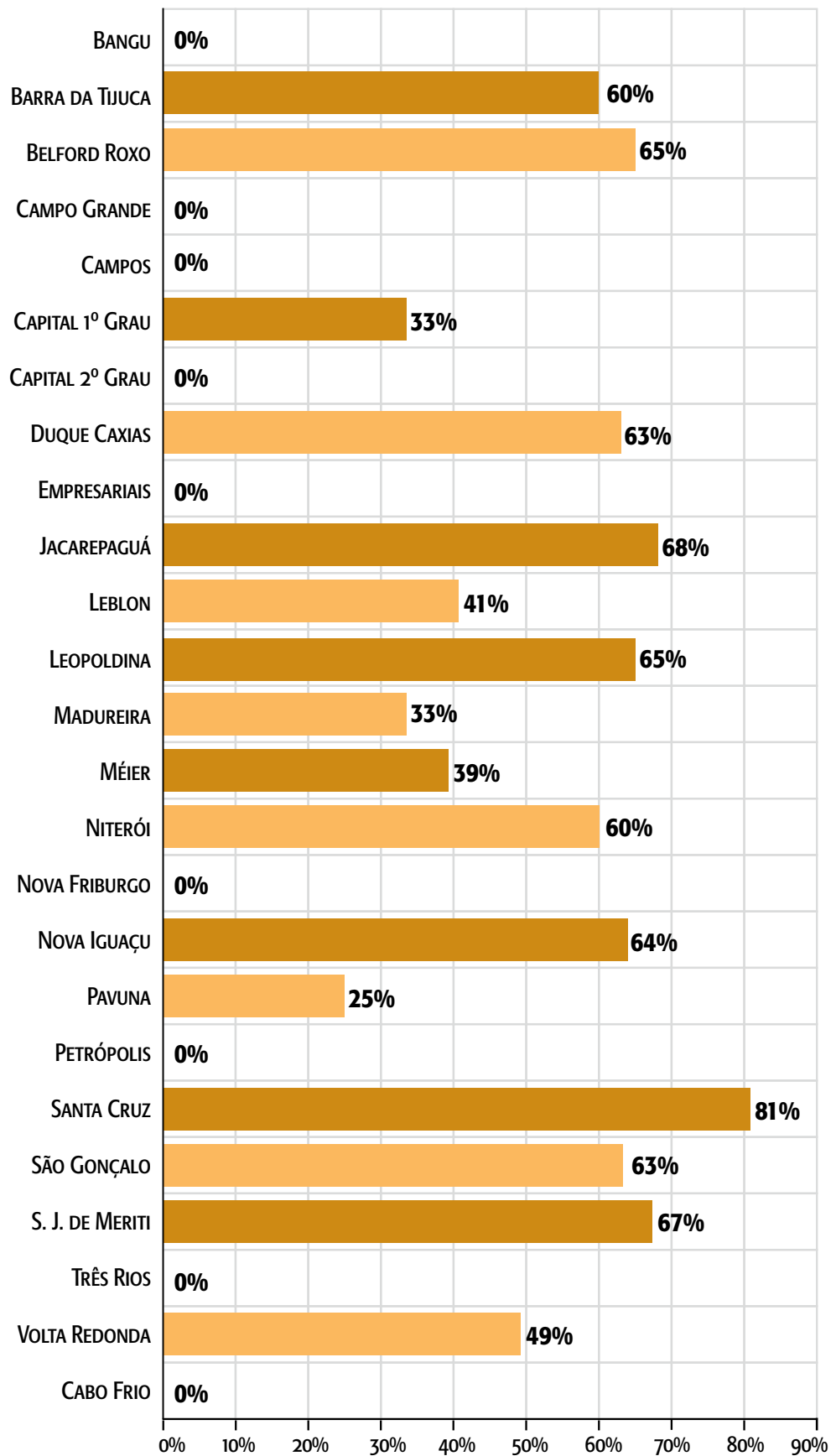
Oceânica), totalizando uma rede de 27 unidades.

## RESULTADOS ESTRATÉGICOS

### MEDIAÇÕES NO TJRJ EM 2016

MESES	TJRJ												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
com acordo	28	450	84	117	103	161	232	100	210	143	113	1	1.343
sem acordo	25	55	121	102	146	216	301	154	277	169	138	1	1.705
devolvido ao juízo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
desistência família	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
convocadas	85	171	332	362	380	626	906	480	860	565	436	3	5.206
em tramitação	73	67	37	32	50	53	127	158	352	191	234	98	1.472





recebidas	158	238	369	394	430	679	1033	638	1212	756	670	101	6.678
-----------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	-----	------	-----	-----	-----	-------

**MEDIAÇÕES PRÉ-PROCESSUAIS**

**276**

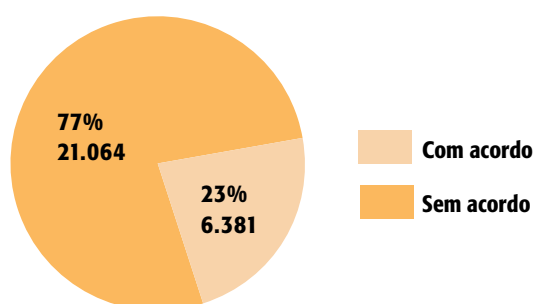
## RESULTADO DAS MEDIAÇÕES NO TJRJ EM 2016

### TAXA DE ÊXITO (ACORDOS) NAS MEDIAÇÕES DO TJRJ EM 2016

#### ATIVIDADES NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

No sistema dos Juizados Especiais, a resolução não-litigiosa de conflitos se dá pelas atividades de conciliação. As iniciativas nessa área compreendem:

- O projeto Expressinho, para conciliação em matéria de direito do consumidor, atingindo no biênio a média de 800 acordos por mês;
- A conciliação pré-processual, também em matéria consumerista, chegando, igualmente, a aproximados 800 acordos por mês em 2015/2016; e
- A realização de mutirões mensais, com cerca de 1.300 audiências e um percentual aproximado de 70% de acordos.



Além das iniciativas mencionadas, o Tribunal participa da Semana Nacional de Conciliação, que é uma ação institucional do CNJ que ocorre desde 2008. No biênio, os resultados desse evento foram os seguintes:

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2015		
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	AUDIÊNCIAS SEM ACORDO	AUDIÊNCIAS COM ACORDO
27.445	21.064	6.381

## RESULTADO

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2016						
	DIA 21/11	DIA 22/11	DIA 23/11	DIA 24/11	DIA 25/11	TOTAL
<b>AUDIÊNCIAS DE 1º GRAU</b>						
Audiências de conciliação realizadas (pré-processuais)	121	210	165	569	758	1.823
Audiências de conciliação em fase de conhecimento designadas	1.665	1.458	1.318	1.319	1.209	6.969
Audiências de conciliação em fase de conhecimento realizadas	1.643	1.456	1.316	1.317	1.206	6.938
<b>FASE DE CONHECIMENTO</b>						
Acordos homologados	378	369	368	369	307	1.791
Valores homologados	R\$ 570.315,82	R\$ 633.277,49	R\$ 533.022,69	R\$ 581.128,92	R\$ 514.673,76	R\$ 2.832.418,68
<b>FASE PRÉ-PROCESSUAL</b>						
Acordos homologados	42	115	117	428	586	1.288
Valores homologados	R\$ 5.000,00	R\$ 11.779,84	R\$ 225.944,00	R\$ 951.887,40	R\$ 1.367.167,40	R\$ 2.561.778,64
<b>AUDIÊNCIAS CRIMINAIS</b>						
Audiências de conciliação designadas	257	190	158	159	43	807
Audiências de conciliação realizadas	257	190	158	159	43	807
<b>TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS</b>	<b>1.836</b>	<b>1.725</b>	<b>1.483</b>	<b>1.888</b>	<b>1.967</b>	<b>9.156</b>

## Outras Iniciativas Relevantes

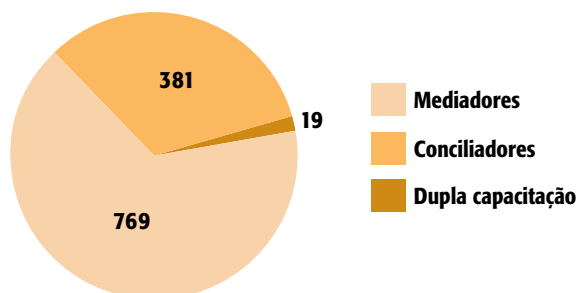
### CENTROS COMUNITÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Por meio de convênios com o Município do Rio de Janeiro, foram instalados dois Centros Comunitários de Solução de Conflitos – Morro da Coroa e Comunidade da Rocinha. Também por meio de convênio, com a Arquidiocese do Rio de Janeiro, foram instalados outros 6 Centros, sendo o primeiro na Catedral e os demais nos vicariatos da região metropolitana.



## CAPACITAÇÃO DOS MEDIADORES

Em parceria com a EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, ainda em 2015, foi oferecido o Curso de Formação em Mediação Judicial, com duas turmas, contando com 122 concluintes. Por meio da ESAJ – Escola Superior de Administração



Judiciária, também servidores e voluntários foram capacitados em métodos consensuais de solução de conflitos, do que resultou a formação e cadastro de 769 novos mediadores, 381 novos conciliadores e 19 profissionais com dupla qualificação – um total de 1.169 formados. Visando, por fim, a permanente atualização dos mediadores, foi reativado o Centro Superior de Estudos de Mediação – CESEM, que tem o propósito de fomentar, produzir e divulgar a pesquisa acadêmica dos métodos consensuais de solução de conflitos.

## MEDIADORES E CONCILIADORES

### 7.6 GESTÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DE GRANDES LITIGANTES

Uma das características da litigância verificada na justiça comum em anos recentes é a

grande incidência de demandas repetitivas e a existência de litigantes com elevado número de demandas. Como as soluções jurídicas em tais casos muitas vezes retomam padrões já estabelecidos em casos anteriores ou ficam vinculadas a julgamentos de recursos pelos Tribunais Superiores, a gestão da massa processual em tais situações é diferenciada.

Para fazer face a esse desafio, o Tribunal desenvolve Agendas Concentradas para solução dos conflitos por conciliação e mediação. No biênio, esses eventos contaram com a participação de bancos, concessionárias de serviços públicos, seguradoras e planos de saúde, empresas de varejo e construtoras.

## 7.7 PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICIONAL DO TJRJ

A celeridade no trânsito processual é o resultado de esforços que perpassam todo o Tribunal e é uma indicação do cumprimento da missão institucional, considerando-se o direito fundamental do jurisdicionado à duração razoável do processo. Assim, a Administração realizou esforços para manter uma prestação jurisdicional que em seu conjunto se desse em tempo adequado – o que, no biênio, significou enfrentar os desafios da vigência de um novo estatuto processual e da crescente demanda que caracteriza períodos de crise econômica.

Além das iniciativas fulcradas em tecnologia da informação, em particular a expansão do processo eletrônico, essenciais ao objetivo em análise, outros dois projetos foram importantes para o seu desenvolvimento.

### PROJETO ESTRATÉGICO

#### Grupo de Estudos – Implicações do Novo CPC

Projeto relacionado à consolidação de todas as atividades realizadas em nível institucional para preparar o TJRJ para as modificações trazidas pelo novo CPC. O projeto foi 100% executado, devendo ser destacado que diversos colegiados administrativos contribuíram para a implementação das adequações normativas e administrativas levadas a efeito.

## RESULTADOS ESTRATÉGICOS

- Ajustes nos processos de trabalho administrativos para adequação ao novo CPC;
- Atualização da estrutura logística e normativa do TJRJ;
- Ajustes administrativos para suporte à mediação e implementação dos CEJUSCs;
- Alterações na normatização interna, inclusive o Regimento Interno e a Consolidação Normativa;
- Atualização dos sistemas informatizados, especialmente o DCP;
- Atualização das custas processuais.

## PROJETO ESTRATÉGICO

### **Efetividade dos Indicadores Jurisdicionais**

Projeto que trouxe como benefícios a facilitação dos processos de trabalho de extração de dados, o aumento da confiabilidade dos dados e a emissão instantânea de relatórios e gráficos. Implantação das reformulações estabelecidas na Resolução CNJ nº 76/2009, que cria o sistema “Justiça em Números”, com exclusões, inclusões e alterações de dezenas de variáveis estatísticas dos segmentos 1º grau, Juizados Especiais, Turmas Recursais e 2º grau, o que contribuiu para a atribuição do Selo Justiça em Números em 2015.

## RESULTADOS ESTRATÉGICOS

Implantação do “Anexo II” da Resolução CNJ nº 76/2009, que cria o “Módulo de Produtividade Mensal”, que substituiu o antigo sistema “Justiça Aberta”, contendo informações sobre cadastro de serventias e magistrados, bem como produtividade de serventias e magistrados de 1º grau, Juizados Especiais e Turmas Recursais. A implantação do referido módulo foi requisito para a aquisição do Selo Justiça em Números no ano de 2016.



## 8. Promoção dos Direitos da Cidadania

### 8.1 AMPLIAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE CUNHO SOCIAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TJRJ

No tema da promoção dos direitos da cidadania, o Tribunal desenvolveu ações diretas, não-jurisdicionais, pelas quais buscou assegurar o acesso a direitos básicos a pessoas em situação de vulnerabilidade social. A atuação do Tribunal visou a ampliação de boas práticas nesse campo e se deu por meio de projetos sociais executados com recursos próprios e outras iniciativas, sempre com o foco de reforçar a esfera de direitos dos beneficiários.

Expõem-se, a seguir, os projetos respectivos, seus resultados e outras iniciativas.

#### PROJETO ESTRATÉGICO

##### Expansão e Interiorização dos Programas Sociais

Este projeto tem o objetivo de alocar prestadores de serviço em situação de vulnerabilidade social na atividade-meio do TJRJ, possibilitando assim maior eficiência e otimização dos serviços administrativos, e, ao mesmo passo, reservando aos serventuários a execução das atividades processuais. Além disso, o projeto propicia a preparação dos participantes para ingresso no mercado de trabalho formal.

Em 2016, à parte a manutenção da maioria dos participantes, o Tribunal alocou 4 novos participantes dos projetos Começar de Novo e Pais Trabalhando no Fórum de Nova Iguaçu, resultado que atendeu à integralidade das solicitações formuladas por aquela comarca.

## RESULTADOS ESTRATÉGICOS

<b>Indicadores 2016</b>	<b>Pessoas Beneficiadas Pelos Projetos Sociais (Medição Acumulada)</b>	<b>Participantes de Projetos Sociais</b>	<b>Voluntariado Continuado</b>
Jan	2.092	342	38
Fev	3.790	332	38
Mar	5.797	333	40
Abr	7.566	343	39
Mai	11.361	330	42
Jun	16.093	329	51
Jul	21.315	332	64
Ago	25.835	338	74
Set	30.340	345	98
Out	34.556	324	125

## PROJETO ESTRATÉGICO

**Apadrinhar – Amar e Agir Para Materializar Sonhos**

Este projeto, vencedor do XII Prêmio Innovare 2015, resultou de iniciativa da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital, e teve como objetivo propiciar a crianças e adolescentes sob acolhimento institucional a convivência e o apoio afetivo e material de voluntários, que se qualificam como padrinhos perante aquele Juízo. O projeto, que seguiu as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, compreendeu uma etapa de habilitação dos padrinhos – que podiam optar por serem padrinhos afetivos, provedores ou colaboradores – e o seu encaminhamento para contato com as instituições de acolhimento.

## RESULTADOS ESTRATÉGICOS

O Tribunal, por meio da CEVIJ, lançou, em novembro de 2015, a primeira edição da cartilha do Programa de Apadrinhamento, a fim de divulgar e esclarecer sobre o Projeto. A publicação está disponível no Portal da Infância e da Juventude, no *site* do Tribunal.



### Outras Iniciativas Relevantes

#### CONSOLIDAÇÃO DOS CASAMENTOS COMUNITÁRIOS

Novas instalações do Tribunal permitiram autonomia de agendamentos para a realização de casamentos comunitários no decorrer da semana, com considerável redução de custos, em vista de não ser necessária a requisição de magistrados, servidores e terceirizados em fins de semana.



Ampliação de parcerias com outras instituições para realização de casamentos de membros das referidas corporações.

<b>Evento</b>	<b>Data</b>	<b>Conversão de união estável em casamento</b>
PMERJ/UPP	19/02/2016 a 03/06/2016	360
PMERJ/UPP, Polícia Civil e Guarda Municipal	01/07/2016	135
Programa TJRJ 01ao15 2016	15/07/2016 a 09/11/2016	939
Igreja Católica	04/11/2016	13
TJRJ Bombeiros	22/07/2016	68
Ação Global Regional de Maricá - FIRJAN/TJRJ	19/03/2016	106
Ação Global Nacional Caju - FIRJAN/TJRJ	21/05/2016	194
Ação TJRJ Rocinha	05/11/2016	30
Ação Social MERCK	26/11/2016	85
Casamento	27/11/2016	832
<b>Total 2016</b>		<b>2.762</b>
Programa TJRJ 2015	16/05/2015 a 26/09/2015	2.517
Ação TJRJ/Polícia Civil RJ	20/06/2015 e 11/09/2015	69
Ação Global TJRJ/ FIRJAN/Vassouras	22/08/2015	89
Ação TJRJ/CBMERJ	29/08/2015	94
Ação Global TJRJ/ FIRJAN/Nova Friburgo	19/09/2015	176
Ação Global TJRJ/ FIRJAN/Barra Mansa	03/10/2015	180
Ação Global TJRJ/ FIRJAN/Santo Antônio de Pádua	24/10/2015	120
Casamento Homoafetivo	23/10/2015 e 06/11/2015	94
Ação TJRJ/CSA	08/11/2015	598
Ação TJRJ/Igreja Católica	13/11/2015	82
Ação TJRJ/PMERJ	13/11/2015	94
Ação TJRJ/MERCK	05/12/2015	47
Ação TJRJ/Secretaria de Direitos Humanos de Belford Roxo	12/12/2015	211
<b>Total 2015</b>		<b>4.371</b>
<b>Total Geral (Biênio)</b>		<b>7.133</b>



Em dezembro de 2016, foi realizada a maior edição da história do programa, na zona oeste da Capital, onde se deu o casamento de 832 casais.

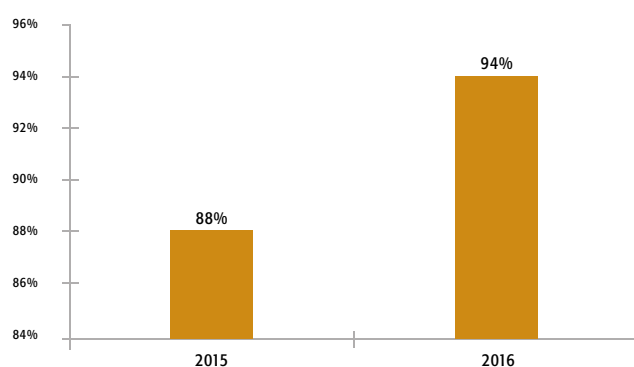


## PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL

Foram desenvolvidos pelo Tribunal os projetos de inclusão social Jovens Mensageiros e Justiça Pelos Jovens, que têm como objetivo principal a preparação para o mercado de trabalho formal.



### ÍNDICE DE NÃO REINCIDÊNCIA - JPJ



Como exemplos de indicadores de resultado, dentre outros, destacam-se o índice de não reincidência do Justiça Pelos Jovens (JPJ) e o número de expedientes movimentados no Fórum Central por 60 Jovens mensageiros, que em 2015 foi de 8.898.647 e em 2016, até outubro, foi de 5.232.922.

## JUSTIÇA CIDADÃ

O programa Justiça Cidadã teve como objetivo a capacitação de agentes multiplicadores de informações básicas sobre direito, justiça, cidadania, bem como o conhecimento do emprego de métodos alternativos para solução de conflitos que não demandem intervenção judicial. Seu público-alvo são lideranças comunitárias, gestores sociais, membros de associações e participantes da sociedade civil organizada, que desenvolvam trabalhos comunitários voltados à melhoria da qualidade de vida das comunidades periféricas. No biênio 2015/2016 foram realizadas 18 turmas da Justiça Cidadã, perfazendo 1.348 pessoas.

## AÇÕES SOCIAIS, CAMPANHAS E FEIRAS

### Ações Sociais realizadas em 2015

- Campo Grande – 08/03/2015 (Ação Global SESI/FIRJAN)
- Rio das Ostras – 12/04/2015 (Ação Global SESI/FIRJAN)
- Vila Isabel – 30/05/2015 (Ação Global Nacional SESI/FIRJAN)
- Belford Roxo – 20/06/2015 (Ação Social do DEAPE)
- Tanguá – 27/06/2015 (Ação Global SESI/FIRJAN)
- Semana Pela Paz em Casa (3 edições)
- Ação Social Mulher – Vila Olímpica do Caju (15/08/2015)

### Campanhas realizadas em 2015/2016

- INCA – Doações (novembro/2015)
- McDia Feliz (24 e 25/08/2015)
- Casa Ronald McDonald's – Apadrinhamento de Bolsas de Alimentos (23 a 25/11/2015)
- HEMORIO – Cadastro de Medula Óssea (27/05/2015)
- HEMORIO – Campanha de Doação de Sangue (13/05/2016)
- Campanha de Doação de Agasalhos para as instituições receptoras de adolescentes infratores (04 a 22 de julho de 2016)
- Campanha McDia Feliz (23 e 24 de agosto)
- Campanha "Amigo Contribuinte" para a Casa Ronald McDonald's (23 a 25 de novembro de 2016)
- HEMORIO - Campanha de Doação de Sangue (30/11/2016)

### Feira Orgânica 2015/2016

- 14 e 28 de janeiro
- 18 de fevereiro
- 03, 17 e 31 de março

- 14 e 28 de abril
- 12 de maio
- 02, 16 e 30 de junho
- 14 e 28 de julho
- 25 de agosto
- 08 e 22 de setembro
- 06 e 20 de outubro
- 03 a 07 de novembro

#### Feira de Artesanato

- 02 a 04 de dezembro de 2015
- 02 a 04 de maio de 2016
- 03 a 05 de outubro de 2016

#### Feira Sustentável

- 25 de setembro de 2015

### PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

O Tribunal prosseguiu com o programa de voluntariado inserindo voluntários internos e externos em ações socioambientais.

Além disso, iniciou o voluntariado continuado, que se caracteriza pela atuação de voluntários de forma não eventual em diversas unidades do TJRJ, observando-se a Lei do Voluntário (9.608/98) e a especialização profissional.



### UNI-DUNI-TÊ E SEMENTES DA PAZ

O projeto Uni-duni-tê visou aproximar o TJRJ da população infanto-juvenil, através das escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro, levando conhecimento sobre o funcionamento do Poder Judiciário e de outras Instituições que compõem o sistema de garantias de direitos da infância e da juventude, bem como noções gerais sobre a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Torcedor, o Código Ambiental e a Violência

Doméstica, dentre outros temas, atuando na difusão de uma cultura de direitos e oferecendo aos jovens da 9ª série do ensino fundamental a oportunidade de expandir os seus conceitos sobre cidadania e justiça.

No biênio, 604 alunos foram capacitados.

Já o projeto Sementes da Paz visava oferecer capacitação em prevenção na área de violência doméstica aos professores e pais de alunos da rede pública estadual, por meio de palestras e grupos reflexivos que desenvolvem um olhar crítico e preventivo, com o objetivo de contribuir para sua redução, bem como a conscientização de professores e pais de alunos sobre as diversas formas de violência no contexto doméstico.

Em 2015 e 2016 foram capacitadas 653 pessoas, entre professores e pais de alunos.

#### ALOCAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA PRESTAÇÃO DE PENAS PECUNIÁRIAS

Em cumprimento à Resolução CNJ nº 154/2012, o TJRJ instituiu, através do Ato Executivo 615/2014, a Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária – COAPP, objetivando avaliar projetos apresentados, preferencialmente, por entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social. Após parecer sobre os projetos apresentados, o saldo da conta de prestação pecuniária é alocado às entidades escolhidas, em apoio aos projetos desenvolvidos.

O edital de seleção de entidades para recebimento de verbas oriundas das prestações pecuniárias foi lançado em 10 de março de 2016 e encerrado em 10 de maio de 2016 com a apresentação de 172 instituições.

Em novembro de 2016, o saldo da conta de prestação pecuniária judicial totalizou R\$ 4.887.255,46.

## PROJETO BEM-ME-QUER

Esse projeto destinou-se a pessoas que têm processos nas varas de família e que apresentam dificuldades com o exercício das funções parentais. O objetivo era conscientizar pais, mães e demais familiares envolvidos em processos de separação, divórcio, união estável, alimentos e/ou guarda, de que o litígio continuado e fomentado acarreta prejuízos à formação da estrutura psicológica dos filhos.

O projeto Bem-me-quer ofereceu aos juízes das varas de família a alternativa de encaminhar as partes envolvidas nos processos judiciais para um encontro informativo e reflexivo sobre os conflitos normalmente vivenciados numa separação litigiosa.

Em 2015/2016 foram realizados 85 encontros do Bem-me-quer na Capital e nas comarcas de Nova Iguaçu e São Gonçalo, com a participação de 920 pessoas, encaminhadas pelas varas de família.



## 9. Comunicação Institucional

O tema da comunicação foi considerado estratégico pela Administração, em vista das suas várias interfaces com as atividades pertinentes à jurisdição e à administração judiciária e da sua instrumentalidade para as relações institucionais e com a sociedade civil, assim como para o resgate da memória institucional e da importância simbólica do Tribunal de Justiça.

Em razão de sua importância, a comunicação foi uma das áreas a que o Tribunal deu maior ênfase em 2015 e 2016, elegendo como objetivos o aprimoramento nas relações com a sociedade civil, o público interno, a mídia e as demais instituições públicas.

Na atividade de comunicação estiveram compreendidas ainda as iniciativas no campo da cultura, pelas quais o TJRJ buscou a aproximação com a sociedade e a revalorização do seu espaço institucional.

Ainda ligado ao tema da comunicação, o incentivo ao diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo e com os órgãos representativos das funções essenciais à justiça foi tratado na seção “Imagem Institucional” deste relatório. Igualmente, a especial interação da comunicação com a área jurisdicional se evidencia pelas melhorias nas atividades do arquivo judicial e da difusão do conhecimento entre os respectivos operadores, e foi objeto de destaque na seção “Prestação Jurisdicional”.

Expõem-se nesta seção, de acordo com os objetivos estratégicos pertinentes ao tema, as realizações do biênio.

## 9.1 INCENTIVO À COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

### PROJETO ESTRATÉGICO

### Implementação do Plano de Comunicação Institucional do TJRJ

Deste projeto, que visou a intensificação do diálogo com o público interno e com a sociedade, foram cumpridos 97,50%, com a estruturação de canais de comunicação contínua e proativa.

### RESULTADOS ESTRATÉGICOS

Reestruturação da presença do TJRJ nas redes sociais, por meio dos perfis no *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, como meios para ampliar a visibilidade da Justiça junto à sociedade e divulgar as ações de cidadania e prestação de serviços judiciais.

Outros canais de relacionamento direto com a mídia foram utilizados, tais como *WhatsApp*, *audioreleases* e *videoreleases*, com produção de conteúdo especial feita pelo Departamento de Relacionamento com a Mídia, que desenvolveu estratégias de influência da imprensa, por meio de reportagens exclusivas de interesse da sociedade e do gerenciamento de crises de comunicação.



## 9.2 APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO COM A MÍDIA

O objetivo em epígrafe teve desenvolvimento pelas atividades regulares de Assessoria de Imprensa, sem constituir um projeto estratégico isolado. As ações adotadas tiveram impacto direto na comunicação institucional e trouxeram bons resultados no relacionamento do Tribunal com os meios de comunicação.

Vejam-se, pois, os indicadores referentes a essas atividades:

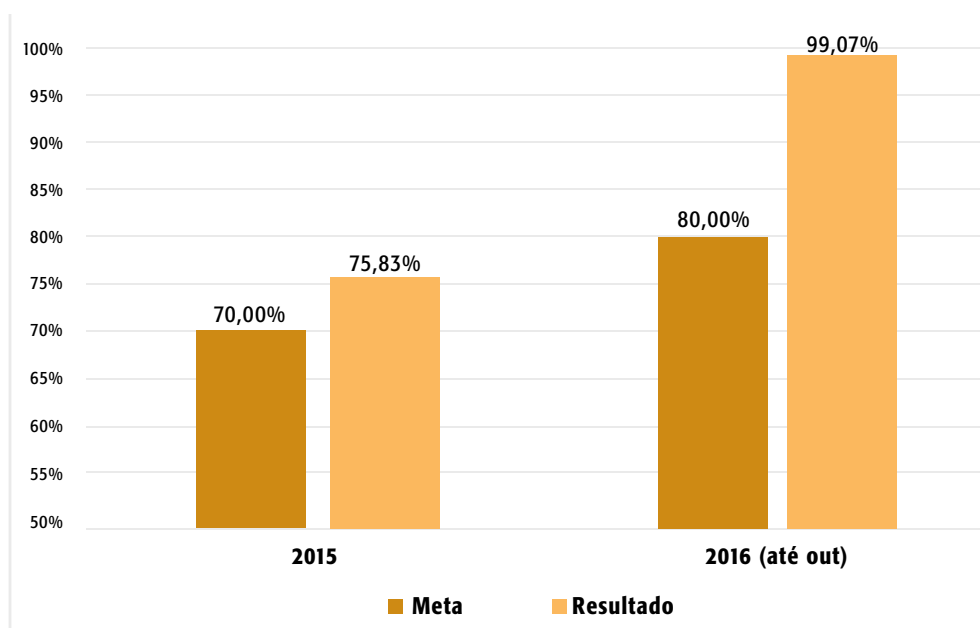
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	2015	2016*
<b>IMPrensa</b>		
Demanda externa	2.415	2.863
Demanda interna	1.993	1.532

\*Dados até outubro/2016

Presença na mídia – no biênio, o Tribunal foi objeto de matérias na mídia, na maior parte positivas.

MATÉRIAS VEÍCULADAS NA MÍDIA SOBRE O TJRJ	2015	2016*
Matérias positivas sobre o TJRJ	12.208	21.421
Total de matérias sobre o TJRJ	16.100	21.622
<b>ÍNDICE DE MATÉRIAS POSITIVAS</b>	<b>73,83 %</b>	<b>99,07 %</b>

\*Dados até outubro/2016

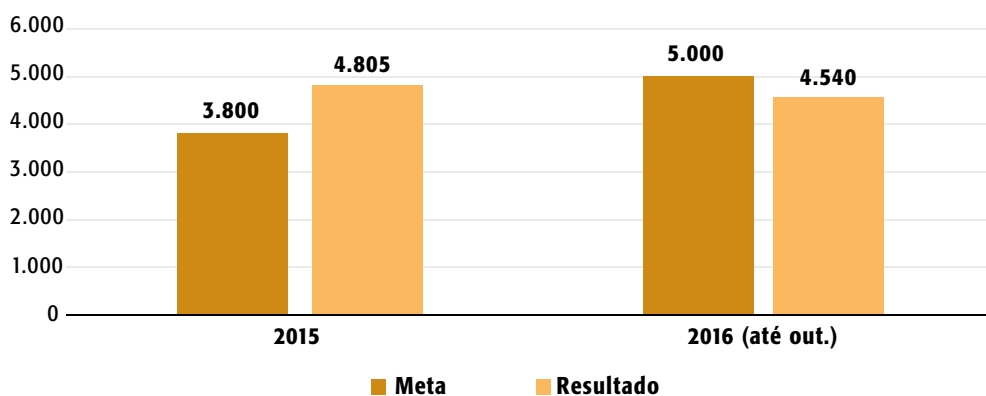


## MATÉRIAS INSTITUCIONAIS POSITIVAS

Dentre as matérias positivas, parcela significativa foi inserida por atuação da Assessoria de Imprensa.

<b>INSERÇÕES INSTITUCIONAIS NA MÍDIA</b>	<b>2015</b>	<b>2016*</b>
Meta	3.800	5.000
Resultado	4.805	4.540
<b>ÍNDICE DE INSERÇÕES</b>	<b>126,45 %</b>	<b>90,80 %</b>

\*Até outubro/2016



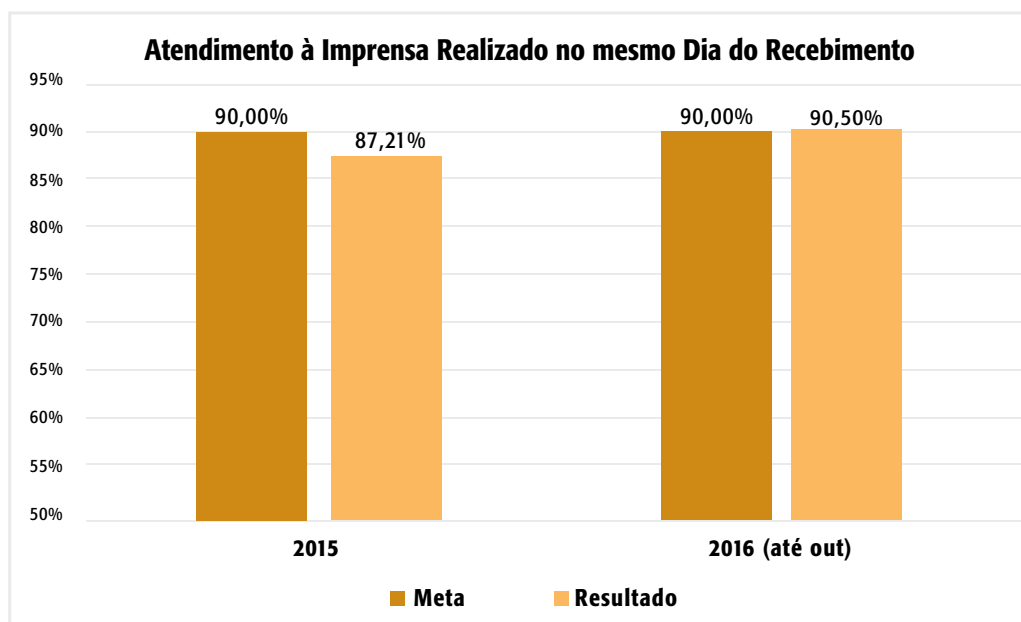
## INSERÇÕES INSTITUCIONAIS NA MÍDIA

Índice de Atendimento à Imprensa – das solicitações feitas pela imprensa, quase a totalidade foi respondida no mesmo dia.

<b>ATENDIMENTO À IMPRENSA</b>	<b>2015</b>	<b>2016*</b>
Atendimento no mesmo dia	2.107	2.591
Solicitações recebidas	2.416	2.863
<b>ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO MESMO DIA</b>	<b>87,21 %</b>	<b>90,50 %</b>

\*Até outubro/2016

## ATENDIMENTO À IMPRENSA REALIZADO NO MESMO DIA DO RECEBIMENTO



Outras atividades – tendo em vista o objetivo de aprimoramento da comunicação com a mídia, outras ações foram adotadas:

Oficina “Justiça e Informação Pública”, com o objetivo de aproximar o Tribunal e órgãos de imprensa, reunindo desembargadores, juizes e cerca de 30 jornalistas e blogueiros especializados. Na oficina, foram abordados temas como Direito Penal e o Novo Código de Processo Civil, assim como o funcionamento do Judiciário fluminense.

### 9.3 APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO INTERNA

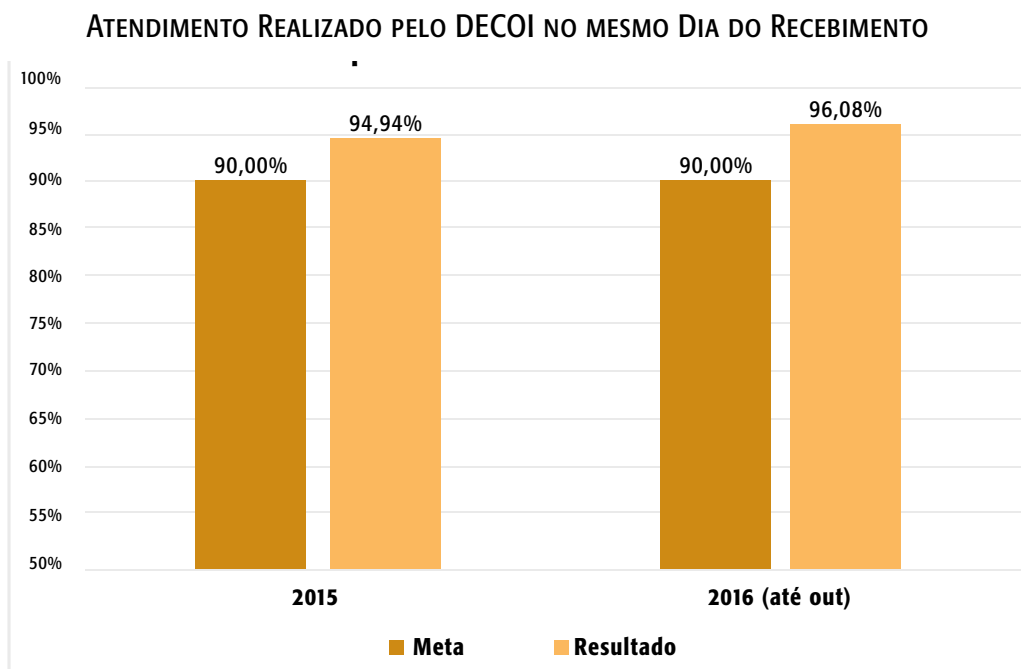
Outra vertente da Comunicação Institucional é aquela que é dirigida ao público interno do Tribunal – magistrados e servidores – e é fundamental para melhorar a qualidade da informação, bem como o entrosamento institucional. Os indicadores aqui apresentados são relativos, portanto, ao fluxo de comunicação interna.

Destacam-se, a seguir, os resultados da comunicação interna.

Índice de Atendimento às Demandas de Comunicação Interna - mede a relação entre o total de atendimentos realizados no mesmo dia de recebimento da solicitação.

<b>SOLICITAÇÕES DE COMUNICAÇÃO INTERNA</b>	<b>2015</b>	<b>2016*</b>
Solicitações atendidas no mesmo dia	1.933	1.472
Solicitações recebidas	2.036	1.532
<b>ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO DIA</b>	<b>94,94 %</b>	<b>96,08 %</b>

\*Até outubro/2016



Para ampliação do diálogo interno, foram ainda criados a Revista Compartilhe, a Rádio TJ e a TVTJ, com vídeos institucionais e o Canal Direto com o Presidente (Fala Servidor), para contato direto com a Alta Administração.

Criação de logomarcas e de toda a programação visual de divulgação interna e externa. Elaboração de vídeos institucionais para diversas ações e campanhas, colaborando para a ampliação da divulgação e visibilidade das iniciativas ligadas à jurisdição, como o Programa Adoção em Pauta, as várias edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa e o Plano de Valorização da Primeira Infância.

## 9.4 COMUNICAÇÃO E CULTURA

ATIVIDADES HISTÓRICO-CULTURAIS PÚBLICO PARTICIPANTE	2015	2016
Museu da Justiça	39.082	33.067
CCPJ	11.411	6.703
Cultura é Justiça	1.752	1.114
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>	<b>52.245</b>	<b>40.884</b>

O programa “Cultura é Justiça”, iniciado em 2015, abarcou diversos eventos que aliaram os propósitos de valorização do público interno e de aproximação com a sociedade. O conjunto das iniciativas movimentou as instalações do antigo Palácio da Justiça, que recebeu quase duas dezenas de exposições de temáticas variadas, além de espetáculos teatrais, saraus, debates, seminários, palestras e lançamentos de livros. O público direto foi de 1.114 pessoas, entre magistrados, servidores e sociedade em geral.

A relevância do prédio preservado, fundamental na história do TJRJ, também foi destacada por meio das visitas guiadas e teatralizadas. Voltadas para o corpo de servidores e também para o público externo, as iniciativas culturais e artísticas foram pautadas pela pertinência dos temas com o Judiciário. Devem ser destacadas aqui as principais realizações:

- “Desenforcamento de Tiradentes: Justiça, ainda que tardia”, um espetáculo apresentado no Salão Histórico do 1º Tribunal do Júri, no antigo Palácio da Justiça, pelo qual foi encenado um novo julgamento do alferes que, condenado à morte em 1792 pelo crime de lesa-majestade, dessa vez foi absolvido. Mais de 250 pessoas assistiram à peça, que foi retransmitida em dois telões instalados no Antigo Palácio da Justiça. A assessoria de comunicação também transmitiu o evento ao vivo pela internet.
- No ano em que a cidade do Rio de Janeiro comemorou 450 anos de fundação, foi realizado o seminário e a exposição “O Rio de Janeiro continua índio”, para registrar a milenar presença ancestral dos povos indígenas no Brasil, dando-lhes a visibilidade e importância que a história oficial nem sempre reportou e valorizando sua contribuição histórica, cultural e étnica na formação do povo brasileiro. Realizado por proposta da Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM) e em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, o seminário e a exposição ofereceram ao público carioca uma visão multidisciplinar da presença e do legado indígena, remontando a 8.000 anos, e também contou com a presença e fala de lideranças indígenas.
- Ainda em agosto de 2015, o TJRJ promoveu, pela primeira vez, um baile charme no complexo judiciário do Rio, “A Justiça é o charme”, que foi aberto ao público e reuniu cerca de mil pessoas. A iniciativa teve o propósito de contribuir para aproximar a sociedade e o Judiciário.
- Em abril de 2016, o Tribunal promoveu o debate e exposição multimídia “Dez Crimes que Chocaram o Rio de Janeiro”, a partir de processos judiciais, fotos de época e reportagens jornalísticas. O evento tratou ainda da guarda e preservação desses e de outros processos históricos, e mostrou ao público como acessá-los.
- Ainda em abril de 2016, a FLUPP – Festa Literária das Periferias, evento literário reconhecido internacionalmente, foi aberta pela primeira vez em local fora das favelas da cidade, trazendo ao Museu da Justiça um painel de experiências e ideias ligadas ao desenvolvimento de um espaço de formação de novos leitores e autores na periferia das grandes cidades brasileiras.

Também tiveram destaque no biênio as ações culturais da Biblioteca do Tribunal, do CCPJ-Rio e do Museu da Justiça.

Com o objetivo de promover a disseminação do conhecimento produzido no âmbito do TJRJ foram desenvolvidas, ainda, diversas atividades nos campos bibliográfico, jurisprudencial e doutrinário. A Biblioteca do Tribunal de Justiça realizou neste biênio 29 encontros do projeto “Café com Conhecimento”, que consiste na promoção de debates sobre diversas áreas do Direito, tendo como palestrantes expoentes do mundo jurídico que interagem de maneira informal com os demais participantes.

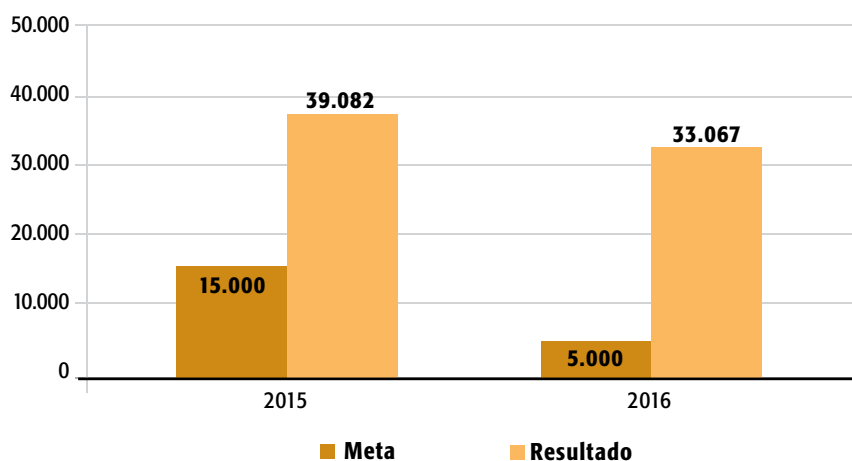
Quanto às outras atividades histórico-culturais, o público que visitou as instalações do Tribunal e fruiu das iniciativas nesse campo ultrapassou 80 mil pessoas no biênio.

ATIVIDADES HISTÓRICO-CULTURAIS PÚBLICO PARTICIPANTE	2015	2016
Museu da Justiça	39.082	33.067
CCPJ	11.411	6.703
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>	<b>50.493</b>	<b>39.770</b>

Os indicadores de público se desdobram nessas atividades:

- Museu da Justiça

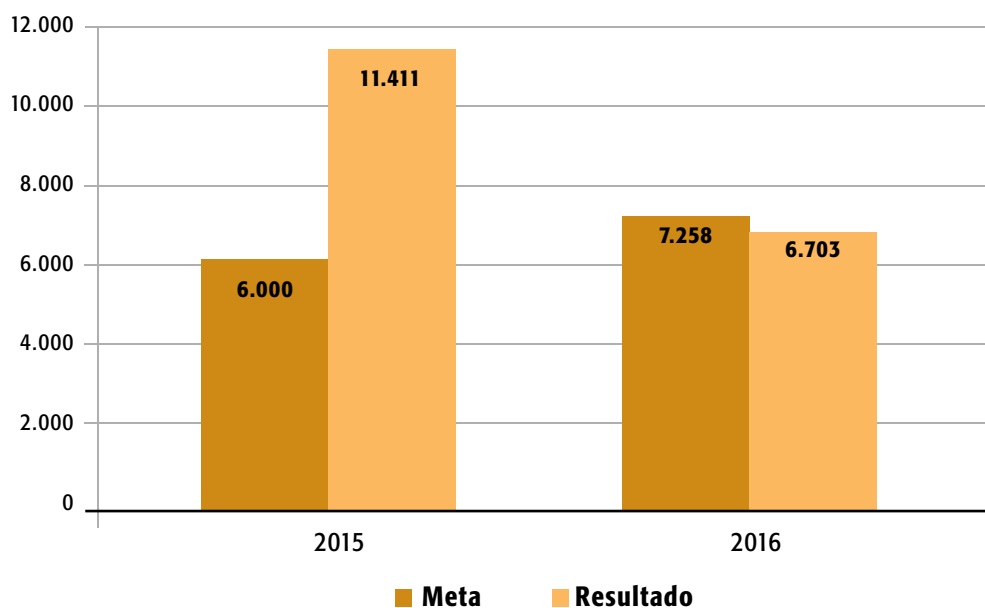
#### PESSOAS BENEFICIADAS COM AS ATIVIDADES DO MUSEU



<b>PESSOAS BENEFICIADAS COM ATIVIDADES DO MUSEU DA JUSTIÇA</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Pesquisadores atendidos	1.687	1.080
Visitas guiadas	1.808	1.431
Visitantes de exposições	33.672	28.772
Participantes de eventos	1.915	1.784
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>	<b>39.082</b>	<b>33.067</b>

- Centro Cultural do Poder Judiciário – O CCPJ tem como propósito promover a reflexão sobre os valores “justiça” e “cidadania”, incentivar o interesse pela história e pelo funcionamento do Judiciário e aproximar o cidadão das diversas manifestações artísticas e da produção de conhecimento.

#### PÚBLICO PARTICIPANTE



- Até novembro de 2016, foram realizadas 630 sessões de programações, desenvolvidas em nove programas: “Por dentro do Palácio”, “Música no Palácio”, “Teatro na Justiça”, “Curso Livre no Palácio”, “Teatro no Palácio”, “Tribuna Livre no Palácio”, “Palácio Convida”, “Programas Parceiros” e “Programa Educativo”. Pesquisa de satisfação realizada durante o biênio indica que o público recebe de forma muito positiva a programação da Agenda Cultural do TJRJ, disso resultando elevados índices de avaliação “ótimo” e “bom” (94,87%, em 2015, e de 95,46%, em 2016).







## 10. Gestão de Pessoas

O Tribunal de Justiça é classificado pelo Conselho Nacional de Justiça como um Tribunal de grande porte da Justiça Comum – acompanhando, como segunda maior Corte estadual, a relevância do estado do Rio de Janeiro no contexto do país, seja em razão da economia ou da população. O quadro de seus agentes – magistrados e serventuários, organizados em carreira – é suplementado por colaboradores externos (juízes leigos, prestadores de serviço e auxiliares da Justiça, estes ligados aos processos em que atuam e não computados nesta seção) e, preservada a finalidade de aprendizagem, na forma da Lei 11.788/2008, pelo concurso de estagiários de variadas formações universitárias.

Abaixo, o quantitativo e o perfil atualizados da força de trabalho a serviço do Tribunal:

PESSOAL				
	1º Grau	2º Grau	Adm.	Total
Magistrados	697*	180	N/A	877
Servidores	11.667	1.587	1.703	14.957
Juízes Leigos	287	N/A	N/A	287
Estagiários	4.052	180	301	4.533
Prestadores de Serviço	N/A	N/A	4.468	4.468
<b>Total de Pessoas</b>	<b>16.703</b>	<b>1.947</b>	<b>6.472</b>	<b>25.122</b>
CC/FG	Quantidade		Valor Mensal	
Cargos em Comissão	924		R\$ 7.114.467,71	
Funções Gratificadas	3.943		R\$ 15.539.374,73	
* Abrange o resultado do XLVII Concurso para ingresso na Magistratura, que aprovou 18 Juízes.				
Fonte: DGPES/DGLOG/DGPCF				

## 10.1 VALORIZAÇÃO DOS MAGISTRADOS E DA CARREIRA DA MAGISTRATURA

A valorização da magistratura foi uma das premissas da gestão, indissociável que é do sucesso no aprimoramento da prestação jurisdicional. Em relação a esse objetivo, o Tribunal também deu ênfase ao 1º grau, isto é, aos juízes e juízas e à estrutura de apoio que a eles é devida para o exercício digno da judicatura e o satisfatório atendimento dos jurisdicionados – sem descuidar, por evidente, do reforço aos gabinetes do 2º grau. Para essa finalidade, vale destacar, inicialmente, as seguintes iniciativas:

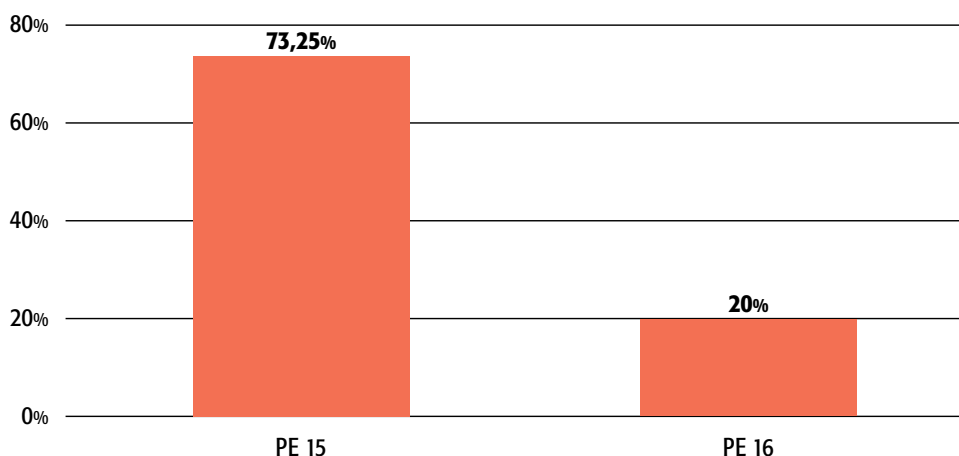
- Criação da função gratificada de Auxiliar de Gabinete de Juízo, símbolo CAI-3, para um terceiro servidor para atuação nos gabinetes de 1º grau;
- Criação, sem aumento de despesa, de estrutura de gabinete para os juízes de direito de entrância especial substitutos de segundo grau – JDS (Lei estadual 7.178, de 28 de dezembro de 2015);
- Implementação do banco de assessores de desembargador, para apoio na seleção para cargos e funções em gabinetes. O banco tem atualmente 206 servidores e já atendeu ao 2º grau com 25 assessores;
- Ampliação do banco de secretários de juiz e de auxiliares de gabinete para todo o estado. Aos inscritos é oferecida capacitação específica, pela Escola de Administração Judiciária – ESAJ, podendo o servidor optar dentre vários conteúdos pertinentes a essas funções;
- Implementação em folha de pagamento da conversão em pecúnia dos dias de compensação de plantão aos magistrados;
- Implementação em folha de pagamento da indenização de transporte aos magistrados de 1º grau que não dispõem de carro oficial;
- Implementação do auxílio-educação para filhos de magistrados, até 24 anos de idade, a partir de sua instituição pela Lei estadual 7.014, de 29 de maio de 2015, com reajuste de 10,37% em 2016;
- Reajuste no auxílio pré-escolar para filhos de magistrados, de 4,19% em 2016;
- Reajuste no auxílio-educação de magistrados em 10,37% em 2016;
- Reajuste no serviço de assistência à saúde – Mútua dos Magistrados, em 9% em agosto de 2015 e 2,75% em janeiro de 2016. Aprovado, ainda, reajuste de 18% em duas parcelas, a saber: 14% a partir de setembro de 2016 e 3,51% (0% cumulativos) a partir de janeiro de 2017;

- Alteração das regras de consignatários, permitindo a magistrados a contratação de múltiplas consignações facultativas, no máximo de 3 por entidade;
- Revisão do valor do auxílio-refeição/alimentação percebido para servidores ocupantes de cargo símbolo DAI-6 - Assistente de Órgão Julgador, e pelos ocupantes de cargo ou função de confiança indicados pelos desembargadores, bem como a implementação do auxílio na modalidade pecúnia especial, no valor de R\$ 1.221,00/mês para os antigos beneficiários do cartão Planvale;
- Implementação do recadastramento de magistrados e pensionistas via *web*, possibilitando a migração em tempo real e maior segurança do registro. Neste quesito, cabe destacar, ainda, que, ao longo do ano de 2016, 23,36% do orçamento de custeio da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) foi empregado na capacitação de magistrados e servidores.

## 10.2 VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E DA CARREIRA DE SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA

No tema de gestão de pessoas, o segundo objetivo estratégico foi a valorização dos serventuários da justiça e de sua carreira. Para sua consecução, foram formulados dois projetos estratégicos (Implementação da Política de Gestão de Pessoas – PE 15; e Implementação do novo sistema GPES – PE 16), sob responsabilidade da Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas (DGPES). A proporção de implementação desses projetos no biênio é apresentada no gráfico abaixo:

### PROJETOS COORDENADOS PELA DGPES



Segue o resumo do desenvolvimento de cada um dos projetos, com destaque para as principais ações e entregas do biênio:

#### PROJETO ESTRATÉGICO

### Implementação da Política de Gestão de Pessoas

Com 73,25% de implementação, este projeto foi composto por 14 ações e recebeu 10 revisões no período, com vistas à sua adequação à conjuntura. Dentre as entregas previstas, pode-se destacar, aquelas já inteiramente cumpridas:

- Implementação do Programa de Incentivo à Aposentadoria;
- Mapeamento das competências comportamentais gerenciais e de equipe;
- Capacitação do quadro médico e de enfermagem;
- Realização de campanhas preventivas;
- DEDEP na Estrada;
- Trilhas de desenvolvimento;
- Chefes de serventia do TJRJ (Parceria com a ESAJ);
- Elaboração de novo Plano de Cargos e Salários;
- Ações de saúde ocupacional.

#### PROJETO ESTRATÉGICO

### Implementação do Novo Sistema GPES

O projeto, majoritariamente dependente de tecnologia da informação, teve 20% de implementação. Iniciado sob a premissa de que haveria a aquisição de um novo sistema, foi reformulado a partir de uma reavaliação pela área de TI, no sentido de que o desenvolvimento interno seria mais econômico e conveniente, em vista dos recursos técnicos e financeiros disponíveis no curso do biênio.

Além dos resultados dos projetos estratégicos, o objetivo de valorização do serventário foi desenvolvido também por meio das seguintes iniciativas:

#### Novas ações

- Instituição do auxílio-educação para filhos de servidores até 24 anos, em 2015, a partir da lei estadual 7.014, de 29 de maio de 2015;

- Extensão do auxílio-alimentação de natal para os servidores inativos em 2015 e 2016;
- Possibilidade de conversão em pecúnia do valor relativo ao auxílio alimentação dos servidores em 2016.

### **Reajustes concedidos e manutenção/ampliação de ações**

- Programa de Incentivo à Aposentadoria – com adesão de 382 servidores, produziu uma economia de aproximadamente R\$ 3,2 milhões mensais na folha e possibilitou a nomeação de 629 servidores para lotação exclusiva em serventias da 1ª instância. O ingresso de servidores em virtude das aposentações pelo PIA chegou a mais de 3 vezes as vagas previstas em edital. Em 2016, a Administração instituiu a possibilidade permanente de conversão em pecúnia indenizatória em favor dos servidores efetivos, a partir da aposentadoria ou do falecimento em atividade;
- Servidores ativos e inativos passaram a ter seus vencimentos ou proventos depositados em conta corrente no último dia útil de cada mês;
- Promoção/progressão para 5.547 servidores ( 2.349 Analistas e 1.438 Técnicos em 2015; 1.126 Analistas e 634 Técnicos em 2016);
- Ampliação de consignações facultativas, até o limite de 3 por entidade;
- Reajuste no valor do auxílio-creche – 9% em 2015 e 10,37% em 2016;
- Reajuste do valor mensal do auxílio-refeição/alimentação de 27,3%, sendo, 15,27% em 2015 e 10,41% em 2016, com extensão às servidoras em licença gestante, aleitamento e maternidade, também em casos de adoção, bem como para servidores licenciados para tratamento de saúde e por doença em pessoa de família, além da possibilidade de recebimento em pecúnia;
- Reajuste do auxílio-natal em 39,17% em 2015;
- Reajuste do auxílio-locomção em 42,9%, sendo 12,38% em janeiro de 2015 e 27,12% em setembro de 2015;
- Reconhecimento da estabilidade provisória, até o período de 06 (seis) meses, para servidora em licença gestante exonerada de cargo em comissão, com direito à remuneração do cargo e aos auxílios-refeição e/ou alimentação, saúde e creche;
- Ampliação da licença paternidade para 30 dias a contar da data de nascimento do filho, perda gestacional da esposa ou companheira, adoção ou guarda judicial para adoção;
- Reajuste no auxílio-educação para filhos de servidores em 10,37% em 2016;
- Assistência médica e odontológica – possibilidade de *upgrade* no plano odontológico oferecido pela Amil a partir de outubro/2015;

- Reajuste no plano saúde Amil dos servidores, em 9,56% em 2015 e 19% em 2016;
- Banco de Interesse em Remoção (BIR) – Banco criado para servidores lotados nas unidades organizacionais de 2ª instância e da área administrativa do TJRJ. Tem a finalidade de facilitar e intermediar a movimentação desses servidores, propiciando sua lotação adequada, levando-se em conta seu perfil de competências e as necessidades da Administração.

### 10.3 APRIMORAMENTO DA CAPACITAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O terceiro objetivo referente ao tema da gestão de pessoas foi o aprimoramento da capacitação e das competências da Instituição, que foi desenvolvido pela Administração por meio das seguintes atividades:

- Projeto “DEDEP NA ESTRADA”, que surgiu com a constatação da necessidade de divulgar os programas de gestão de pessoas junto aos núcleos regionais e unidades envolvidas com os seus processos de trabalho. Para capacitar, informar e treinar os gestores com relação à execução desses programas, o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DEDEP) visitou todos os núcleos regionais em 2016;
- II Encontro de Gestores do TJRJ – O evento realizado de 29 de março a 01 de abril de 2016, visando o intercâmbio de conhecimento e experiências entre os gestores do TJRJ, em especial, os da área judiciária, e abrindo espaço para reflexão sobre a contribuição do gestor no desempenho da unidade e desenvolvimento da equipe. Foi realizada palestra do Desembargador Jessé Torres Pereira Júnior, com o tema Gestão Judiciária Sustentável, bem como oficinas sobre comunicação, liderança, qualidade de vida e motivação;
- Matriz de competências gerenciais – Dando continuidade à implementação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências no TJRJ, foi estabelecida nova matriz de competências para os cargos gerenciais do TJRJ, com as seguintes competências: Gestão de pessoas e liderança; Comunicação; Gestão de mudanças; Orientação para resultados; Gestão de unidades organizacionais; Competência técnica específica;
- Ensino à distância (EaD) – Concluída a implantação da ferramenta de educação a distância *Learning Management System* (LMS), permitindo a criação do Ambiente Virtual de Aprendizagem da ESAJ e a oferta de turmas *online* e videoaulas baseadas em palestras presenciais realizadas na ESAJ;



- Pós-graduação – Em 2015, foram finalizadas as duas primeiras turmas de curso de pós-graduação, em Administração Pública com enfoque no Judiciário, da ESAJ. Duas turmas concluíram o curso num total de 123 servidores. Em 2016, mais duas turmas foram concluídas, com 56 alunos formados. Também a pós-graduação em Direito Ambiental foi concluída, com uma turma de 23 servidores;
- Por fim, ainda em 2016 foi aberta mais uma turma de pós-graduação, dessa vez em Gestão de Pessoas no Poder Judiciário, com 50 alunos;
- Evento Internacional – Realizadas 02 palestras e um fórum compondo a primeira participação da ESAJ na “Semana Nacional do Cérebro”, etapa nacional do evento internacional *Brain Awareness Week*, que envolve instituições acadêmicas de 43 países;
- Novo Código de Processo Civil – De modo a preparar os servidores para vigência do Novo Código de Processo Civil, foram realizadas as seguintes atividades de capacitação:
  - » 03 *Workshops* para atender às câmaras cíveis;
  - » 213 turmas presenciais em todo o estado, em 4 cursos disponibilizados;
  - » 39 turmas de videopalestras (EaD);
  - » Capacitação de público externo (auxiliares da justiça);
  - » Formação em Perícias Judiciais: 4 turmas com 659 concluintes.
- Especialização em Administração Judicial: uma turma com 73 concluintes;
- Formação de Mediadores: 15 turmas realizadas com cerca de 450 concluintes;
- Curso Conciliação e suas Técnicas, para capacitação de conciliadores: 13 turmas realizadas com aproximadamente 300 concluintes;
- Inauguração de sala da ESAJ – Cidade Nova – Em virtude da obra no fórum central e da grande quantidade de servidores lotados no prédio da cidade nova, foi construída sala da ESAJ com capacidade de 30 lugares, evitando-se deslocamentos constantes de servidores;
- Capacitação da equipe médica – realização de curso de atualização e treinamento em “Suporte Avançado de Vida” para capacitação da equipe médica e de enfermagem, especialmente em vista de atendimentos de emergência.

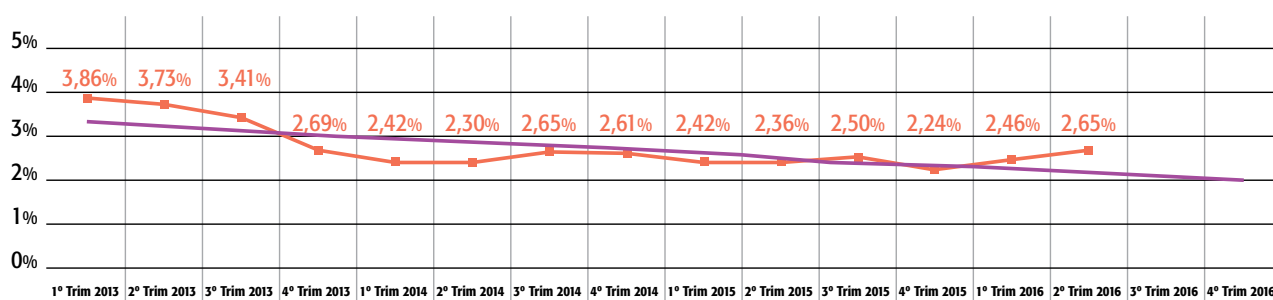
## 10.4 INDICADORES DA GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas no Tribunal de Justiça tem resultados que são mensurados por indicadores estabelecidos nas Resoluções CNJ n.º 76/2009 e n.º 198/2014.

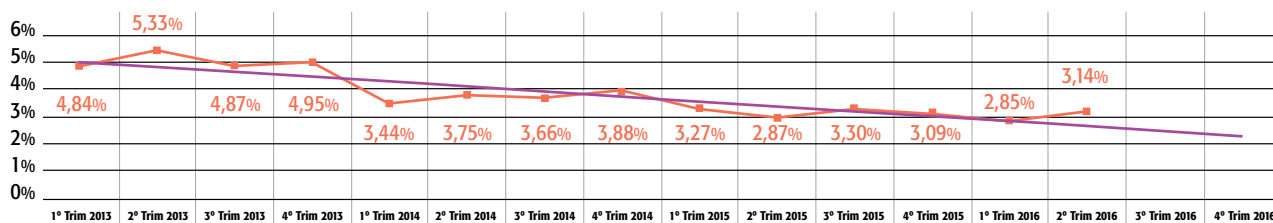
Apresenta-se a evolução de alguns desses índices a seguir:

### INDICADORES ESTRATÉGICOS

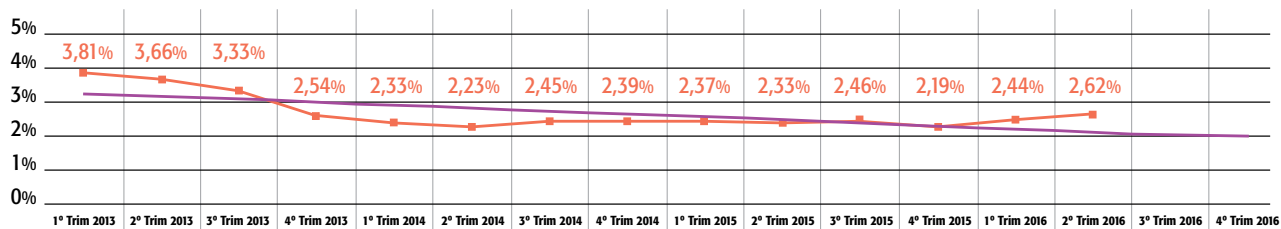
#### ABSENTEÍSMO DE MAGISTRADOS E DE SERVIDORES



#### ABSENTEÍSMO DE MAGISTRADOS

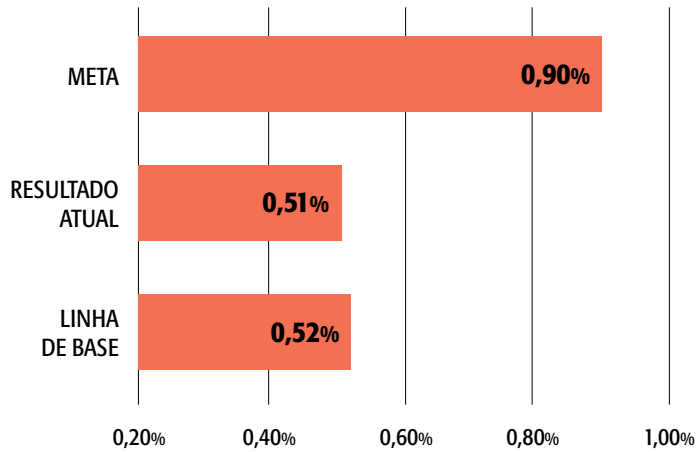


#### ABSENTEÍSMO DE SERVIDORES

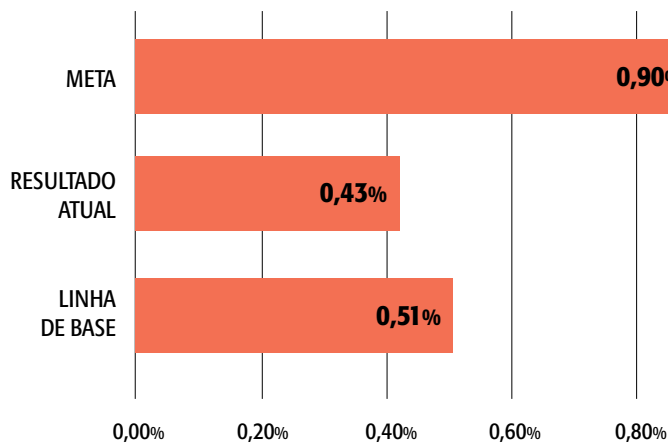


### ORÇAMENTO DE CUSTEIO APLICADO EM CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

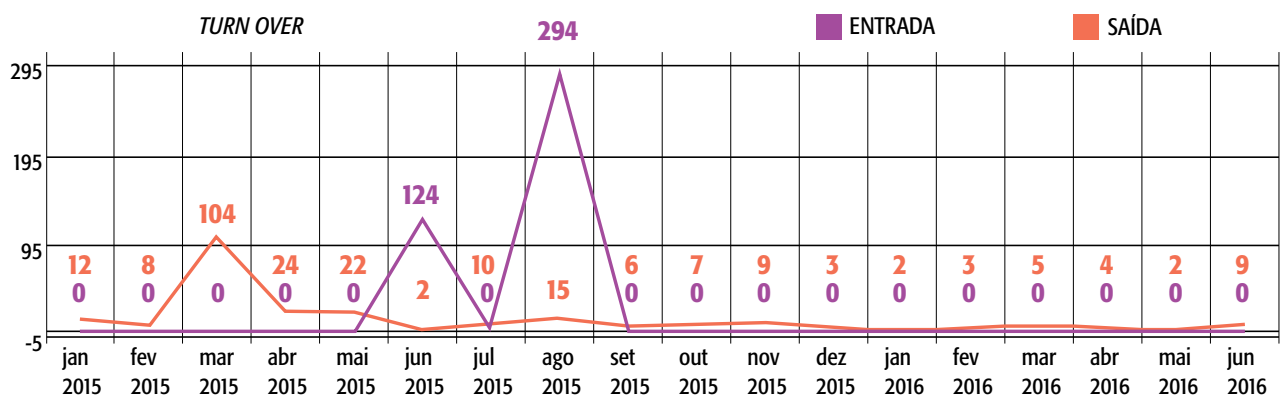
2015



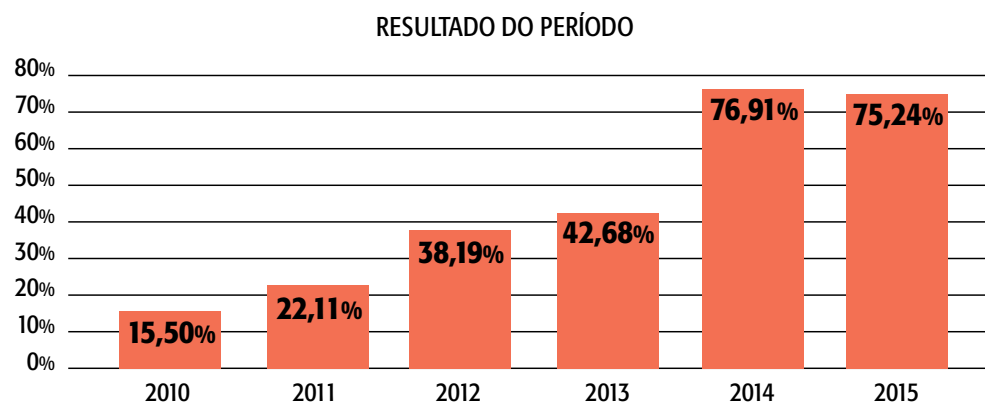
1º SEMESTRE 2016



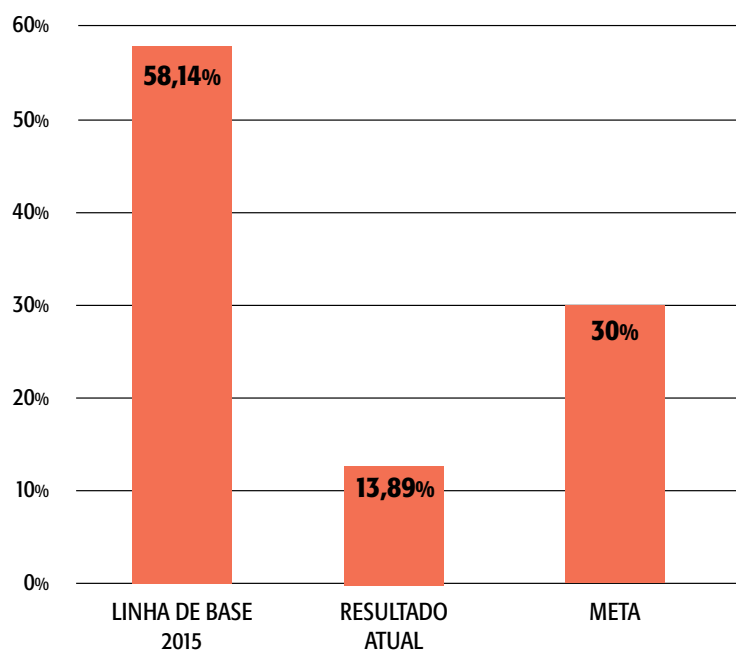
### ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (*Turn Over*)



## ÍNDICE DE Mapeamento DAS Competências (RES. 198 CNJ) – Indicador Anual

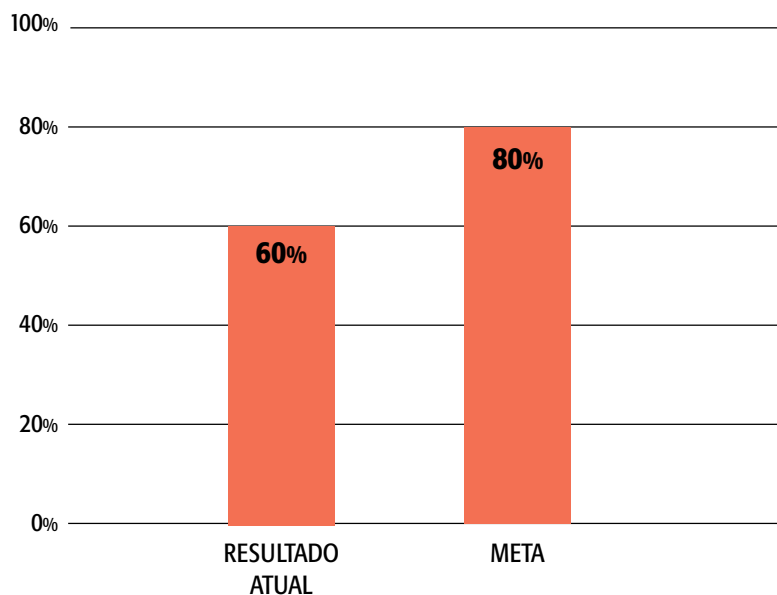


## CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NAS Competências Estratégicas – Indicador Anual



## CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS (RES. 198 CNJ) –

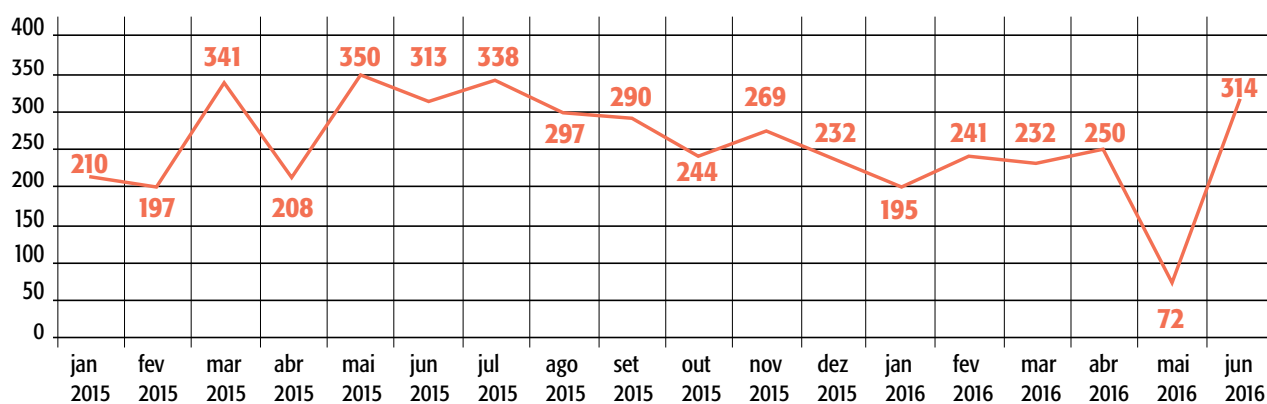
## INCLUÍDO EM 2016



## INDICADORES OPERACIONAIS (DE ACOMPANHAMENTO)

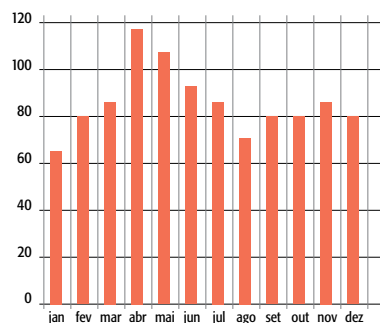
	TÉC. ATIV. JUDICIÁRIO (TAJ)	ANALISTA JUDICIÁRIO (AJ - ESPECIALIDADES)	TOTAL
Vagas ofertadas em Edital	90	118	208
Nomeados	456	173	629

## ATENDIMENTOS PERICIAIS

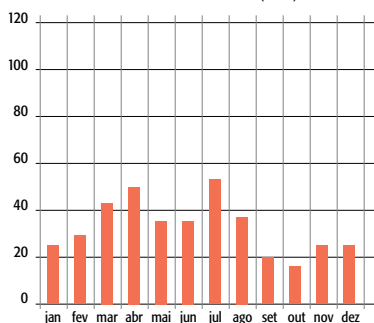


### LICENÇAS MÉDICAS POR TIPOS – INDICADOR ANUAL

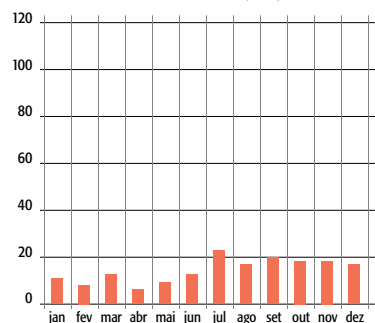
TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS (2015)



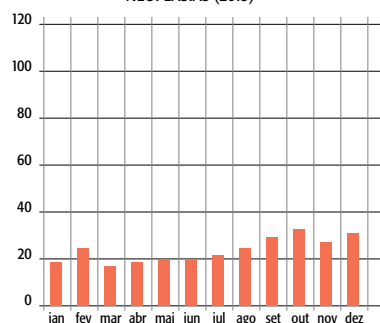
DOENÇAS DO SISTEMA OSTEOMUSCULAR E DO TECIDO CONJUNTIVO (2015)



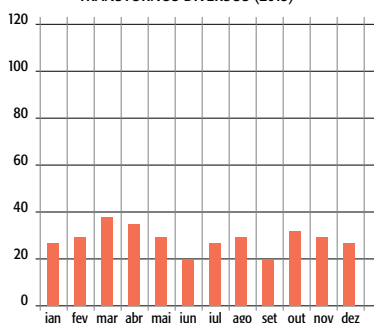
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOAS DA FAMÍLIA (2015)



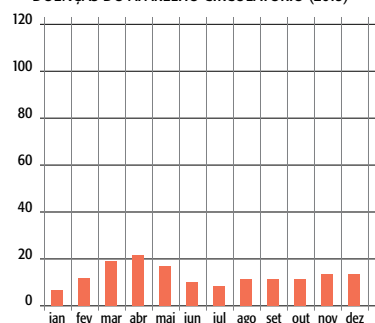
NEOPLASIAS (2015)



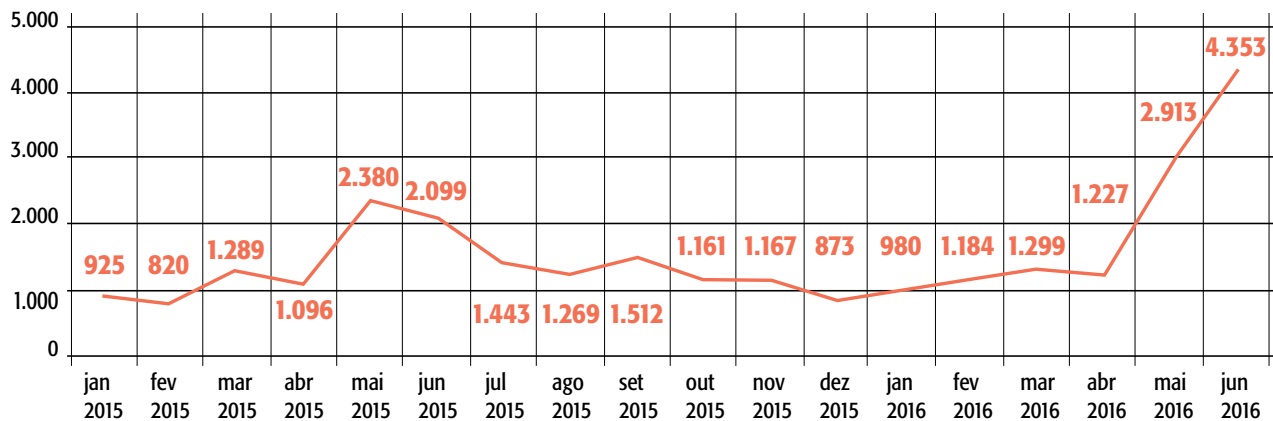
TRANSTORNOS DIVERSOS (2015)



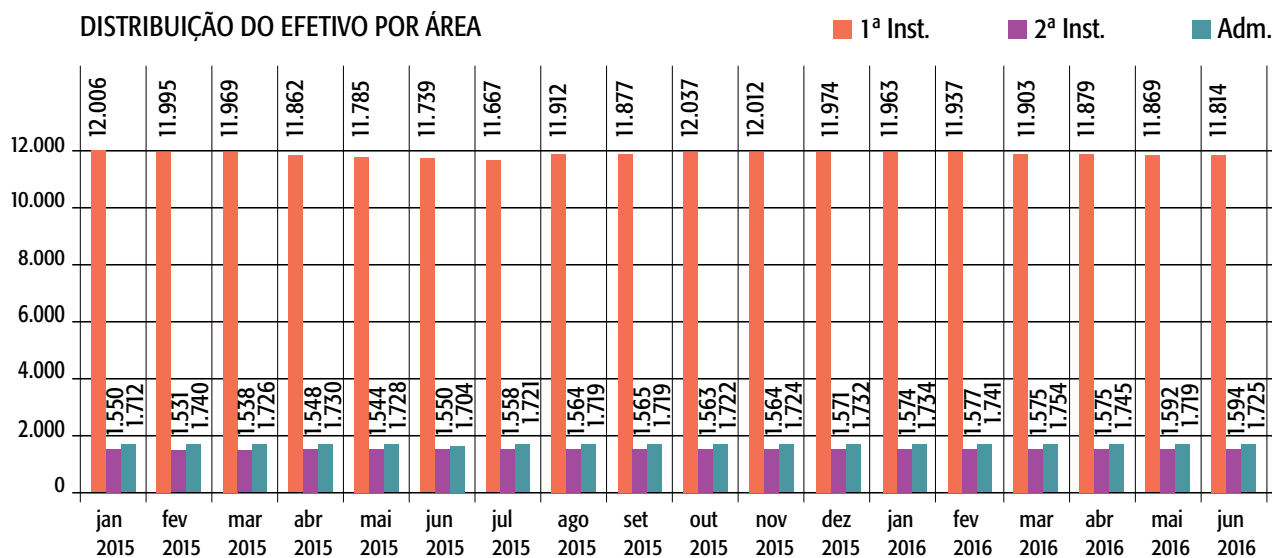
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO (2015)



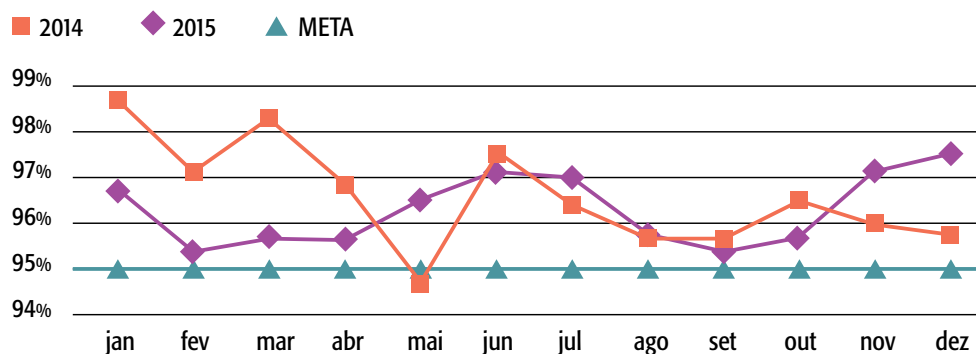
### ATENDIMENTOS DESAU



## LOTAÇÃO DE SERVIDORES POR ÁREA



## ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE PARTICIPANTES DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO – INDICADOR ANUAL



## 10.5 OUTRAS REALIZAÇÕES

### APLICATIVO ESAJ

Desenvolvimento de aplicativo para telefones celulares para realização de inscrições, verificação de pontos e acompanhamento de situação de curso regular, facilitando o acesso à informação pelos servidores.



### ATIVIDADES DECORRENTES DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

- Cursos e palestras para servidores e colaboradores sobre qualidade de vida pela ESAJ;
- lançamento da cartilha “Postura Correta – um Desafio” que demonstra de forma prática a correção postural do trabalhador diante do computador;
- realização do exame médico periódico de 13 servidores lotados na 2ª Vara de Fazenda Pública e estudo para avaliação das condições de trabalho;
- descarte de todo o resíduo especial do Departamento de Saúde (medicamentos vencidos e resíduos biológicos contaminados).



## CAMPANHAS DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

- Semana do Servidor: sempre no mês de outubro e em parceria com a Amil foram realizadas, na capital e no interior, uma série de ações especiais envolvendo saúde, bem-estar e atividades esportivas, tais como:
  - » Estação da Saúde: foram montados na capital e em cinco comarcas do interior estandes com atividades sobre bem-estar e prevenção;



- » Evento de Atividades Esportivas: realizado, em 2015, no Aterro do Flamengo com atividades de caminhada, corrida e alongamento e outras mais, com acompanhamento de professores especializados;



- » Shows de humor dos grupos “Comédia em Pé” e “Terapia do Riso”, em 2015, espetáculo “Sergio Mallandro – Mallandramente”, em 2016;
- » Palestras sobre: qualidade de vida, reeducação postural e saúde mental (estresse);

- » Evento Viva Melhor Sem Estresse: os servidores puderam participar do Circuito Movimento e do Circuito Sensações, realizando atividades de relaxamento, tais como: *yoga express*, alongamento, massagem corporal, auriculoterapia, *spa*, mat pilates, avaliação anti-estresse, massagem fácil;



- » Visita guiada ao museu do Amanhã: 40 servidores que participaram das atividades da Semana do Servidor foram sorteados e realizaram a visita guiada, incluindo café da manhã;



- » Campanha de Imunização contra a Gripe: foi realizada entre os meses de maio e junho de cada ano do biênio. A ação foi totalmente custeada pela Amil e superou as expectativas com um alto índice de procura. O fechamento da campanha em todo o estado do Rio de Janeiro contabilizou um total de 7.583 atendimentos em 2015 e de 13.787 atendimentos em 2016;



- » Comemoração Dia da Justiça: em parceria com a Amil realizamos duas etapas da corrida/caminhada Rio Antigo. O evento contou com uma tenda para ponto de encontro e retirada dos kits, além de serem oferecidos lanches, massagem e alongamento.





# 11. Tecnologia da Informação

No tema da Tecnologia da Informação, a Administração, após consultas aos integrantes do Tribunal, fixou três objetivos estratégicos: o aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de T.I., o aprimoramento dos sistemas institucionais e a ampliação do acesso à tecnologia. Os projetos estratégicos e atividades desenvolvidas pela Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC), sob coordenação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), buscaram viabilizar soluções sustentáveis de tecnologia e assim contribuir para a celeridade, eficiência e eficácia da Instituição.

Um dos principais desafios postos ao Tribunal no biênio foi a consolidação do processo eletrônico e sua expansão pelo estado (atividade iniciada a partir da Lei 11.419/06). Essa demanda acentuou-se em razão do crescente volume de processos judiciais e da profunda modificação legislativa em que consistiu o Novo CPC (Lei 13.105/15, vigente desde março de 2016), alterando procedimentos e impondo ao Judiciário que fizesse disponíveis, para a comunidade forense, meios eletrônicos adequados para os trâmites cíveis. Há que se destacar, nesse particular, a contribuição do Grupo de Trabalho para Estudo das Alterações Processuais decorrentes do novo Código de Processo Civil (GT-CPC), colegiado administrativo que se dedicou ao estudo do impacto da nova legislação sobre os sistemas de informática e que apresentou sugestões de aprimoramento à Administração.

Atualmente, o Tribunal tem 610 unidades jurisdicionais com processo eletrônico implantado, sendo 24 totalmente eletrônicas (19 de 1º grau; 5 de 2º grau), e 586 híbridas (556 de 1º grau; 30 de 2º grau), o que importa na virtualização de 78,47% dos processos em tramitação (indicador que era de 24,84% ao fim de 2014). Os resultados obtidos nesse campo evidenciam o pioneirismo e a atualidade do Tribunal no emprego de recursos de TI na atividade jurisdicional e, considerando o porte do TJRJ, demonstram elevado grau de investimento da Instituição na melhoria dos serviços à população.

Os resultados na área de Tecnologia da informação se desdobram, ainda, na consecução dos três objetivos antes mencionados, apresentados a seguir.

## 11.1 APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA E DOS EQUIPAMENTOS DE TI

A estrutura tecnológica foi ampliada, com especial ênfase na ampliação do processo eletrônico, não só como medida de celeridade da prestação jurisdicional e atendimento a requisitos do Novo Código de Processo Civil, como, pode-se antever, pela futura redução dos custos de operação de prédios e de arquivo.

TECNOLOGIA	FINAL DO BIÊNIO 2013/2014	FINAL DO BIÊNIO 2015/2016
Estações de Trabalho	24.245	25.792
Unidades jurisdicionais funcionando com processo eletrônico	213	611
Virtualização de processos	24,84%	92,08%

### PROJETO ESTRATÉGICO

#### Atualização do Parque Tecnológico

Sob a responsabilidade da Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação, esse projeto contou com 83% de realização no biênio. Como resultado de suas ações, foram substituídos 16.839 equipamentos até o momento, aí compreendidas a instalação de 13.597 computadores e de 915 scanners. O projeto está sendo executado simultaneamente no interior e na Capital. Uma de suas etapas, a troca de *storages* e *switches*, está atualmente em fase de licitação, e é prevista a sua implementação a partir de 2017.

A quantidade de estações individuais evoluiu em cerca de 6,5%, como se pode ver na tabela abaixo.

DESCRIÇÃO	1º SEM 2015	2º SEM 2015	1º SEM 2016	2º SEM 2016 (ATÉ DEZ)
Microcomputadores em uso	24.692	25.184	25.444	25.792

Outras iniciativas relevantes para a consecução do objetivo em questão foram:

- Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI para integração com entidades externas ao Tribunal;
- Disponibilização de um segundo *token* para os Magistrados;
- Ampliação de recursos para o trabalho remoto (SAR);
- Aumento da capacidade dos servidores de banco de dados;

- Realização de teste de Invasão para avaliação de nossa segurança;
- Preparação de novas contratações com o objetivo de melhorar produtividade da equipe de desenvolvimento e atendimento de sistemas;
- Abertura de solicitações pela Internet através do portal do TJRJ;
- Implantação da integração com o cartório de protesto;
- Ampliação da utilização do Mandado de Pagamento Eletrônico;
- Implantação da Certidão de Nada Consta do 2ª Grau, em parceria com a DGJUR;
- Ampliação de emissão de certificados digitais para outras praças além da Capital;
- Implantação da utilização de certificado digital para os oficiais de justiça.

## 11.2 APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS

### PROJETO ESTRATÉGICO

#### Criação do Site de Contingência

Este projeto, que visa a duplicação das bases de dados do Tribunal, principalmente jurisdicionais, e sua alocação física em sede diversa das bases originais, apresentou 20% de realização no biênio e está, presentemente, em fase de licitação.

### PROJETO ESTRATÉGICO

#### Reestruturação e Unificação das Plataformas dos Sistemas

O projeto, que importa na renovação da infraestrutura para os sistemas, foi executado em 50% no biênio. Uma primeira entrega do produto para validação do modelo foi feita em dezembro de 2016.

Visando o alcance do objetivo aqui abordado, outras ações foram importantes:

- Alterações dos sistemas face ao NCPC;
- Implementação SCP (Sistema de Controle Processual);
- Disponibilização do *Skype*, *Yammer* e *OneDrive* como ferramentas de comunicação interna do Tribunal;

- Implantação da integração com o cartório de protesto;
- Implantação de reuniões mensais com as diretorias gerais para priorização das suas demandas de alteração de Sistemas;
- Realização de teste de Invasão para avaliação da segurança de TI;
- Abertura de solicitações pela Internet através do portal do TJRJ;
- Criação do Portal da Infância e Juventude;
- Criação das centrais de custódia no sistema DCP.

## 11.3 AMPLIAÇÃO DO ACESSO À TECNOLOGIA

### PROJETO ESTRATÉGICO

#### Processo Eletrônico Administrativo

O projeto coordenado tem, presentemente, 50% de execução. Em processo de licitação, com previsão de início em 2017.

Cabe destacar que o processo que visava à implementação de WIFI no TJRJ (PE 25) foi cancelado, após deliberação do CGTI e da COGEP, na busca de melhores alternativas de custos para a realização do projeto.

Paralelamente ao desenvolvimento do projeto acima, o Tribunal também buscou a ampliação do acesso à tecnologia pelas seguintes iniciativas:

- Implantação do correio eletrônico na nuvem, com aumento do espaço de caixas postais;
- Disponibilização do *Skype*, *Yammer* e *OneDrive* como ferramentas de comunicação interna do Tribunal;
- Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI para integração com entidades externas ao Tribunal;
- Ampliação de emissão de certificados digitais para outras praças além da Capital;
- Disponibilização de uma nova forma de visualizar os processos (para magistrados);
- Aumento da capacidade dos servidores de banco de dados;
- Criação do NTE (Núcleo de Tecnologias da DGTEC) – produção de vídeos tutoriais.







## 12. Orçamento e Finanças

### 12.1 APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO TJRJ

No tema de Orçamento e Finanças, o Tribunal desenvolveu suas ações a partir de duas premissas centrais: a gestão dos recursos orçamentários em sintonia com o planejamento estratégico e a promoção do equilíbrio orçamentário e financeiro. O objetivo estratégico da Administração, por isso, foi o aprimoramento da governança.

Apresentam-se, nesta seção, as iniciativas do Tribunal nesse campo e os resultados obtidos.

#### ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO

No biênio, o Tribunal retomou o Plano de Ação Governamental (PAG) em sua feição original, prevista no artigo 15 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal, como instrumento de transparência e indicador da aplicação de recursos em ações voltadas às metas do Planejamento. O PAG-TJRJ 2015/2016, assim, foi concebido a partir do Plano Estratégico, em alinhamento com as Leis Orçamentárias do período e o Plano Plurianual estadual para 2016 a 2019, e registrou a execução da estratégia.

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG BIÊNIO 2015-2016 RELATÓRIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO POR PROGRAMA PAG			
PROGRAMA PAG	PREVISTO	EXECUTADO	% EXEC.
Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais	23.269.828	22.566.322	96,98%
Racionalização da Prestação Jurisdicional	14.794.034	12.658.971	85,57%
Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação	172.717.089	94.026.600	54,44%
Infraestrutura e Segurança das edificações do Poder Judiciário	209.256.561	50.036.396	23,91%
Desenvolvimento das políticas institucionais	21.388.791	16.307.565	76,24%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>441.426.303</b>	<b>195.595.854</b>	<b>44,31%</b>

Obs.: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ referentes a 2015 e 2016.

## GOVERNANÇA ORÇAMENTÁRIA

No que tange à governança orçamentária propriamente dita, o Tribunal buscou o equilíbrio entre as receitas e despesas sobre as quais tem ingerência direta, quais sejam, os ingressos pertinentes às fontes 230 e 232 e gastos respectivos, sem deixar, contudo, de agir sobre as despesas suportadas a partir da fonte 100 – tesouro estadual.

Como ações específicas nesse sentido, destacam-se:

- Transferência de despesas de custeio e investimentos relacionados às atividades jurisdicionais da UO Tribunal de Justiça para a UO Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ);
- Reorganização da estrutura de programação do orçamento da UO FETJ, adotando como premissas essenciais:
  - » Concentração das despesas relacionadas ao atendimento das atividades essenciais do Tribunal, exceto despesas com pessoal e custeio de auxílios;
  - » Distribuição prioritária dos recursos em programas de trabalho específicos, relacionados diretamente ao Planejamento Estratégico, ao Plano de Ação Governamental e ao Plano Plurianual;
  - » Distribuição e racionalização dos recursos destinados às atividades ordinárias do Tribunal, mediante análise de economicidade.
- Racionalização dos Relatórios de Gestão Fiscal, por meio de:
  - » Programação e sistematização dos ressarcimentos à Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro;
  - » Alteração da classificação da despesa com indenização de locomoção dos Oficiais de Justiça;
  - » Suspensão dos pagamentos a título de indenização de férias referentes ao exercício corrente.
- Transferência do pagamento das dívidas com o Fundo de Reserva da fonte 230 (recursos próprios – remuneração de depósitos judiciais) para a fonte 100 (tesouro); e
- Vinculação da receita proveniente dos selos de fiscalização dos serviços extrajudiciais privatizados com as despesas de reembolso da 1ª certidão de nascimento, de óbito e respectivos registros no Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN).

Quanto à distribuição do orçamento ao 1º e 2º graus de jurisdição, o Tribunal, que já observava os parâmetros da Resolução CNJ n.º 195/2014, publicou no sítio da transparência quadros de detalhamento de despesas específicos para cada um desses segmentos.

## ORÇAMENTO

Verifica-se, nos quadros a seguir, a distribuição da dotação orçamentária no biênio, em cada uma das Unidades Orçamentárias:

UO 0301 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DOTAÇÃO AUTORIZADA						
FR	DESTINAÇÃO	POSIÇÃO INICIAL		BIÊNIO 2015-2016		
		2014	2015	% 2015-2014	2016	% 2016-2015
100	Despesas com Pessoal	2.594.695.463	2.862.033.423	10,30%	2.574.588.000	-10,04%
	Auxílio	62.287.552	114.224.223	83,38%	154.366.000	35,14%
	Devolução Dotação Orçamentária ao Governo do Estado do Rio de Janeiro <sup>1</sup>	*****	*****	*****	458.366.000	*****
	<b>TOTAL</b>	<b>2.656.983.015</b>	<b>2.976.257.646</b>	<b>12,02%</b>	<b>3.187.320.000</b>	<b>7,09%</b>
230	CUSTEIO	19.100.752	44.393.966	132,42%	*****	-100,00%
	* Juízes Leigos	10.000.000	23.495.289	*****	*****	*****
	* Locação Imóvel (Av. Presidente Vargas)	9.100.752	20.172.246	*****	*****	*****
	*Conv. Ministério da Justiça	156.000	726.431	*****	*****	*****
	Investimento	62.726.658	28.542.060	-54,50%	*****	-100,00%
	Auxílios	353.179.651	526.283.925	49,01%	545.492.892	3,65%
	DESPESA COM PESSOAL	86.550.000	66.878.357	-22,73%	300.000.000	348,58%
	* Indenização Magistrados	9.000.000	50.000	*****	*****	*****
	* Fundo de Reserva	77.550.000	66.828.357	*****	*****	*****
	* Mandado de Segurança n.º 34.483-RJ - Acordo STF 2016	*****	*****	*****	300.000.000	*****
	Empréstimo ao Governo do Estado do Rio de Janeiro	200.000.000	*****	*****	*****	*****
	<b>TOTAL</b>	<b>721.557.061</b>	<b>666.098.308</b>	<b>-7,69%</b>	<b>845.492.892</b>	<b>26,93%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.378.540.076</b>	<b>3.642.355.954</b>	<b>7,81%</b>	<b>4.032.812.892</b>	<b>10,72%</b>	

<sup>1</sup> Utilização de recursos próprios. Mandado de segurança n.º 34.483/RJ – Acordo STF/2016.

UO 0361 - FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DOTAÇÃO AUTORIZADA						
FR	DESTINAÇÃO	POSIÇÃO INICIAL		BIÊNIO 2015-2016		
		2014	2015	% 2015-2014	2016	% 2016-2015
232	Custeio	765.540.528	786.321.682	2,71%	808.639.300	2,84%
	Investimento	60.882.238	163.082.453	167,87%	83.356.373	-48,89%
	Empréstimo ao Governo do estado do Rio de Janeiro	200.000.000	*****	*****	*****	*****
	Repasso RIOPREVIDÊNCIA	*****	*****	*****	200.000.000	*****
	* Mandado de Segurança n.º 34.483-RJ - Acordo STF 2016	*****	*****	*****	200.000.000	*****
<b>TOTAL</b>	<b>1.026.422.766</b>	<b>949.404.135</b>	<b>-7,50%</b>	<b>1.091.995.673</b>	<b>15,02%</b>	

UO 0362 - FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA DA MAGISTRATURA - EMERJ DOTAÇÃO AUTORIZADA						
FR	DESTINAÇÃO	POSIÇÃO INICIAL		BIÊNIO 2015-2016		
		2014	2015	% 2015-2014	2016	% 2016-2015
230	Custeio	6.649.425	8.942.378	34,48%	9.771.632	9,27%
	Investimento	1.520.466	900.000	-40,81%	1.000.000	11,11%
	<b>TOTAL</b>	<b>8.169.891</b>	<b>9.842.378</b>	<b>20,47%</b>	<b>10.771.632</b>	<b>9,44%</b>

UO 0363 - FUNDO DE APOIO AOS REGISTRADORES CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS - FUNARPEN DOTAÇÃO AUTORIZADA						
FR	DESTINAÇÃO	POSIÇÃO INICIAL		BIÊNIO 2015-2016		
		2014	2015	% 2015-2014	2016	% 2016-2015
232	Custeio	43.173.000	55.740.621	29,11%	65.835.377	18,11%
	<b>TOTAL</b>	<b>43.173.000</b>	<b>55.740.621</b>	<b>29,11%</b>	<b>65.835.377</b>	<b>18,11%</b>

A seguir, a análise das receitas orçamentárias de 2014 a 2016:

UG 036100 - FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 232						
RECEITAS	2014		2015		2016	
	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA
Correntes	254.858.394,26	746.400.222,96	836.609.273,00	736.854.003,48	812.769.045,00	793.712.511,42
Aplicações Financeiras	10.527.650,41	61.745.604,50	13.452.366,00	64.932.486,61	-	64.267.970,58
Capital	-	203.483,43	-	845.437,18	-	6.804.200,00
<b>TOTAL</b>	<b>265.386.044,67</b>	<b>808.349.310,89</b>	<b>850.061.639,00</b>	<b>802.631.927,27</b>	<b>812.769.045,00</b>	<b>864.784.682,00</b>

UG 030100 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 230						
RECEITAS	2014		2015		2016	
	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA
Correntes	431.669.344,38	536.164.263,20	619.396.627,00	585.378.984,18	665.492.892,00	474.376.385,50
Aplicações Financeiras	29.822.659,24	56.636.320,52	46.701.681,00	63.367.849,87	-	80.109.872,98
Capital	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>461.492.003,62</b>	<b>592.800.583,72</b>	<b>666.098.308,00</b>	<b>648.746.834,05</b>	<b>665.492.892,00</b>	<b>554.486.258,48</b>

Quanto às receitas, cabe destacar que, a partir de 2016, o Tribunal deixou de prever aquelas oriundas de aplicações financeiras, e que a receita do FETJ elevou-se em 7,74%, ao passo que a receita da UO Tribunal caiu 17% em decorrência de ausência do repasse previsto na Lei Complementar estadual 163/2015.

## GASTOS COM PESSOAL – RESPONSABILIDADE FISCAL

No biênio, a despesa total com pessoal (art. 18 da Lei Complementar 101/2001) apresentou pequena redução a partir do 1º quadrimestre de 2016. Nada obstante, houve acentuado declínio da arrecadação do estado do Rio de Janeiro, o que levou a que esses gastos, ainda que decrescentes, se aproximassem do limite prudencial previsto na LRF (art. 22) – sem, contudo, ultrapassá-lo.

Foi a seguinte a evolução das despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL).

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RCL (LRF) - PERÍODO 12 MESES			
PERÍODO	(A) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ACUMULADA - R\$	(B) DESPESA TOTAL DE PESSOAL ACUMULADA - R\$	% DE (B) EM RELAÇÃO A (A)
1º Quadrimestre 2015	47.945.331.796,00	2.489.263.288,09	5,19%
2º Quadrimestre 2015	50.274.965.147,00	2.671.508.990,54	5,31%
3º Quadrimestre 2015	51.224.316.995,00	2.804.017.990,98	5,47%
1º Quadrimestre 2016	49.131.341.507,00	2.789.767.354,19	5,68%
2º Quadrimestre 2016	48.793.305.860,00	2.762.334.915,69	5,66%

## DESPESAS A CARGO DO FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (FONTE 232)

A evolução das despesas a cargo do FETJ, de custeio e investimentos, é afetada positivamente pelas melhorias na análise de economicidade prévia às contratações e pelas ações de gestão dos contratos do Tribunal, apresentando redução, na média, em relação ao ano de 2014.

UG 036100 - FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 232			
DESPESA LIQUIDADADA	2014	2015	2016
Pessoal / Encargos	-	-	-
Correntes	758.912.113,06	646.506.787,19	676.675.339,24
Capital	16.496.672,02	92.724.724,22	72.765.123,59
<b>TOTAL</b>	<b>775.408.785,08</b>	<b>739.231.511,41</b>	<b>749.440.462,83</b>

A partir de maio de 2016, foi intensificada a análise do custo-benefício e da economicidade nas contratações de serviços de maior vulto, especialmente pela comparação com contratos em execução, resultando disso expressiva redução de custos.

ASTEC – PROCESSOS PARA ANÁLISE DE ECONOMICIDADE				
Total de processos recebidos entre maio e 22 de dezembro de 2016: 103				
QUANTIDADE DE PROCESSOS DILIGENCIADOS	DILIGÊNCIAS		REDUÇÃO/ECONOMIA	
	VALOR AGREGADO ANTES DAS DILIGÊNCIAS	VALOR AGREGADO APÓS AS DILIGÊNCIAS	VALOR	%
20	123.581.952,53	115.047.144,45	8.534.808,08	6,91%

Os novos parâmetros de análise foram disseminados para as unidades solicitantes, resultando em melhoria na técnica e na fundamentação empregadas nos processos de contratação de obras e serviços.

#### OUTRAS INICIATIVAS DE ARRECAÇÃO E INCREMENTO DE RECEITAS

No transcorrer do biênio, foram renovados os ajustes com instituições financeiras para administração dos depósitos judiciais, pelos quais o Tribunal é remunerado com o valor resultante da aplicação de índice *pro rata die*, atrelado à SELIC, sobre o valor mensal da Média de Saldos Diários (MSD).

Vejam-se, na tabela a seguir, os repasses no período.

REPASSES REALIZADOS AO TJRJ NOS CONVÊNIOS COM BANCO ITAÚ E BANCO DO BRASIL				
BANCO	2014	2015	2016	ACUMULADO
Banco do Brasil	384.693.602,35	312.751.930,50	232.481.047,26	929.926.580,11
Repassé SEFAZ	114.891.171,33	263.547.265,35	217.766.619,54	596.205.056,22
Banco Itaú	11.849.640,35	13.066.113,72	13.636.170,50	38.551.924,57
<b>TOTAL</b>	<b>511.434.414,03</b>	<b>589.365.309,57</b>	<b>463.883.837,30</b>	<b>1.564.683.560,90</b>

Deve ser destacado o êxito obtido nas negociações para renovação desses ajustes, mantendo os índices de remuneração anteriores mesmo em vista do repasse ao estado do Rio de Janeiro de considerável parte dos recursos custodiados pelas instituições financeiras (decorrência do disposto na Lei Complementar Federal 151/2016 e das Leis Complementares Estaduais 147/2013 e 163/2015).

Igualmente, cabe destacar a celebração de convênio com a Caixa Econômica Federal para a mesma finalidade, entidade que até 2015 não remunerava os valores por ela administrados, trazendo também resultados financeiros positivos.

REPASSES REALIZADOS AO TJRJ NO CONVÊNIO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			
BANCO	2015	2016	ACUMULADO
Caixa Econômica Federal	953.902,42	1.841.398,64	2.795.301,06

Obs.: O valor referente ao ano de 2015 compreende apenas o período de junho a dezembro, quando se iniciou o repasse. E o valor referente a 2016 refere-se ao período de janeiro a outubro.



Também no período, foi renovado o contrato para processamento da folha de pagamento (com o Bradesco), com aditivos vigentes até novembro de 2017, assegurando ao Tribunal receitas num total de R\$ 54 milhões.

O Tribunal iniciou, ainda, o protesto dos débitos extrajudiciais, incluindo multas contratuais, débitos de serventias extrajudiciais privatizadas, dentre outras, incrementando a arrecadação.

VALORES RECEBIDOS ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DA COBRANÇA ADMINISTRATIVA			
ANO	SECAE EXTRAJUDICIAL	SECOB JUDICIAL	TOTAL
2011	R\$ 852.890,40	R\$ 2.588.436,04	R\$ 3.441.326,44
2012	R\$ 989.427,40	R\$ 2.738.955,45	R\$ 3.728.382,85
2013	R\$ 812.099,37	R\$ 2.782.659,84	R\$ 3.594.759,21
2014	R\$ 1.103.061,22	R\$ 3.483.278,06	R\$ 4.586.339,28
2015	R\$ 1.204.094,12	R\$ 5.962.448,43	R\$ 7.166.542,55
2016	R\$ 1.324.334,10	R\$ 12.503.744,98	R\$ 13.828.079,08
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.285.906,61</b>	<b>R\$ 30.059.522,80</b>	<b>R\$ 36.345.429,41</b>

Nesta gestão, o Tribunal formalizou convênios com o estado e com o município do Rio de Janeiro, visando a arrecadação de valores de custas e taxa judiciária em processos de execução fiscal. Com a municipalidade da capital, ajustou-se a implementação do DARM compartilhado parcelado e, com o estado, celebrou-se a implementação do DARJ compartilhado, o que possibilitou significativa recuperação de receitas para o FETJ, em casos nos quais o contribuinte-réu tradicionalmente pagava apenas o débito tributário principal, mas não as correspondentes custas e taxa judiciária.

ARRECADADO POR CONVÊNIO - DÍVIDA ATIVA 2013 A 2016	RIO DE JANEIRO	PGM				TOTAL
		2016	2015	2014	2013	
JAN	2.230.645,47	175.538,71	38.969,56	-	2.445.153,73	
FEV	459.241,67	466.012,04	229.894,05	-	1.155.147,76	
MAR	591.913,80	1.450.729,25	274.418,12	-	2.317.061,17	
ABR	345.056,49	814.349,71	353.446,24	-	1.512.852,44	
MAI	1.147.995,91	432.006,89	403.839,86	-	1.983.842,66	
JUN	745.960,51	640.997,76	525.872,14	-	1.912.830,41	
JUL	1.191.923,88	590.829,28	767.735,18	-	2.550.488,34	
AGO	2.181.013,32	1.202.764,56	670.222,06	2.409.473,83	6.463.473,78	
SET	1.278.396,04	4.000.464,29	730.672,21	796.087,36	6.805.619,90	
OUT	1.338.835,59	3.648.146,60	519.875,13	608.326,31	6.115.183,63	
NOV	1.417.681,67	1.249.474,71	955.679,88	397.433,93	4.020.270,20	
DEZ	1.115.340,30	2.398.837,71	3.477.754,89	399.536,49	7.391.469,39	
<b>TOTAL</b>	<b>14.044.004,66</b>	<b>17.070.151,51</b>	<b>8.948.379,33</b>	<b>4.610.857,92</b>	<b>44.673.393,41</b>	

ARRECADÇÃO POR CONVÊNIO DÍVIDA ATIVA 2016	RIO DE JANEIRO	PGE
		2016
	JAN	-
	FEV	-
	MAR	1.478.719,99
	ABR	601.165,51
	MAI	54.103,90
	JUN	435.082,29
	JUL	194.653,18
	AGO	148.161,06
	SET	79.543,64
	OUT	243.509,29
	NOV	-
	DEZ	200.290,97
	<b>TOTAL</b>	<b>3.435.229,83</b>

Por fim, a Administração adotou procedimentos de cobrança de multas administrativas aplicadas a seus fornecedores de bens e serviços, disso resultando uma arrecadação adicional de aproximadamente R\$ 1,8 milhões, conforme o quadro abaixo.

VALORES ARRECADADOS EM RAZÃO DE MULTAS APLICADAS BIÊNIO 2013/2014 X 2015/2016			
RECEBIMENTO OU COMPENSAÇÃO DO VALOR DA MULTA	2013 / 2014	2015 / 2016	VARIAÇÃO
	137.180,77	1.803.391,83	1.214,61%

2016 - janeiro a novembro

## GESTÃO DE PRECATÓRIOS

No biênio, a Administração deu prosseguimento aos pagamentos de precatórios judiciais das entidades devedoras enquadradas no regime comum (art. 100 da Constituição da República), bem como das entidades devedoras enquadradas no regime especial regulado pela Emenda Constitucional 62/2009.

Ainda em março de 2015, quando saiu a decisão do Supremo Tribunal Federal modulando os efeitos das ADIs 4.357 e 4.425 e estendendo os efeitos do regime da EC 62/2009, ocorreram alterações na legislação que regula os pagamentos de precatórios, das quais a principal foi a redução do prazo de pagamento para cinco anos. O STF determinou que a dívida em mora fosse quitada até o final de 2020. O estado do Rio de Janeiro, que já empregava até 25% do saldo dos depósitos judiciais disponíveis para pagamento de precatórios, na forma da Lei Complementar Estadual 147/2013, passou, com base na Lei Complementar Federal 151/2015, a utilizar o repasse de até 70% do saldo dos depósitos judiciais.

Mesmo diante das dificuldades financeiras enfrentadas pelos entes devedores, foram pagos 8.245 créditos de precatórios, totalizando R\$ 1.424.981.428,41 no ano de 2015 e, no decorrer de 2016, foram quitados 8.747 créditos de precatórios, totalizando R\$ 686.439.583,00, entre pagamentos diretos aos beneficiários e compensações com dívidas tributárias.

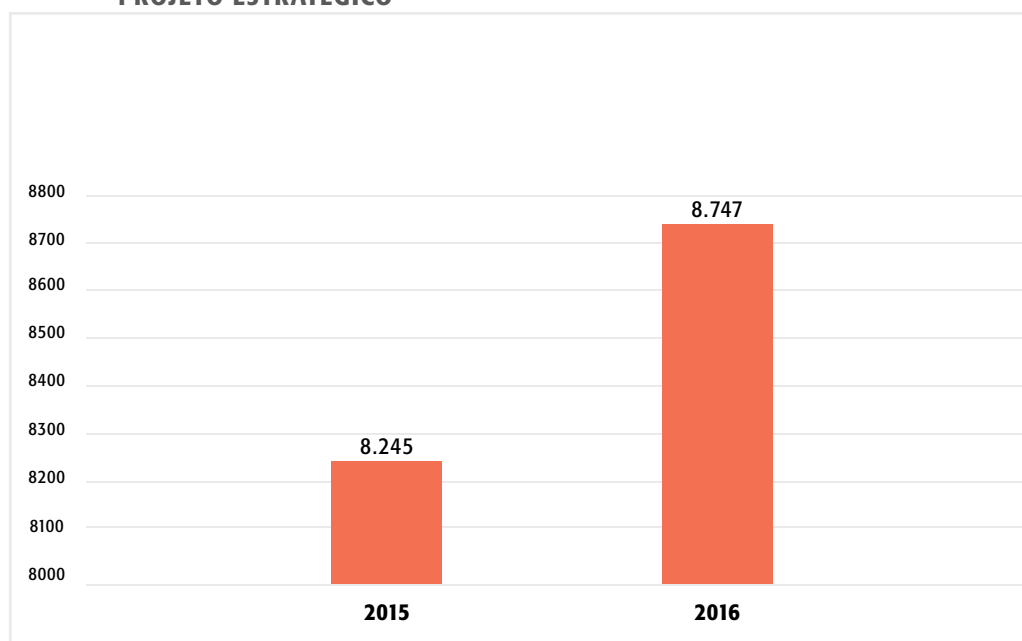
Vale ressaltar o aprimoramento que foi feito no sistema informatizado de precatórios, que possibilitou a celeridade na expedição dos mandados de pagamento, bem como a maior transparência das informações passadas aos credores no Portal deste Tribunal.

ANO	PRECATÓRIOS PAGOS	TOTAL EM R\$
2015	8.245	1.424.981.428,41
2016	8.747 *	686.439.583,00

\*Dados até 25/11/2016.

## QUANTIDADE DE PRECATÓRIOS PAGOS

### PROJETO ESTRATÉGICO



## Modernização da Gestão Fiscal

Projeto que visou integrar ações de planejamento, controle e execução orçamentária, financeira e contábil, por meio da melhoria dos recursos de TI. 65,67% das ações planejadas para o projeto foram implementadas, tais como:

- Mapeamento dos processos de trabalho;
- análise e diagnóstico do mapeamento;
- readequação dos processos de trabalho;
- realização de ações de capacitação.

### OUTROS RESULTADOS

No período, reduziram-se os saldos de aplicações financeiras das fontes 230 (16,69%) e 232 (35,30%) em relação ao biênio anterior, em razão da utilização de recursos próprios para pagamento de despesas com pessoal, conforme decidido no mandado de segurança nº 34.483/RJ – acordo STF 2016. O acordo estabelece que as quantias utilizadas serão restituídas durante o ano de 2017.

PERÍODO	FONTES	BRABESCO	BANCO ITAÚ	BANCO DO BRASIL	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	TOTAL
2014	F 230	160.603,31	393,48	393.212.811,85	50.086,33	393.423.894,97
	F 232	257.936,27	50.076,33	491.717.373,22	403,48	492.025.789,30
<b>TOTAL</b>		<b>418.539,58</b>	<b>50.469,81</b>	<b>884.930.185,07</b>	<b>50.489,81</b>	<b>885.449.684,27</b>
2015	F 230	64.144,22	1.532,16	546.194.581,38	0,00	546.260.257,76
	F 232	395.210,33	16.365,47	484.351.738,87	3.755,48	484.767.070,15
<b>TOTAL</b>		<b>459.354,55</b>	<b>17.897,63</b>	<b>1.030.546.320,25</b>	<b>3.755,48</b>	<b>1.031.027.327,91</b>
2016	F 230	104.931,94	52.400,37	327.570.845,32	0,00	327.728.177,63
	F 232	305.290.512,03	24.260,76	13.017.925,35	2.683,82	318.335.381,96
<b>TOTAL</b>		<b>305.395.443,97</b>	<b>76.661,13</b>	<b>340.588.770,67</b>	<b>2.683,82</b>	<b>646.063.559,59</b>

Deve ser esclarecido que, para tal demonstração, foram expurgados os depósitos, por se tratarem de valores de terceiros e não pertencentes ao órgão.

	FONTE 232		FONTE 230	
	2015	2016	2015	2016
Caixa e Equiv.	46.768,30	178.813.015,41	11,00	8.166,48
Aplicação Financeira	498.232.610,58	338.748.185,10	477.507.121,33	258.791.848,98
Caixa e Equiv. - Intra	-	146.253,28	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>498.279.378,88</b>	<b>517.707.453,79</b>	<b>477.507.132,33</b>	<b>258.800.015,46</b>

Nota 1: dezembro/2016 - posição em 11/01/2017.

Nota 2: foram expurgados os depósitos.

## RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS (RAC)

O RAC colaborou mais uma vez como um importante instrumento de avaliação dos recursos aplicados nesta instituição, tornando possível obter uma visão ampla dos custos da atividade judiciária (1ª e 2ª instâncias), o que se traduz em medida eficaz de conhecimento dos gastos públicos.

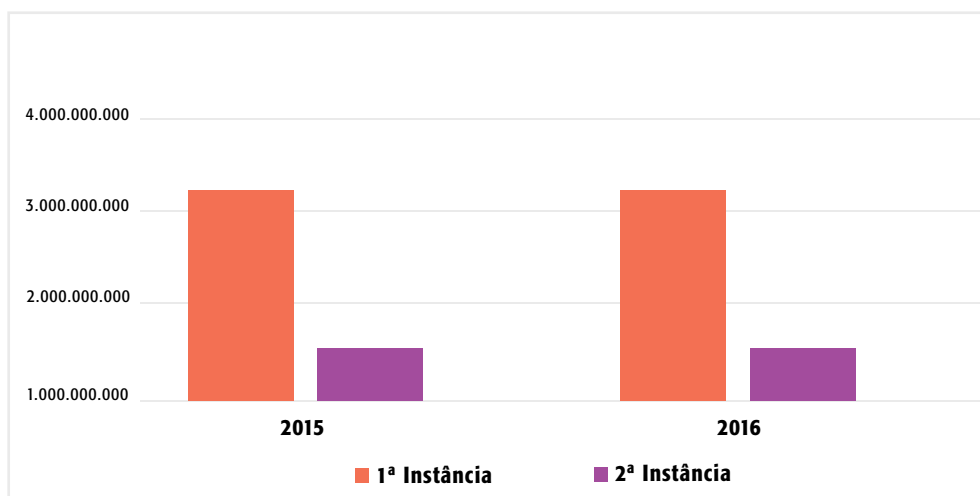
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS (1ª E 2ª INSTÂNCIAS)								
	2015				2016			
	1ª INST.	2ª INST.	TOTAL DO TJRJ	PART.	1ª INST.	2ª INST.	TOTAL DO TJRJ	PART.
Total da atividade	3.599.284	612.255	4.211.539	(%)	3.627.132	594.101	4.221.233	(%)
Participação % no total do TJRJ	85,46%	14,54%	100,00%	(%)	85,93%	14,07%	100,00%	(%)
Custeio	728.532	51.092	779.624	18,51%	769.694	51.545	821.239	19,45%
Depreciação	27.160	3.728	30.888	0,73%	-51.088	-1.666	-52.754	-1,25%
Pessoal	2.843.592	557.435	3.401.027	80,75%	2.908.526	544.221	3.452.747	81,79%

Fonte: Sistema de Gestão de Custos - RAC.

\*Rateio Atividade Administrativa por Categoria de Despesa.

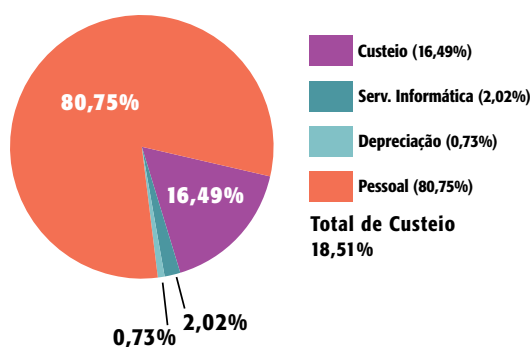
Nota: depreciação com valores negativos face a um quantitativo expressivo de itens baixados no período/2016.

## TOTAL DO TJRJ POR INSTÂNCIA

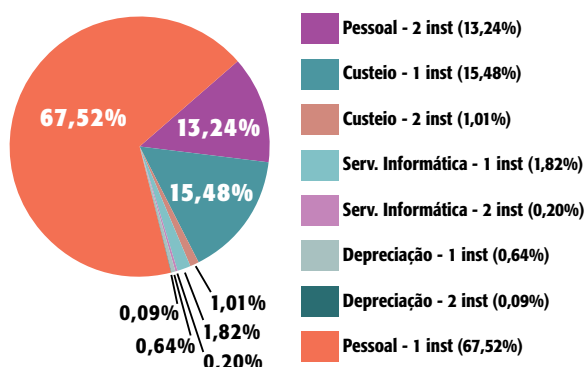


## DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO 2015 (JANEIRO/DEZEMBRO)

## GRUPO DE DESPESA

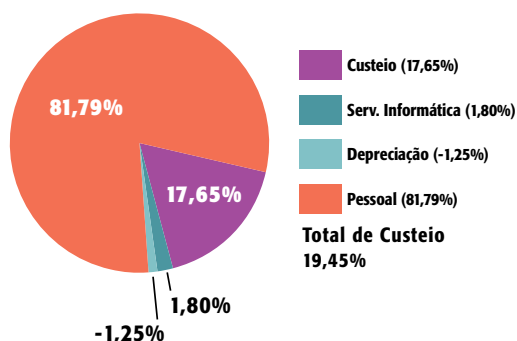


## GRUPO DE DESPESA POR INSTÂNCIA

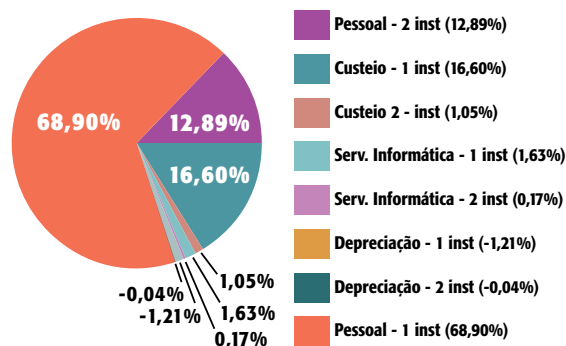


## DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO 2016 (JANEIRO/DEZEMBRO)

## GRUPO DE DESPESA



## GRUPO DE DESPESA POR INSTÂNCIA



Assim, se observa no relatório a crescente distribuição dos custos direcionados para a 1ª instância que, em 2015, representava, 85,46% da despesa total e, em 2016, se apresentou superior ao ano anterior, correspondendo a 85,93% do total no período, conforme se evidencia na tabela inicial.







## 13. Infraestrutura Predial, Logística e de Segurança

A infraestrutura material para a prestação de serviços à população é provida pela atuação conjunta de diversos setores administrativos do Tribunal, especializados no fornecimento de materiais e serviços, obras e segurança. O tema foi objeto de especial atenção pela Administração no biênio – haja vista o grande investimento feito na obra de readequação do Fórum Central da Capital, além das medidas em segurança e logística – e compreendeu metas e projetos estratégicos nas três áreas pertinentes.

O tema é tratado, igualmente, pela dimensão da sustentabilidade, que, no Tribunal, cumprindo o disposto na Resolução CNJ n.º 201/2015, foi organizada e planificada no Plano de Logística Sustentável (PLS). Os objetivos do PLS, formulados no âmbito da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS), foram desenvolvidos, em grande parte, pelas áreas de engenharia e logística do Tribunal. Ao fim desta Seção, serão apresentadas as ações do PLS concluídas no biênio.

Apresentam-se, inicialmente, os projetos e respectivos resultados e também as demais iniciativas referentes a infraestrutura predial, logística e de segurança.

### 13.1 INFRAESTRUTURA PREDIAL COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL

A começar pela obra de readequação do Fórum Central, principal projeto na área de infraestrutura, cuja execução se iniciou em 2014 e se estenderá ao próximo biênio, a Administração investiu no oferecimento de instalações físicas adequadas às unidades jurisdicionais, especialmente de 1º grau, e aos órgãos administrativos. Por entender que a infraestrutura adequada é um fator de melhoria no atendimento ao público – e, portanto, concorre para a efetividade da jurisdição, o Tribunal tomou como prioridade prover sistemas de engenharia adequados às suas unidades e vistoriou suas instalações.

As atividades de engenharia do Tribunal abrangem:

- Desenvolvimento de projetos para adequação de espaços, projetos básicos, projetos executivos e orçamentos de obras de construção e reforma;
- Controle, fiscalização e administração das obras, bem como o acompanhamento das garantias contratuais dos prédios;
- Manutenção corretiva e preventiva de todos os prédios.

Quanto à estrutura predial, a gestão se encerra com 620.114,78m<sup>2</sup> de área útil, com pequena expansão em relação à área ao final do biênio anterior, que era de 619.438m<sup>2</sup>.

Apresentam-se, a seguir, os projetos pertinentes à infraestrutura predial e os respectivos resultados.

#### PROJETO ESTRATÉGICO

### Readequação do Complexo do Fórum Central

Esse projeto envolveu ampla reforma e readequação do maior e mais tradicional prédio do Tribunal, o Fórum Central da comarca da Capital, e tem como objetivo conferir às unidades organizacionais ali situadas instalações renovadas e adequadas, observando parâmetros de acessibilidade e sustentabilidade e possibilitando aos magistrados e servidores o desempenho de suas atividades com maior conforto e segurança.

A obra concluiu 2016 com 42,70% de execução, podendo se ver das imagens abaixo o avançado grau de execução relativamente a algumas importantes partes do edifício:

INDICADOR DE RESULTADO: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA OBRA (SERVIÇO EXECUTADO/SERVIÇO PREVISTO) X 100			
SITUAÇÃO DO PROJETO	42,70%	META	100%



Corredor A – 3º  
Pavimento Serventia



Corredor D – 3º  
Pavimento Circulação



Corredor B – 2º  
Pavimento Serventia

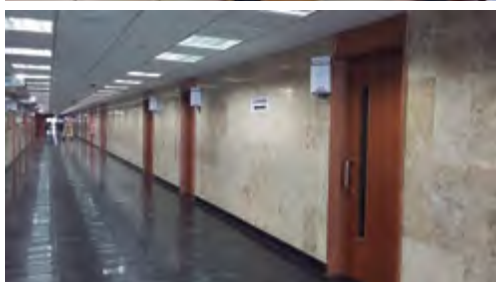


Corredor C – 2º  
Pavimento Circulação

### INÍCIO DE UMA NOVA FASE PARA READEQUAÇÃO DO FÓRUM CENTRAL

Foi entregue, em janeiro de 2017, a primeira fase das obras de readequação do prédio de embasamento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central. Com a conclusão dessa etapa, retornaram ao prédio 34 das varas cíveis do 1º NUR (1ª à 12ª, 17ª à 20ª, 30ª à 35ª, 38 à 45ª, 49 à 52ª Varas Cíveis), além do Serviço de Perícias Judiciais – SEJUD, Central de Partilha Judicial – CPJ e Serviços de Reprografia.

As obras já concluídas facilitarão o acesso à justiça e irão beneficiar magistrados, servidores e a população em geral.

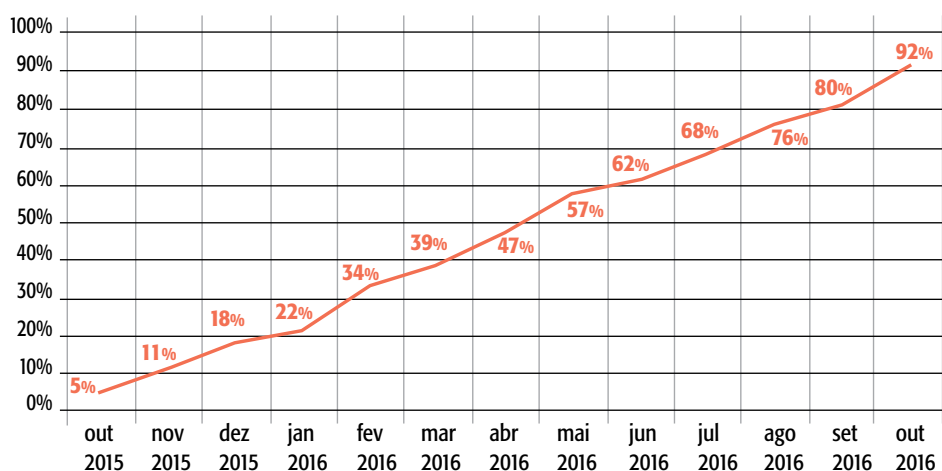


## PROJETO ESTRATÉGICO

### Autovistoria Predial nas Edificações do TJRJ

Por meio da autovistoria de engenharia civil, elétrica e de detecção de incêndio, o Tribunal mapeou as necessidades de manutenção dos prédios do TJRJ e assim aprimorou o controle de sua estrutura predial, em especial a que abriga as unidades de 1º grau. Até outubro de 2016, o projeto foi 92% executado, alcançando 136 prédios.

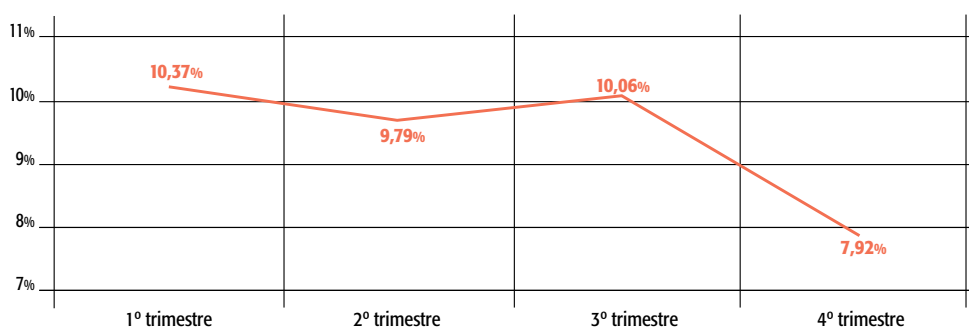
#### ÍNDICE DE VISTORIAS REALIZADAS



#### RESULTADOS ESTRATÉGICOS

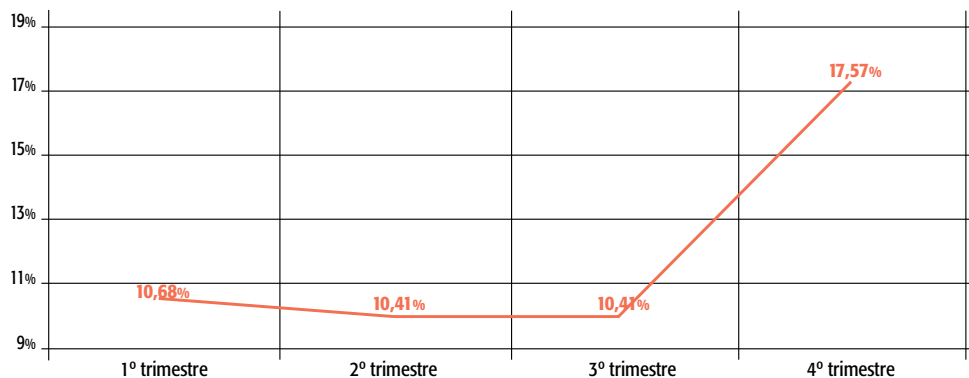
- Levantamento das áreas dos imóveis do TJRJ – no biênio, o mapeamento chegou a um total de 696.758,18 m<sup>2</sup> de área construída e, desta, 620.114,78 m<sup>2</sup> de área útil;
- Controle de custos – evolução do custo total atualizado das obras licitadas, relativamente ao projeto inicial, decorrente de acréscimos. O indicador se desdobra em obras de construção/compra:

#### VARIAÇÃO MÉDIA DE CUSTO DE OBRA LICITADO



- » E de reforma/readequação:

### VARIAÇÃO MÉDIA DE CUSTO DE OBRA LICITADO



- » Em razão da maior precisão na elaboração dos projetos executivos, os acréscimos às obras de construção, reforma e readequação ficaram em patamar bastante inferior aos limites previstos no art. 65, I e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- Manutenção predial – no biênio, a área de engenharia atendeu a mais de 260.000 ordens de serviço.

### Outras Iniciativas

- Conclusão dos projetos e orçamentos das obras de reforma e adequação dos fóruns das comarcas de Angra dos Reis, Arraial do Cabo e Iguaba Grande;



FÓRUM DA COMARCA DE ANDRA DOS REIS

Certame concluído: vencedor Galcon

Valor contratado: R\$ 30.796.648



FÓRUM DA COMARCA DE ARRAIAL DO CABO

Em fase de licitação

Valor estimado: R\$ 4.840.280



FÓRUM DA COMARCA DE IGUABA GRANDE

Em fase de licitação

Valor estimado: R\$ 8.541.456

- Adequação do condicionamento de ar do fórum da comarca de São Gonçalo, por meio de modificação do projeto executivo, para instalação de condicionadores de ar nas circulações, renovação de ar dos gabinetes e salas de audiência e substituição dos condensadores de ar na cobertura;



- Obtenção de autorização junto ao Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural de Niterói (DEPAC) para promover a substituição das esquadrias do prédio das secretarias da comarca, de madeira por alumínio. O projeto executivo desenvolvido contempla a reforma da fachada e a recuperação dos *brises*;



PRÉDIO DAS SECRETÁRIAS DA COMARCA DE NITERÓI

Reforma da fachada com substituição das esquadrias

Em fase de licitação

Valor estimado: R\$ 7.725.387

- Projetos executivos de reforma das salas de áudio e vídeo e dos auditórios da EMERJ no fórum central e modernização dos elevadores de acesso;

- Substituição dos 4 (quatro) *chillers* da lâmina II do complexo do fórum central através do convênio celebrado com a Light, gerando uma economia de consumo de energia elétrica de aproximadamente 30%. A ação se alinhava ao Eixo I do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TJRJ – uso racional dos recursos naturais. Abaixo, imagens da instalação do novo *chiller*:



- Projetos executivos para substituição de *chillers* para os fóruns da Pavuna e de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Duque de Caxias, Macaé, Belford Roxo, Cabo Frio. Abaixo, fotos do serviço de substituição de *chiller* no fórum da Pavuna:



- Modificação da iluminação do fórum da comarca de Resende para tecnologia LED, mantendo-se as características locais de quantitativo e nível de iluminação. O novo sistema permitiu o uso de dois tipos de lâmpadas, sem reatores, reduziu a manutenção em vista da maior vida mediana das lâmpadas (aproximadamente 50.000 horas). A modificação se alinha ao Eixo I do PLS, gerando redução em torno de 34% da potência instalada;





- Ligação definitiva das redes de esgoto do complexo do fórum central à rede da CEDAE – Estação Alegria, reduzindo o lançamento direto de dejetos na Baía de Guanabara. A ação se alinha ao Eixo II do PLS do TJRJ;



- Ampliação e adequação da área do Plantão Judiciário para implantação da Audiência de Custódia e do Núcleo de Audiência de Apresentação no fórum central;
- Instalação dos pontos de controle de acesso nos fóruns;
- Implantação e instalação dos projetos de Núcleo de Trabalho à Distância, da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Instalação do CEJUSC da Capital;
- Transferência das varas criminais do fórum de São Gonçalo para o fórum Regional de Alcântara;
- Desmembramento do Cartório Unificado Cível da comarca de Niterói;
- Remanejamento da Vara da Infância e Juventude e da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas para o prédio da Rodrigues Alves;
- Readequação dos fóruns das comarcas de Nova Iguaçu e de Rio das Ostras;
- Instalação da 7ª Vara Cível Regional de Campo Grande.

## 13.2 APRIMORAMENTO LOGÍSTICO DO TJRJ

Em relação à logística, o TJRJ estabeleceu ações baseadas nos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. As medidas buscaram desenhar um novo cenário de gestão pública e otimizar os custos operacionais, de forma a prover recursos adequados aos usuários ao menor custo possível, observando assim a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

### PROJETO ESTRATÉGICO

#### Gestão do Patrimônio

Visando ao aprimoramento dos sistemas patrimoniais do Tribunal e à integração entre as áreas de gestão patrimonial, almoxarifado e compras, esse projeto levou o índice de bens inventariados a 100% e foi concluído em outubro de 2016. Além desse resultado, foram identificadas necessidades de alteração em sistemas, foi definido o cronograma de desenvolvimento e foram capacitados servidores e prestadores de serviços.

#### FUNCIONALIDADES DESENVOLVIDAS NO PROJETO

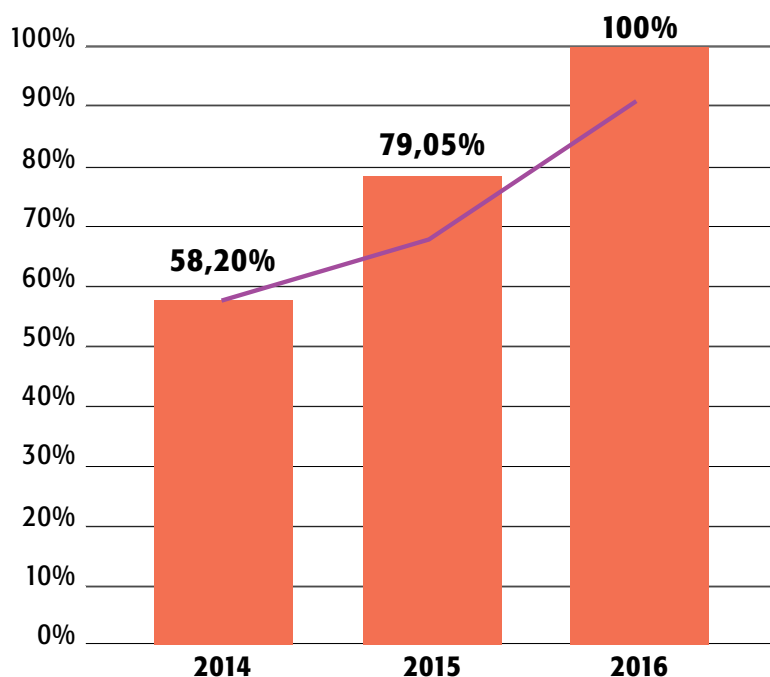
- Implementação do Guia Verde, que atualiza as especificações de materiais, obedecendo a requisitos de sustentabilidade;
- Manutenção do SISINVENT, propiciando que os agentes patrimoniais realizem o inventário de bens permanentes das unidades organizacionais;
- Implementação do Programa CNTJ para o controle do recebimento de notas fiscais.

Em razão do aprimoramento dos sistemas referidos, o Tribunal obteve o reconhecimento da regularidade das suas contas de 2015 pelo Tribunal de Contas, com quitação plena aos responsáveis por bens patrimoniais.

#### RESULTADOS ESTRATÉGICOS

- Índice de Bens Permanentes Inventariados nas Unidades Patrimoniais
  - » De acordo com esse indicador, que visava à confirmação da realidade física dos bens permanentes nas UO do TJRJ, foi inventariada a integralidade dos bens permanentes das unidades patrimoniais (o percentual atingido em 2015 foi de 79,05 % e, em 2014, de 58,20%).

## BENS PERMANENTES INVENTARIADOS



## Outras Iniciativas Relevantes

## SUSTENTABILIDADE

- Redução de consumo de água, energia e papel - alinhamento com o Eixo I do PLS;

CONSUMO	2015	2016	REDUÇÃO
Água	R\$ 6.600.141,75	R\$ 4.506.127,96	31,73%
Energia	R\$ 48.234.782,84	R\$ 38.175.660,12	20,85%
Papel (resmas)	R\$ 2.482.342,74	R\$ 1.999.317,20	19,46%
	272.676	213.169	21,82%

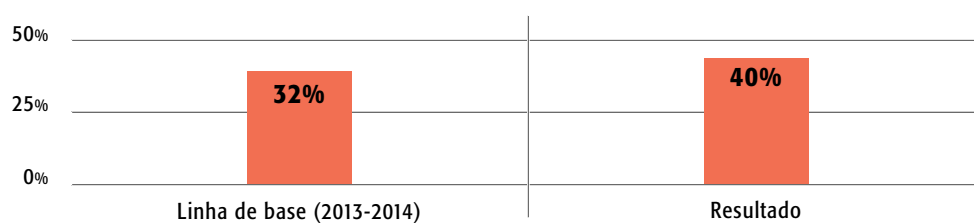
- Gestão de resíduos sólidos: No período, foi realizado diagnóstico qualitativo e quantitativo de resíduos e rejeitos descartados no complexo do fórum central e no depósito da Praça da Bandeira, resultando em novo contrato de prestação de serviços para coleta, transporte e destinação, com rol atualizado dos resíduos. Já nos primeiros 3 meses de contrato (agosto/16 a outubro/16), foi coletado e adequadamente destinado todo o passivo de resíduos perigosos existente no complexo do fórum central, no depósito da Praça da Bandeira, no Departamento de Transportes e na Gráfica (com exceção daqueles de logística reversa obrigatória, que possuem específico). Da mesma forma, todos os remédios, com prazo de validade vencido, foram descartados, corretamente, extinguindo o passivo do Departamento de Saúde;

- No que tange à logística reversa, referente a rejeitos tóxicos, as embalagens de óleo usadas são retiradas na oficina mecânica do Tribunal pelo programa “Jogue Limpo”, sem ônus, com destinação ambientalmente correta e emissão da documentação adequada. Estopas, filtros de óleo e demais resíduos contaminados são recolhidos por empresa contratada; os pneus, óleos e lubrificantes usados e as sucatas também são descartados por empresas especializadas, sem ônus e com emissão da documentação exigida;
- Guia verde: disponibilidade *online*, em tempo real, dos itens de materiais sustentáveis, com suas características técnicas. Ampliação do rol de itens do guia, de 954 para 1.033.

#### REDUÇÃO DO CICLO DE CONTRATAÇÃO

- Indicador do tempo, desde a autorização até a homologação dos certames. Os resultados retratam a redução desse tempo, em razão da adoção do pregão eletrônico, da adequação das minutas de contrato. Também contribuiu para esses resultados a modificação do trâmite, transferindo-se o momento da autorização para depois da juntada do edital, seguindo sua imediata publicação. A mesma ordem de atos se dá também nas hipóteses de contratação direta, igualmente com reflexos positivos.

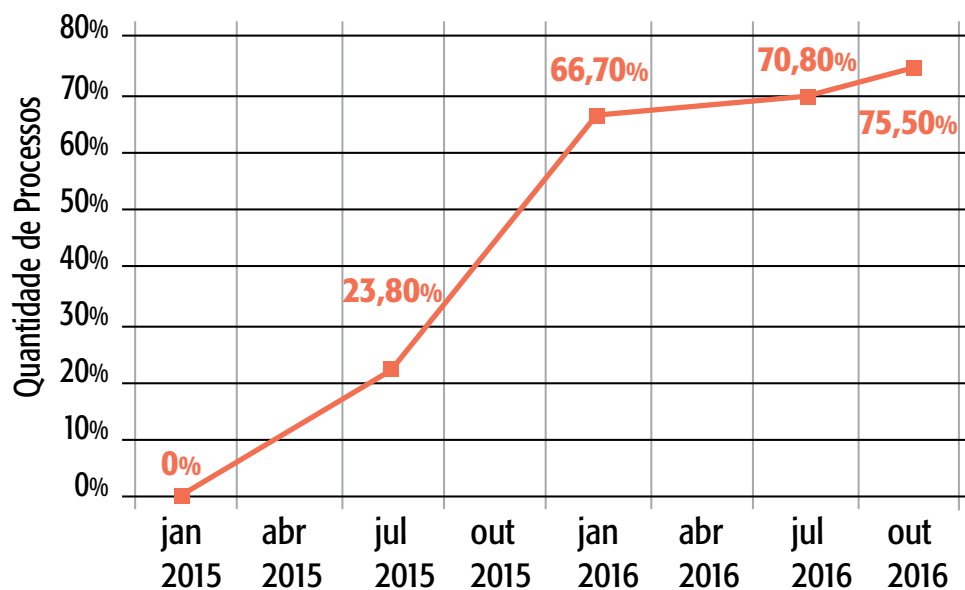
#### AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO GLOBAL DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS BIÊNIO



#### IMPLEMENTAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- Essa modalidade de licitação, mais célere e informal, traz redução de custos e, por isso, passou a ser adotada preferencialmente nas aquisições de bens e serviços comuns. No biênio, foi adotada em 75,5% das licitações.

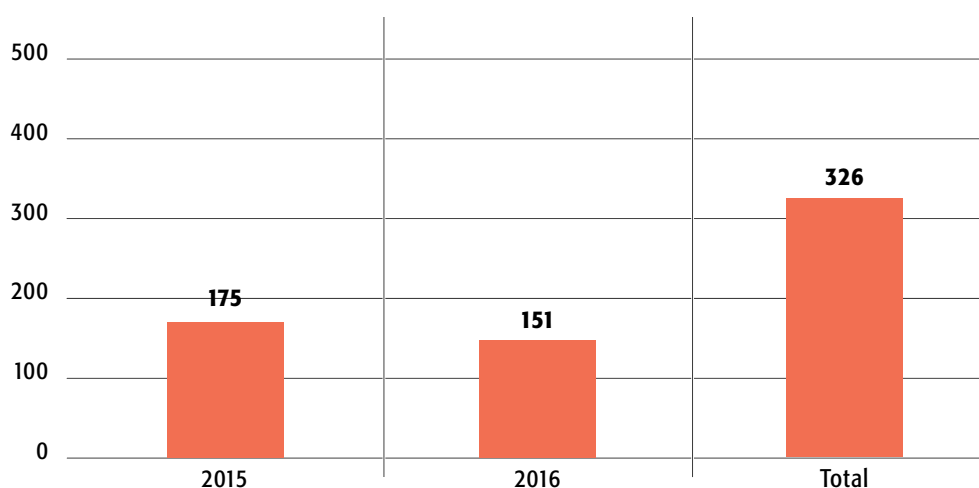
## EVOLUÇÃO DOS PREGÕES ELETRÔNICOS



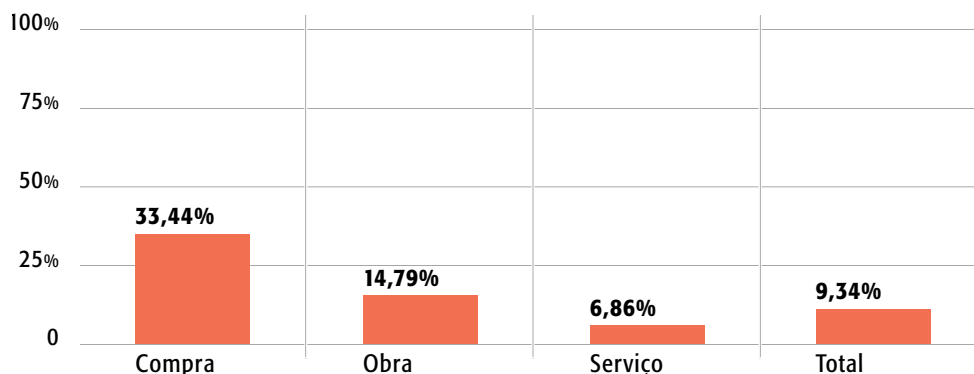
## ECONOMICIDADE NAS LICITAÇÕES

- Reflete-se neste indicador a diferença positiva para o Tribunal, entre preços estimados e obtidos em licitações, o que não só significa economia de recursos, mas confirma a eficácia dos procedimentos realizados para promover a competição entre os fornecedores.

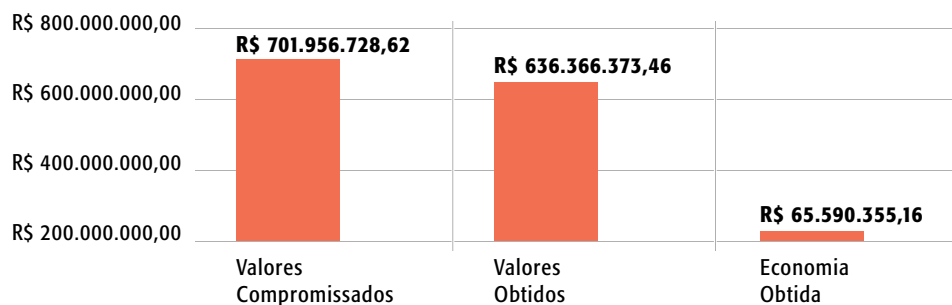
## LICITAÇÕES CONCLUÍDAS NO BIÊNIO



### ÍNDICE DE ECONOMICIDADE POR OBJETO NO BIÊNIO 2015/2016



### PERCENTUAL DE REDUÇÃO TOTAL ENTRE VALORES COMPROMISSADOS E OBTIDOS 2015/2016



### REDUÇÃO DE CUSTOS REFERENTES À MODALIDADE POSTAL NAS COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

- De janeiro de 2015 a outubro de 2016, obteve-se redução de R\$ 4.901.597,64 nos custos de correio em razão da reiterada orientação aos usuários sobre a importância da utilização das correspondências postadas em âmbito municipal, da modalidade de remessa local, em vez da modalidade registrada com aviso de recebimento.

### ALIENAÇÃO ONEROSA DE VIATURAS DE EXPEDIENTE E VEÍCULOS OFICIAIS OBSOLETOS OU IRRECUPERÁVEIS

- No biênio 2015/2016, foram leiloadas 399 viaturas obsoletas ou de recuperação inviável que, avaliadas no valor total de R\$ 6.260.092,50 (seis milhões, duzentos e sessenta mil e noventa e dois reais e cinquenta centavos), foram arrematadas por R\$ 7.617.900,00 (sete milhões, seiscentos e dezessete mil e novecentos reais).

## MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES

- No início de 2015, foram disponibilizadas aos usuários as viaturas adquiridas, em razão da renovação parcial da frota de utilitários (30 no modelo van e 10 no modelo furgão) e de caminhões (04 no modelo baú de alumínio);
- Renovação das viaturas que atendem às UO, com a aquisição de 63 viaturas, modelo Voyage 1.6, entregues a uso em setembro de 2015;
- Renovação das viaturas que atendem ao segmento representação, com a aquisição de 246 viaturas, modelo Jetta 2.0, substituindo integralmente a antiga frota, desgastada e defasada;
- Previsão de prestação de serviço de lavagem ecológica de veículos no termo de referência do termo de contrato nº 003/0462/2016;
- Criação de canal de comunicação com os usuários de viaturas (adesivos internos com telefone 0800 e *e-mail* faleconosco.detra@tjrj.jus.br), para colher sugestões e críticas sobre o serviço prestado;
- Melhora de 19,44% no desempenho médio (km/l) das viaturas e na proporção das que têm desempenho dentro do padrão (acréscimo de 10%), em relação ao biênio de 2013/2014.

## REDUÇÃO DE VALORES NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

- No biênio, em razão de negociação no momento de prorrogações ou reajustes, o Tribunal obteve de locadores uma redução global de R\$ 7.941.097,87 no valor dos aluguéis pagos. As negociações se basearam em avaliações técnicas de engenharia (laudos de acordo com a NBR-14653-2).

LOCAÇÃO	VALOR MENSAL DO ALUGUEL ANTERIOR A PRORROGAÇÃO	VALOR MENSAL DO ALUGUEL POSTERIOR À PRORROGAÇÃO	PRAZO (MESES)	DATA PRORROGAÇÃO	PORCENTAGEM DE ECONOMIA MENSAL	ECONOMIA MENSAL	ECONOMIA TOTAL (CONSIDERANDO O PERÍODO DA PRORROGAÇÃO)
Jockey - sala 303 (Centro)	R\$ 38.956,15	R\$ 31.524,48	12	01/09/2016	-19,08 %	R\$ 7.431,67	R\$ 89.180,04
Antonio da Silva Correia (Praça da Bandeira)	R\$ 22.000,00	R\$ 21.700,00	36	04/09/2016	-1,36 %	R\$ 300,00	R\$ 10.800,00
Mário Scali (São José do Vale do Rio Preto)	R\$ 8.000,00	R\$ 7.070,00	36	01/10/2016	-11,63 %	R\$ 930,00	R\$ 33.480,00
Isidro Orlando Oliver (Maricá)	R\$ 4.633,06	R\$ 4.633,06	36	14/01/2017	0,00 %	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Independência Administradora de Bens (anexo Cidade Nova)	R\$ 1.025.600,56	R\$ 727.000,00	24	15/01/2017	-29,11 %	R\$ 298.600,56	R\$ 7.166.413,44
<b>VALORES TOTAIS ECONOMIZADOS EM RAZÃO DAS NEGOCIAÇÕES PROCEDIDAS PELO DECAN/DIANC/SECOD - 2015/2016</b>							<b>R\$ 7.299.873,48</b>



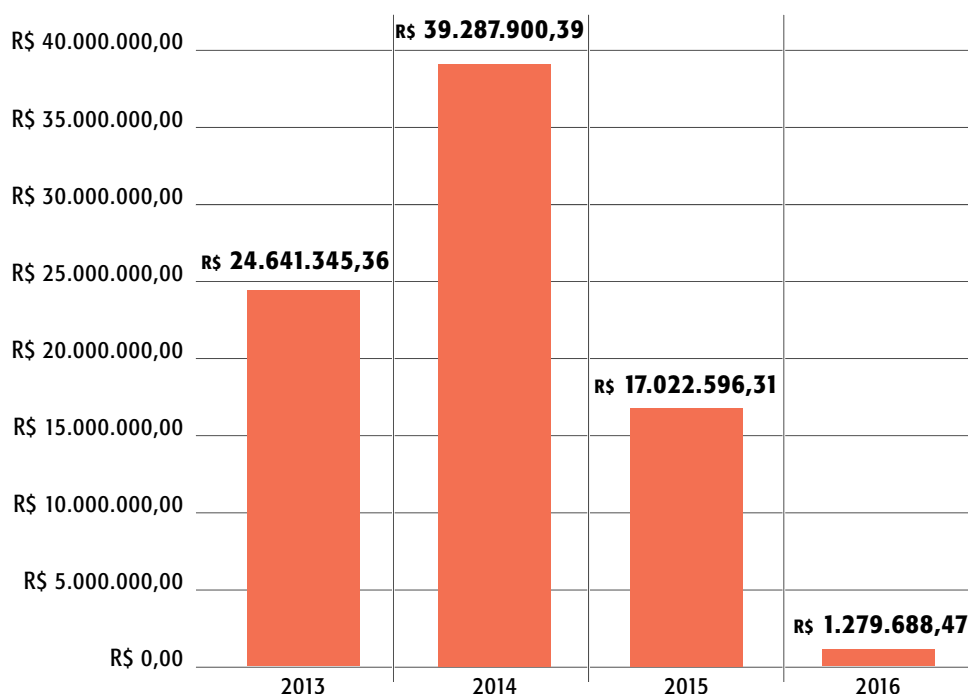
## REDUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS

- Relativamente ao biênio de 2013/2014, foram reduzidas a contratações emergenciais de 29 para 21. Conseqüentemente, houve redução de 71,37% no valor gasto com essa modalidade de contratações com dispensa de licitação no biênio.

PERÍODO	QUANTIDADE	VALOR
Biênio 2013/2014	29	R\$ 63.929.245,75
Biênio 2015/2016	21	R\$ 18.302.284,78
Diferença percentual	-27,59	-71,37

Fonte: Relatório de Contratação Direta - valor por U.O.

## VALOR GASTO COM CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS 2013-2016



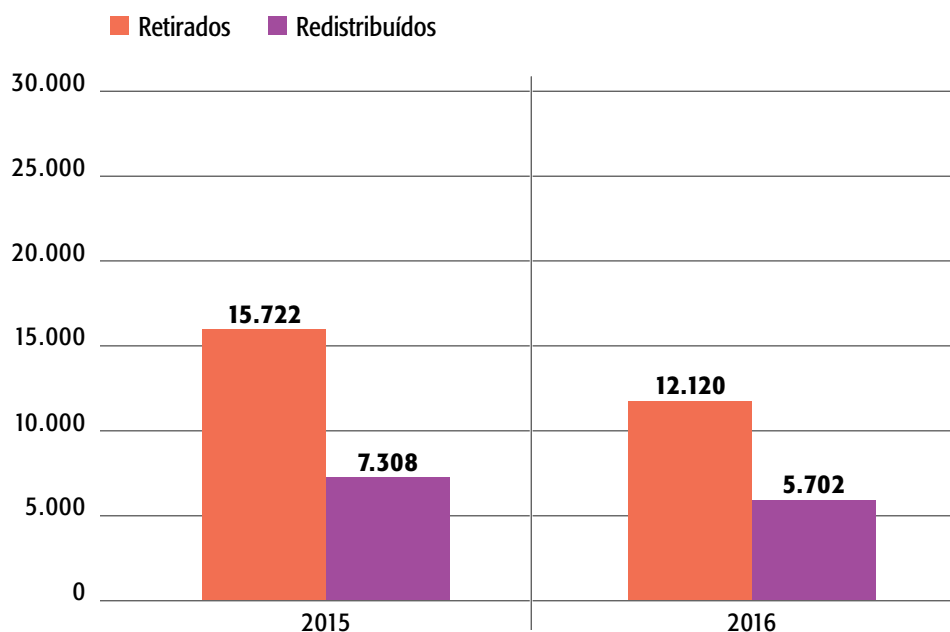
## DEVOLUÇÃO DE IMÓVEIS DE TERCEIROS OCUPADOS PELO TJRJ

- No período, foi devolvido o imóvel que abrigou o IV Juizado Especial Cível, ao Banco do Brasil, gerando redução de custos para o Tribunal de Justiça, em valor anual aproximado de R\$ 83.600,00.

## REDISTRIBUIÇÃO DE BENS PERMANENTES, MOBILIÁRIOS USADOS E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- Os bens em bom estado de conservação, retirados das UO, são reformados e redistribuídos para outras unidades. Em 2015, registra-se a redistribuição de 46,48% de mobiliário e, em 2016, de 47,04%, retratando a racionalização de recursos e o atendimento à sustentabilidade.

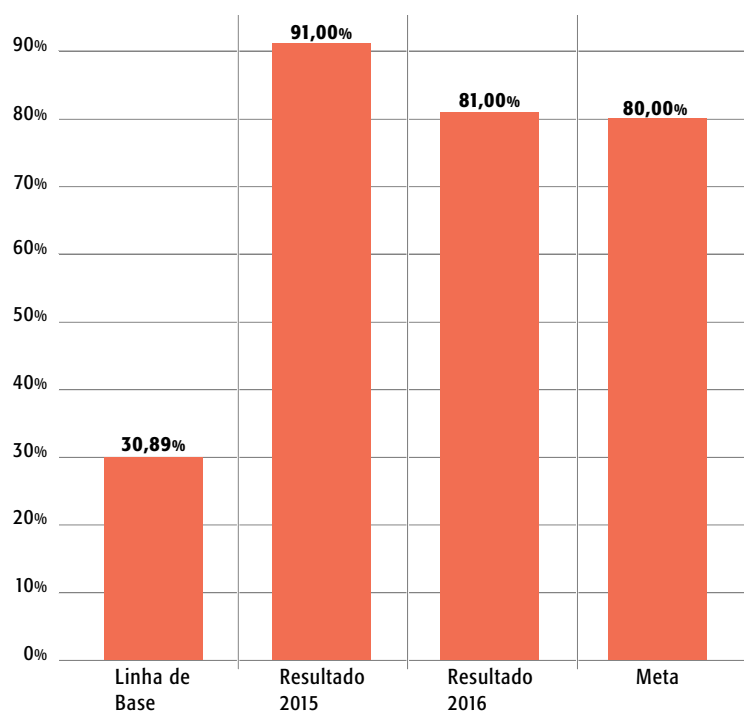
## COMPARATIVO DE BENS REDISTRIBUÍDOS NO BIÊNIO (2015/2016)



## PONTUALIDADE DE FORNECEDORES

- O cumprimento pontual das obrigações contratuais pelos fornecedores do Tribunal é essencial ao ciclo logístico, pois atrasos podem resultar em desabastecimento a unidades organizacionais. No período, a Administração promoveu cobrança mais rigorosa, tanto em 2015 como em 2016 foi superada a meta do indicador, chegando-se a 91% de pontualidade.

## PONTUALIDADE DE FORNECEDORES



## Programa de Logística Sustentável

Em 03 de março de 2015, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 201, dispondo sobre a criação e as competências de unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos do Poder Judiciário e determinando a elaboração e implantação de um Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS), fixando prazos para criação das unidades e para sua concretização.

O PLS do TJRJ compreende o período de 2015/2020 e apresenta planos de ação definidos. São 56 iniciativas, 215 ações, 81 indicadores e 18 metas. Em 2016, primeiro ano de avaliação do PLS do TJRJ, das 215 ações, mais de 30% foram concluídas, como demonstra o quadro a seguir:

PLS - PLANO DE AÇÃO	
Planejadas para 2015/2020	215
Concluídas no Biênio	67
Percentual atingido	31,16 %

Destacam-se, a seguir, as principais ações desenvolvidas no biênio, de acordo com os eixos do PLS nos quais projetam seus efeitos:

- **EIXO I – Uso racional dos recursos naturais (8 ações)**
  - Relatório, por ordem decrescente, de consumo de energia elétrica nos prédios do TJRJ;
  - Relatório com a lista dos prédios do TJRJ com maior consumo de água;
  - Inventário dos veículos.
- **EIXO II – Gestão de resíduos (13 ações)**
  - Análise, aprovação e publicação de ato para designar gestores de resíduos;
  - Mensuração de resíduos e rejeitos descartados no complexo do Fórum Central e no depósito da Praça da Bandeira;
  - Reunião com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), para definir plano de ação conjunto.
- **EIXO III – Qualidade de vida (12 ações)**
  - Inclusão de “ergonomia” em 80% das Matrizes de Competência das diretorias envolvidas;
  - Promoção a realização anual de campanha de vacinação contra a gripe;
  - Inclusão, no calendário de sustentabilidade de, pelo menos, uma ação de Qualidade de Vida voltada para o 1º grau.

- **EIXO IV – Sensibilização e capacitação (6 ações)**
- Palestra de sustentabilidade em todas as turmas do Programa de Integração Funcional (PIF) para novos servidores;
- Formação de 6 (seis) turmas por ano do curso presencial de Sinergia Ambiental;
- Exposição sobre sustentabilidade no Museu da Justiça.
- **EIXO V – Licitações sustentáveis (21 ações)**
- Levantamento de inventário de bens, materiais e equipamentos classificados como inservíveis;
- Definição de requisitos e condições mínimas para alienação sustentável;
- Identificação de aquisições e serviços suscetíveis de logística reversa;
- Elaboração de minutas padronizadas de editais de licitação.
- **EIXO VI – Construções sustentáveis (3 ações)**
- Levantamento dos itens sustentáveis existentes em cada prédio do TJRJ;
- Definição do cronograma de implantação da etiqueta PROCEL EDIFICA;
- Licitação de consultoria técnica de apoio à etiquetagem, por prédio.
- **EIXO VII – Responsabilidade social (6 ações)**
- Visita aos fóruns para a apresentação dos projetos de inclusão social;
- Formalização de convênios.

## Criação do Departamento de Atendimentos dos Magistrados

Primeiramente insta destacar que o DEAMG – Departamento de Atendimento aos Magistrados – é uma iniciativa pioneira da atual Administração do TJRJ, e teve por escopo o desejo de auxiliar a magistratura fluminense a desembaraçar os entraves institucionais hodiernos que, porventura, possam interferir em desfavor do desempenho da atividade jurisdicional, favorecendo o aproveitamento do tempo destinado a sua consecução, e por consequência, fomentando a possibilidade dos magistrados se concentrarem no implemento de suas atividades afins.

O DEAMG é responsável pela prestação de um atendimento prioritário aos magistrados buscando, com a maior presteza possível, uma resolução eficaz das demandas que provocam um entrave burocrático capaz de paralisar ou simplesmente dificultar o desempenho do exercício jurisdicional, intuindo a promoção e a otimização do trabalho em favor do alcance da produtividade almejada.

### 13.3 APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES E EDIFICAÇÕES

Os sistemas de segurança institucional consistem em diversos itens e permitem a prevenção e o controle de situações potencialmente ofensivas à incolumidade de magistrados, servidores e do jurisdicionado. Sua difusão pelas instalações do Tribunal cresceu no biênio:

SEGURANÇA	2014	2016	ACRÉSCIMO
Fóruns com CFTV	89	102	14,61%
Fóruns com Controle de Acesso	42	66	57,14%
Câmeras instaladas	3.030	3.280	8,25%
Fóruns com Alarme	138	138	-
Salas de Videoconferência	34	34	-

#### PROJETO ESTRATÉGICO

### Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas

Esse projeto abrangeu a implementação do controle de acesso nas unidades do TJRJ, a ampliação do sistema de videoconferência e a ampliação do Centro integrado de segurança do Poder Judiciário, estando 79% implementado.

#### RESULTADOS ESTRATÉGICOS

- Ampliação do controle de acesso nas dependências do TJRJ – 19 prédios do TJRJ receberam equipamentos e pessoal treinado para controle de acesso, sendo 10 em 2015 (Bom Jesus de Itabapoana, Campo Grande, Itaperuna, Maricá, Miracema, Nova Iguaçu, Nova Iguaçu – anexo, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua e Saquarema) e 9 em 2016 (Barra do Pirai, Ilha do Governador, Juizado da Infância e Juventude (Praça Onze), Pavuna, Paraíba do Sul, São Fidelis, Valença, Vassouras e Vila Inhomirim).



A quantidade de objetos potencialmente perigosos acautelados pela Segurança foi expressiva:

	<b>OBJETIVOS</b>	<b>ARMA DE FOGO</b>	<b>TOTAL</b>
Capital	11.409	18.349	29.758
Bangu	1.745	3.196	4.671
Barra da Tijuca	2.433	567	3.000
Campo Grande	1.427	585	2.012
Cidade Nova - Anexo	2.657	357	3.014
Jacarepaguá	3.743	2.388	6.131
Leopoldina	2.590	3.298	5.888
Madureira	2.468	3.890	6.358
Meier	3.413	901	4.314
Comarcas do Interior	96.079	53.250	149.329
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>127.694</b>	<b>86.781</b>	<b>214.475</b>

- Ampliação do CISPJ – resultou também no aumento da capacidade de monitoramento local e remoto das unidades do TJRJ.

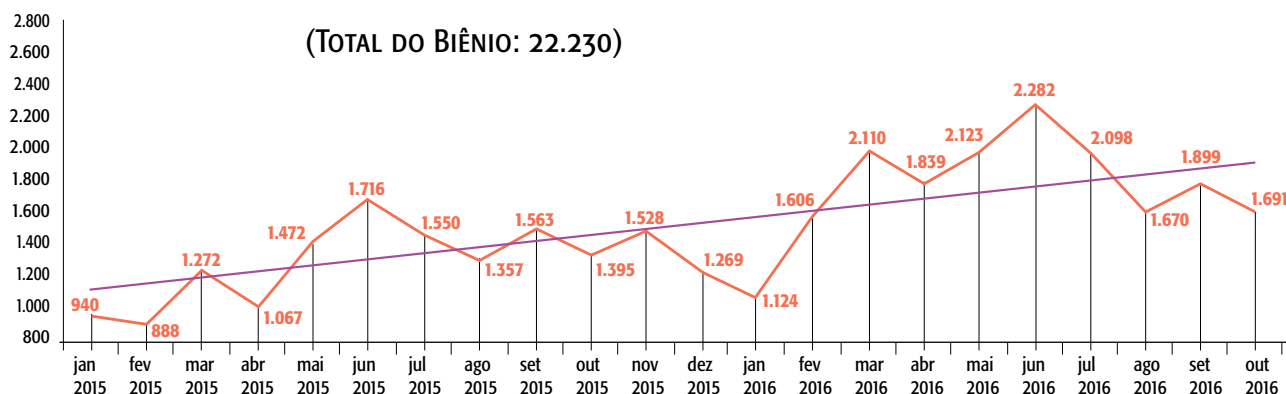


## Outras Iniciativas Relevantes

- Aumento da movimentação de presos – a recepção e acompanhamento de réus criminais trazidos ao fórum central para audiências foi significativamente ampliada. O aumento, contudo, se deu sem perda de eficiência e sem quaisquer incidentes.

### MOVIMENTAÇÃO DE PRESOS EM DEPENDÊNCIAS DO TJRJ

(TOTAL DO BIÊNIO: 22.230)



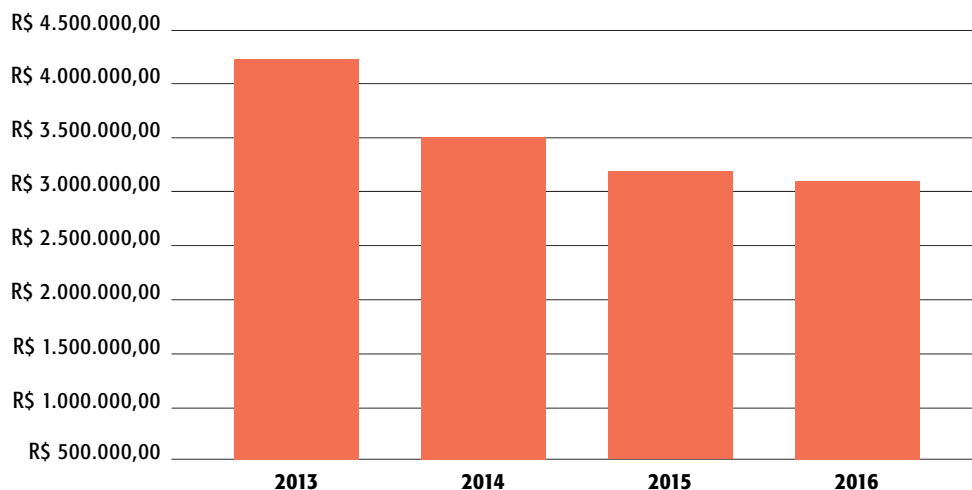
Dados até outubro

- Ações de economicidade - telefonia


Por meio da otimização e do controle de instalação e uso das linhas e ramais do Tribunal, foram significativamente reduzidas as despesas em telefonia fixa – 20,82% em relação ao biênio 2013/2014, ou R\$1.637.005,31.

### TELEFONIA FIXA - DESPESA ANUAL

(20,82% DE REDUÇÃO EM RELAÇÃO AO BIÊNIO ANTERIOR)





- » Pela implementação da terceira fase da substituição de centrais telefônicas (Resolução TJ/OE/RJ n.º 02/2010), todos os fóruns foram equipados com centrais novas e foi introduzido o acesso remoto para tarifação e programação, obtendo-se maior controle das ligações, do que se observou a redução na quantidade de chamadas, nos deslocamentos de técnicos e nos gastos com manutenção;
  - » Ampliação do sistema de tarifação eletrônica centralizada para atender a todas as centrais telefônicas do TJRJ.
- Videoconferência - regulado pelos Atos Normativos Conjuntos TJ/CGJ n.º 05/2014 e 142/2016 e previstas como meio para realização de atos processuais, esse meio técnico foi empregado para a realização de 933 audiências, inclusive para o Núcleo de Depoimento Especial da Criança e do Adolescente (NUDECA). 
  - Capacitação e treinamento em segurança - a partir de capacitação externa, a área de segurança do Tribunal reprisa os conhecimentos adquiridos para o público interno. No biênio, foram realizadas as seguintes atividades:
    - » 15 cursos, instruções e treinamentos para iniciação e nivelamento dos agentes da área de segurança;
    - » 19 instruções para magistrados e 01 curso de iniciação para os 35 juízes aprovados no XLVI Concurso da Magistratura;
    - » 03 cursos para um público de 19 oficiais de justiça;
    - » 04 cursos para 45 agentes externos - TRE-RJ e Prefeitura do Rio de Janeiro.

## ELABORAÇÃO

### DIRETORIA-GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DGESP)

João Fernando de Oliveira Coelho

### SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO, VÍDEO E IDENTIDADE VISUAL (DGCOM/SECOM)

#### CHEFE DE SERVIÇO

Flávio Porto

#### DIAGRAMAÇÃO

Ébano Machel

Fábio Souza

Hanna Marques

Jony Anderson

Nena Braga

Thais Gallart

#### FOTOGRAFIAS

Antonio Batalha

Brunno Dantas

Luis Henrique Vicent

### SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA (DGLOG/SEGRA)

Impressão



